

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Noely Costa Dias Garcia

**DO CURSO NORMAL AO MAGISTÉRIO: o curso Normal Estadual em
Paranaíba/MT (1967-1975)**

Paranaíba - MS

2015

Noely Costa Dias Garcia

**DO CURSO NORMAL AO MAGISTÉRIO: o curso Normal Estadual em
Paranaíba/MT (1967-1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez

Paranaíba - MS

2015

G199d Garcia, Noely Costa Dias

Do curso normal ao magistério: o curso normal estadual em Paranaíba/MT (1967-1975). / Noely Costa Dias Garcia. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2015.

148f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra Milka Helena Carrilho Slavez.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. História da Educação. 2. História da Formação de Professores. 3. Curso Normal em Paranaíba. I. Garcia, Noely Costa Dias. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Mestrado em Educação. III. Título.

CDD – 370.9

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira - CRB1º/1783

NOELY COSTA DIAS GARCIA

**DO CURSO NORMAL AO MAGISTÉRIO: o curso Normal Estadual em
Paranaíba/MT (1967-1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMIDADORA

Profa. Dra. Milka Helena Carrilho Slavez (Orientadora)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoletti
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

Aos meus pais, Cláudio Costa da Silva e
Sebastiana Dias Costa, pelos ensinamentos e
pela confiança.

Para Arley Dias Garcia, pelo incentivo e
compreensão.

Para Arley Dias Garcia Filho, minha
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Quando propomos percorrer um caminho na pesquisa em busca da produção de um novo conhecimento, deparamo-nos, muitas vezes, com momentos de solidão, mas que não se consolidam de forma isolada, pois resultam de um processo coletivo, mediado pela participação e colaboração de outras pessoas que nos inspiram, incentivam e contribuem para a concretização do que pretendemos, além de dividirem conosco momentos de alegria, tristezas e anseios. Desse modo, segue os meus sinceros agradecimentos:

Primeiramente, a Deus que, na minha experiência de fé, é fonte de vida, Pai, Mãe, irmão e amigo, que me abraça e acolhe em todos os momentos da minha vida.

Dona Tiana, minha mãe guerreira, uma das responsáveis por todo o meu percurso como educadora e pesquisadora. Mulher que não teve as mesmas oportunidades de estudos, mas que me mostrou a importância desse conhecimento na minha vida.

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por propiciar um curso de relevante contribuição para minha vida profissional.

À minha querida orientadora, amiga e “mãe acadêmica”, Prof^ª Dra. Milka Helena Carrilho Slavez, por todo apoio, orientações, paciência e conselhos, os quais me ajudaram durante todo o caminho percorrido até aqui.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede Universitária em Paranaíba/MS, que contribuíram, à sua maneira: Ademilson Batista Paes, Carlos Eduardo França, Doracina Aparecida de Castro Araújo, Eliane Greice Davanço Nogueira, Elson Luiz de Araújo, José Antônio de Souza, Samira Saad Pulchério Lancilotti, Fabrício Antônio Deffacci.

À Prof^ª Dra. Estela Natalina Mantovani Bertoleti, pelo carinho e pela disponibilidade todas as vezes que a procurei, fornecendo-me materiais de suma importância para a elaboração e produção desta pesquisa.

À Prof^ª Dra. Rosa Fátima de Souza, por me aceitar como aluna especial em sua disciplina “História da Educação e História Cultural: perspectivas de pesquisa”, ministrada na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Câmpus de Marília, que foi

fundamental para a escolha da abordagem teórico-metodológica da produção deste trabalho, além das inúmeras contribuições feitas pessoalmente ou via e-mail, fornecendo e repassando valiosas e relevantes sugestões de leituras que me ajudaram na elaboração como também na finalização.

Ao Prof^o. Dr. Ademilson Batista Paes, pelas diversas conversas informais que foram importantes na construção deste texto.

Ao meu filho, Arley Dias Garcia Filho, pelo amor e carinho que me conforta e fortalece em momentos de angústia e desespero, por ser ainda tão pequenino, é um ser maravilhoso em minha vida, tem me motivado ainda mais a continuar minha busca pelo conhecimento, pois o que tenho feito não é apenas por mim, mas também por ele, sempre, sempre...

Ao meu amigo, esposo e parceiro, com quem compartilho todos os meus momentos felizes e também difíceis, sempre carinhoso e paciente, ao meu lado concretiza o sonho de que é possível viver uma relação de igualdade e respeito entre duas pessoas de sexos diferentes. Meu eterno companheiro e cúmplice, a quem amo e admiro muito.

Ao meu filho postiço, Pedro Henrique de Oliveira Garcia, que cuidou muito do seu irmão para que eu pudesse fazer as leituras dos textos, além da escrita deste.

Aos amigos, Gilberto Abreu de Oliveira e Larissa Martins Costa, que me deram as mãos e me ensinaram a dar os primeiros passos na linha de pesquisa em História. As conversas que tivemos foram fundamentais no início da produção do meu conhecimento no Mestrado. Amigos que jamais esquecerei e que aprendi a amar e querer bem dia após dia.

Às minhas amigas, Aline Franciele Martins, Renata Valadão, Larissa Martins Costa e Radaí Felipe, que além da sala de aula me fizeram companhia durante seis meses de viagem à cidade de Marília, na busca de novos conhecimentos por meio da disciplina cursada – “História da Educação e História Cultural: perspectivas de pesquisa” –, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília.

À minha amiga e irmã, Rosimar Pires Alves, pela amizade, companheirismo, choros, risadas, viagens que juntas realizamos na ânsia de encontrar/localizar documentos e

conhecimentos em todo o percurso do Mestrado, além das inúmeras trocas de fontes e leituras que foram essenciais para a finalização deste trabalho.

Ao diretor, Eliseu Martins, à diretora-adjunta, Marize Ferreira de Oliveira, da escola Estadual São José, na cidade de Cassilândia, por terem sido compreensivos durante todo o processo de estudos no Mestrado, quando me dividia entre este compromisso e o trabalho como alfabetizadora. Jamais esquecerei tudo que fizeram por mim.

Aos meus amigos e familiares, pela compreensão de minha ausência em almoços e festas, por saberem que esse momento era importantíssimo para minha vida profissional e pessoal.

À aluna, Daniela Ferreira dos Santos, que ao desenvolver o projeto Formação das professoras da escola primária em Paranaíba/MS (1964-1971), nos cedeu entrevistas realizadas com ex-professores do curso normal. Também à aluna, Micheli Karla Caires Maia, que me forneceu entrevistas realizadas com ex-alunas normalistas ao desenvolver o projeto “Memórias da Formação das Professoras Normalistas em Paranaíba/MS (1967-1971)”.

À ex-professora normalista, Joana D’arc dos Santos, e às ex-alunas, Jane Carmen Lacerda e Fausta Garcia Ferreira de Freitas, por nos receberem, eu e minha orientadora, em suas residências e por contribuírem com suas memórias e informações para a construção dessa pesquisa.

A todos os funcionários das Instituições visitadas: Centro de Documentação Regional (CDR), em Dourados; Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá; Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa; Colégio Prevê Objetivo; Conselho Estadual de Educação (CEE), em Cuiabá, que deram suas significativas parcelas de contribuição para a realização deste trabalho.

A todos os membros do Grupo de Estudos de Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira (GEPHEB), pelos debates e trocas de conhecimentos que foram riquíssimos para o meu trabalho.

À querida, Irany Nunes de Queiroz, nossa Secretária do Mestrado que, com sua paciência e agilidade, sempre nos atendeu e, ajudou sempre com um sorriso contagioso. Obrigada, querida, por tudo, principalmente pelas palavras de conforto e carinho, além das

inúmeras conversas informais que me orientou e direcionou na busca dos ex-alunos e ex-professores da Escola Normal.

Cada um, a seu modo, contribuiu para que eu pudesse chegar até aqui e, assim, finalizar este trabalho. Levarei todos no meu coração.

A todos, muito obrigada!!!!

AS NORMALISTAS

Lembro-me como hoje
a caminho da ESCOLA, elas iam
elas passavam em grupos
de blusas brancas e saias azuis
como bando voavam
as andorinhas pelo céu...

Altas, baixas, mignons,
louras, morenas, negras,
meninas à mão cheia
de todos os tipos, todas as classes
elas passavam em grupos
como em bandos voavam
as andorinhas pelo céu...

Pilhérias, diziam-lhes os rapazes
bilhetes recebiam ao passarem
rosas roubadas embrulhadas em beijos
e, elas as recebiam com aquela inocência
e a singela pureza da adolescência
elas passavam em grupos
como em bandos voavam
as andorinhas pelo céu...

Hoje elas andam alhures...
não sei bem por onde
já vai longe, bem longe o tempo...
algumas casaram-se, são mães, avós,
outras professoras, como era de se esperar
outras meninas continuam
a desfilar pelas ruas
pilhérias? bilhetes? rosas roubadas?
será que ainda existem?
talvez, quem sabe?
a tecnologia mudou a vida das pessoas...
será que as normalistas
foram também envolvidas?
pela parafernália das comunicações?
ou em seus corações os sonhos
ainda brotam com a intensidade
dos tempos de outrora?
quedo-me a lembrar os velhos tempos
tranquilos, belos e fagueiros de outrora
em que eu também usava
a blusa branca e a saia azul
e passava em grupo pelas ruas
como em bando voavam
as andorinhas pelo céu...

Ana Maria Machado da Silva

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade apresentar os resultados finais da pesquisa de Mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, intitulada *Do Curso Normal ao Magistério: o Curso Normal Estadual em Paranaíba/MT (1967-1975)*. O recorte temporal de 1967 marcou a abertura do Curso e o ano de 1975 sua alteração de nomenclatura para Habilitação Específica para o Magistério. Este estudo visa contribuir para a produção da história de formação de professores primários no município de Paranaíba e no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir do estudo do processo de criação e funcionamento da Escola Normal Estadual de Paranaíba entre 1967 e 1975. Nessa perspectiva, a pesquisa constituiu-se de levantamento, localização, recuperação, seleção, organização, e análise de fontes primárias – leis, decretos, mensagens, relatórios –, encontradas nas Secretarias de Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Arquivo Público em Cuiabá/MT e nos arquivos escolares da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, onde foram encontradas diversas fontes, tais como: fichas de alunos, requerimento de matrículas, livros de atas, avaliações, cadernos, pertencentes à referida instituição de ensino. Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas direcionadas a ex-alunas, ex-professores do Curso Normal Estadual, além de contatos via *e-mail* com o Conselho Estadual de Educação em Cuiabá/MT, que forneceu o regimento interno e pareceres sobre o funcionamento legal da Escola Normal. Desse modo, este estudo fundamentou-se na abordagem histórica, no âmbito da educação, na vertente da Nova História, que apresenta inúmeras possibilidades no que se refere à pesquisa em história da educação, estabelecendo uma linha fértil de estudos. Nessa perspectiva, compreende-se que várias são as fontes históricas possíveis para compreender um determinado momento histórico. Como referencial teórico, serviram de subsídio autores como Chartier (1991), Ginzburg (1989, 2006), Prost (2012), Sá (2008), Souza (1998, 2004, 2010), Tanuri (2000), entre outros. Portanto, à luz do estudos teóricos e das fontes analisadas, é possível afirmar que a Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT contribuiu para a formação de professores primários no município e no estado de Mato Grosso, embora tenha enfrentado dificuldades em seu processo de criação e funcionamento por ter sido implantada em um momento histórico em que essa região possuía um número significativo de habitantes residentes ainda na zona rural, somados aos problemas com a distância da capital, Cuiabá, além de questões políticas entre as regiões norte e sul do estado, como disputa pelo poder, que serviram de barreira, por muitos anos, contribuiu para sua tardia instalação. O curso foi composto por poucas professoras com formação específica, contou com profissionais como advogados, dentistas, farmacêuticos e outros para lecionar. Funcionou inicialmente em um prédio cedido pelo Rotary Club, com autorização para funcionamento conquistada com muito empenho da população. Conclui-se, então que a criação e o funcionamento do curso Normal exerceu um importante papel na formação profissional dos professores primários do município, foi frequentado por moças de famílias de comerciantes e proprietários rurais. Apesar de ter sido instalado no final dos anos 1960 o curso teve pouca procura pelos moradores se comparada à grande quantidade de professores leigos na região.

Palavras-chave: História da Educação. História da Formação de Professores. Curso Normal em Paranaíba.

ABSTRACT

This dissertation was carried out to present the final results of a Master's research linked to the Graduate Program in Education, at Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, College Unit of Paranaíba, entitled *From Teachers' Qualification at Senior H.S. level to Teachers' Qualification in Education: the State Teachers' Qualification Course in Paranaíba/MT (1967-1975)*. The time frame in 1967 marked the opening of the course and 1975 its effective change into 'Specific Enabling to the Professorship'. This study aims to contribute for the history production of training primary school teachers in the municipality of Paranaíba and both Mato Grosso and Mato Grosso do Sul states, from the studying of creation and functioning process of the State Normal School in Paranaíba from 1967 to 1975. With that perspective in mind, the research comprised the collection, location, recuperation, selection, organization, and analysis of primary sources – laws, decrees, communications, reports – found out at the State Departments of both Mato Grosso and Mato Grosso do Sul states, Public Archives in Cuiabá/MT and in school files of the State Senior H.S. Aracilda Cícero Corrêa da Costa, where various sources were found out, such as transcripts of records, enrolment forms, minutes books, assessment procedures/criteria, copybooks belonging to that senior high school. One also used semi-structured interviews meant for former students, former teachers of the State Teachers' Qualification course, besides e-mail contacts established with the Federal Department of Education in Cuiabá/MT, which provided us with its internal by-laws and legal opinions about the legal functioning of the Teachers' Qualification course. Thus, this study was based on the historical approach, within the sphere of education, within the New History strand, which presents various possibilities as far as research on history of education is concerned, bringing forward a fruitful field of study. Within that perspective, one manages to realize that the available historical sources are multifarious in order to understand a very specific historical moment. The theoretical reference comprised subsidies provided by writers such as Chartier (1991), Ginzburg (1989, 2006), Prost (2012), Sá (2008), Souza (1998, 2004, 2010), Tanuri (2000), among others. Therefore, in the light of such theoretical studies and the researched sources, it is possible to confirm that the State Senior H.S. Teachers' Qualification course of Paranaíba/MT contributed to the background development of county and state high school teachers, although difficulties have been faced in its foundation/accreditation process due to the fact that it was established within a historical moment comprising a meaningful number of inhabitants still living in the countryside, it was located far from the capital city, Cuiabá, besides the political issues arising between the Northern and the Southern areas of the state that were difficulties during many years contributing to its late foundation. The course at issue comprised a few specifically qualified teachers, various professional agents such as lawyers, dentists, pharmacists and others working as teachers. In the beginning the course was operated in a location granted by the Rotary Club, its accreditation demanded a considerable effort expended by the population. Concludes then that the creation and operation of Normal Course played an important role in the training of primary teachers in the municipality and frequented by girls from families of merchants and landowners. Although it was installed in late 1960's, the course had little demand by residents compared to the large number of lay teachers in the region.

Keywords: History of Education. History of Teachers' Qualification Background Development. Teachers' Qualification Course in Paranaíba.

LISTA FIGURAS

FIGURA 1 - Centro de Paranaíba (Rua: Treze de Maio - 1961)	75
FIGURA 2 - Construção do prédio do Educandário Santa Clara (1952)	80
FIGURA 3 - Ata nº 1 da reunião para criação do Curso Normal no estabelecimento Educandário Santa Clara (1964)	83
FIGURA 4 - Fotografia 1ª turma de Formandos do Curso Normal (1969)	86
FIGURA 5 - Parecer nº 12/67 – Funcionamento do Curso Normal	89
FIGURA 6 - Folha 2 do Regimento Interno	91
FIGURA 7 - Lista de nome dos professores da 1ª turma do Curso Normal (1967-1969)	109
FIGURA 8 - Fotografia com a beca – 1ª turma da Escola Normal Estadual (1969)	125
FIGURA 9 - Ata de resultados finais (1975)	128
FIGURA 10 - Decreto - nova denominação da Escola Normal (1975)	130

LISTA GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Origem paterna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969	99
GRÁFICO 2 - Origem materna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969	100
GRÁFICO 3 - Origem paterna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975	101
GRÁFICO 4 - Origem materna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975	101

LISTA QUADROS

QUADRO 1 - Quadro Geral de Escolas Normais em Mato Grosso em 1961	62
QUADRO 2 - Cursos Normais nos municípios de Mato Grosso	63
QUADRO 3 - Disciplinas Escolares do Curso Normal Estadual	92
QUADRO 4 – Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1967)	94
QUADRO 5 - Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1968)	97
QUADRO 6 - Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1969)	97
QUADRO 7 - Relação de sujeitos para realização de entrevistas	110

LISTA TABELAS

TABELA 1 - Escolas Isoladas – 1922	39
TABELA 2 - Total de população conforme o grau de instrução (1920)	43
TABELA 3 - Estabelecimentos de Ensino Pr 5imário - 1932 a 1934	49
TABELA 4 - Situação do Corpo Docente em 1960, em Mato Grosso	54
TABELA 5 - Oferta do Ensino Primário (1970-1972)	54
TABELA 6 - Formandos (1913-1919) – Escola Normal de Cuiabá	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDR	-	Centro de Documentação Regional
CEE	-	Conselho Estadual de Educação
CEFAM	-	Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
FURB	-	Universidade Regional de Blumenau
GELA	-	Grupo Escolar Luiz de Albuquerque
GEPHEB	-	Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira
GT	-	Grupo Trabalho
IBICT	-	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
MG	-	Minas Gerais
MS	-	Mato Grosso do Sul
MT	-	Mato Grosso
NOB	-	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
SBHE	-	Sociedade Brasileira de História da Educação
TCC	-	Trabalho Conclusão de Curso
UDESC	-	Universidade do Estado de Santa Catarina
UEMS	-	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMS	-	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	-	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG	-	Universidade Federal de Goiás
UFMS	-	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFU	-	Universidade Federal de Uberlândia
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DE NORMALISTA EM MATO GROSSO	32
1.1 Instrução pública em Mato Grosso: a expansão do ensino primário no estado	32
1.2 Os caminhos da formação de normalistas em Mato Grosso	55
1.3 Normatização do ensino do Curso Normal amparado pelo Decreto-Lei nº 8.530/46	64
2 CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO NORMAL ESTADUAL DE PARANAÍBA/MT	72
2.1 Sant'Anna do Paranaíba/MT: desenvolvimento de uma região	72
2.2 Tempos de mudanças: estabelecimentos importantes na configuração do ensino na cidade de Paranaíba	76
2.2.1 Educandário Santa Clara	78
2.2.2 Escola Normal Estadual de Paranaíba	85
2.3 Curso Normal Estadual: da criação ao funcionamento	87
2.4 As mulheres na educação: as normalistas de Paranaíba	93
2.5 Perfil social das normalistas da Escola Normal Estadual de Paranaíba	99
3 O CURSO NORMAL DE PARANAÍBA SOB O OLHAR DE SEUS SUJEITOS	105
3.1 História Oral: nova abordagem de pesquisa	106
3.2 Lembranças de professores da Escola Normal Estadual	111
3.3 Vozes das ex-normalistas	118
3.4 Mudança de cenário: Lei nº 5.692/1971	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134
FONTES DOCUMENTAIS	141
APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista	148

INTRODUÇÃO

Ao ingressar no curso de Pedagogia, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Universitária de Paranaíba, em 2008, no início das aulas, a primeira pergunta feita pelo professor, ao entrar na sala de aula, aos alunos foi por que escolheram este curso. Conforme cada aluno respondia sobre a sua escolha eu ficava desanimada e angustiada, visto que aquilo que, para mim, era um sonho e uma realização tanto profissional quanto pessoal, para a maioria dos que estavam presentes era falta de opção.

Houve situações em que me deparei com professores que atuavam em algumas das redes de ensino de escolas públicas, que se formaram em períodos diferentes do meu e já atuavam na área há muito tempo, os quais comentavam que, antigamente, o ensino destinado à formação de professores era melhor, pois ensinava o professor a dar aula, o aluno saía da faculdade preparado para assumir uma sala de aula, ao passo que, hoje, está tudo diferente, uma vez que o professor recém-formado não tem domínio de sala. Questões como essas e outras mais me inquietavam, pois pensava como, de fato, ocorrera a formação desses professores. Por que eles defendem que sua formação era melhor que a de hoje? O que eles aprendiam? O que se ensinava? Havia aula de estágios supervisionados? Como eram essas aulas?

No decorrer da graduação em Pedagogia, meu interesse por compreender como ocorrera a formação dos professores de Paranaíba aumentava, mas acabei não realizando uma pesquisa para verificar como se deu essa formação inicial no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Optei, juntamente com minha orientadora Maria Sílvia Rosa Santana, por realizar um estudo sobre formação de professores, mas com foco na formação continuada, com a finalidade de verificar como eram pensadas e executadas essas formações em sala de aula, uma vez que já vinham prontas para os professores, elaboradas pelas Secretarias de Educação.

Ao entrar no curso de Especialização pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Unidade Universitária de Paranaíba, em 2012, apresentei, na seleção, uma carta de intenção cuja proposta era estudar o livro didático, material considerado como um suporte para o professor e que tem se tornado uma ferramenta indispensável no momento de executar seu trabalho, mas, ao ter o primeiro encontro com a minha orientadora Milka Helena Carrilho Slavez, meu objeto de pesquisa mudou e essa mudança me direcionou a fazer um estudo sobre a disciplina “Didática no Normal”, primeiro curso de formação oferecido aos professores em Paranaíba.

Dessa forma, para elaboração da monografia de conclusão do curso de Especialização, percorri caminhos até então jamais conhecidos, pois foi um desafio fazer um trabalho na perspectiva histórica. No estudo proposto, buscou-se compreender qual era a finalidade da disciplina **Didática do Curso Normal de Paranaíba no período de 1967 a 1971**. Ao findar a pesquisa, ficaram algumas inquietações que, somadas a interesses despertados durante toda minha trajetória acadêmica e com a participação no Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira (GEPHEB) levaram-me ao Programa de Pós-Graduação (*strito sensu*) em Educação pela mesma Universidade, iniciado em 2013. Nessa etapa de minha trajetória, passei a pesquisar sobre o curso Normal Estadual em Paranaíba/MT¹.

Essa pesquisa teve como objetivo geral contribuir para a produção de uma história sobre a formação de professores primários no município de Paranaíba e no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir do processo de criação e funcionamento da Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, entre 1967 e 1975. Cabe ressaltar que, por Paranaíba ser um dos municípios mais antigos do estado de Mato Grosso, este estudo torna-se de grande valor para a constituição histórica dessa cidade e da educação do estado.

Definimos o ano de 1967 para iniciar o recorte cronológico desta pesquisa em virtude de representar o início do funcionamento da Escola Normal Estadual em Paranaíba, no prédio cedido pelo Rotary Club. Encerramos nosso estudo em 1975, período em que o curso Normal, por meio da implantação da Lei nº 5.692/1971, passou a ser denominado Habilitação Específica para Magistério, com funcionamento das suas atividades educacionais no prédio onde funciona hoje a escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado². Ainda em 1975, a Escola Normal Estadual de Paranaíba recebeu uma nova denominação, passando a ser chamada de **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa**, em homenagem à professora Aracilda Cícero Corrêa da Costa, primeira normalista a chegar em Paranaíba, além de ter sido importante na expansão da educação primária no município.

Nessa perspectiva, elegemos como norteadores os seguintes objetivos específicos:

- Mapear, reunir, selecionar e analisar fontes documentais sobre a formação de professores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

¹ No período em estudo, a cidade de Paranaíba fazia parte do estado de Mato Grosso, que veio a ser dividido no ano de 1977, passando a ser denominado Mato Grosso do Sul.

² Maria Luiza Correa Machado foi uma das primeiras filhas de Paranaíba a fazer parte do quadro profissional de professoras lotadas no Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes. Ingressou na carreira do Magistério em 1956 (BRANDÃO, 1998).

- Coletar, por meio de fontes orais, informações de antigas professoras e antigos alunos que participaram do curso no período em estudo.
- Compreender como se deu o processo de criação e funcionamento do curso de formação de professores na Escola Normal Estadual em Paranaíba.
- Analisar os aspectos que levaram à implantação de um curso de formação de professores primários no município de Paranaíba/MT.

Esta pesquisa se fundamenta na perspectiva apresentada pela Escola dos Annales, que se iniciou na França, nas décadas de 1920 e 1930, a qual nos permitiu observar a mudança de conceitos e objetos, uma vez que renovou e ampliou os estudos no campo história. Para positivistas, a história era feita por meio de documentos escritos, como efetivação de discursos oficiais e tomando tais fontes como verdades e objetivos. Em contraposição a este discurso, o movimento promovido pela Escola dos Annales, em primeiro lugar, procurou “[...] a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por história-problema” (BURKE, 2010, p. 12) buscando, não verdades inquestionáveis e absolutas, e sim, compreendendo as ações do homem no tempo, por meio não só dos documentos escritos, mas realizando o que chamamos de crítica às fontes, mudando alguns conceitos até então tidos como únicos e verdadeiros.

Com os fundadores da Escola dos Annales, pioneiros de uma história nova, amplia-se a noção de documento, admitindo que a história se faça com documentos escritos, mas sendo também necessário tomar a palavra documento no sentido mais amplo, passando a ser considerados documentos escritos, ilustrações, sons, imagem, ou qualquer outra maneira de registro. Tudo pode ser documento, desde que o historiador tenha entendimento para compreender o que será utilizado como fonte (Burke, 2010).

Nesse contexto histórico, entende-se que várias são as fontes históricas possíveis para se compreender um determinado momento histórico. A utilização das fontes na construção de trabalhos na perspectiva da História Cultural não visa encontrar a verdade sobre o cenário que se estuda, entretanto, ocupando-se das práticas culturais do cotidiano, busca a verossimilhança e enxerga outros sujeitos com suas histórias, ou seja, representações de possíveis verdades (CHARTIER, 1991; CHERVEL, 1990; PESAVENTO, 2014).

A proposta teve, em seu percurso, a utilização de fontes históricas, entendidas, como indícios (GINZBURG, 1989), cultura e representações (CHARTIER, 1991), vestígios (PROST, 2012) para, assim, compreender as contribuições das representações, normas e

práticas (CHERVEL, 1990) referentes ao processo de criação, funcionamento e mudanças ocorridas no âmbito.

Portanto, esta pesquisa parte da perspectiva histórica para compreender a educação e sua trajetória no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em um período pouco explorado, utilizando como referenciais autores que defendem novas abordagens para a pesquisa histórica. Deste modo, utilizamos o método “regressivo”³, proposto pelos precursores da Escola dos Annales.

No contexto brasileiro, entre as referências que propiciam uma visão ampliada sobre o objeto de estudo – a **Escola Normal** –, destacamos: o artigo de Leonor Maria Tanuri (2000), a **História da formação de professores** e a coletânea intitulada **As escolas normais no Brasil: do Império à República** organizada por José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antônio de Pádua Carvalho Lopes (2008). Ambos os estudos reúnem resultados de pesquisas que apresentam uma síntese da história das várias escolas normais instituídas em diferentes regiões do Brasil.

Nesse sentido, o presente trabalho fundamentou-se em uma abordagem histórica, no âmbito da História da Educação que, por meio do estudo de revisão bibliográfica e análise de fontes históricas, buscou compreender como ocorreu a formação de professores nos antigos cursos normais em Mato Grosso, em especial na cidade de Paranaíba. Do mesmo modo, a pesquisa se concretiza a partir da reunião, seleção e análise das fontes documentais localizadas nas instituições e nos arquivos visitados.

Para a organização do instrumento de pesquisa utilizamos como fontes primárias: leis, decretos, mensagens, relatórios, regimento interno, atas de reuniões, fichas de alunos, requerimento de matrículas, livros de atas de notas finais, avaliações, cadernos, convite de formatura, fotografias, entre outros. Acrescenta-se, também, o uso de entrevistas direcionadas a ex-alunas e ex-professores do curso. Tais contatos permitiram, além das representações (CHARTIER, 1991) advindas desse tempo, práticas sociais que juntas se articulam à proposta inicial desta pesquisa.

No decorrer da investigação, optamos por coletar os dados utilizando a metodologia usada por Ginzburg (1989), no Paradigma Indiciário, em permitir ao pesquisador, por meio de vestígios e fontes lacunares, enxergar aquilo que jamais foi visto por alguém, uma vez que

³ O método regressivo, de acordo com Burke (2010, p. 39), “[...] carecia a necessidade de ler a ‘história ao inverso’, pois conhecemos mais a respeito dos últimos períodos e deve proceder-se de maneira a ir do conhecido ao desconhecido”.

esse método admite uma escala de análise sobre as fontes de maneira reduzida e de forma exaustiva.

Sob o mesmo ponto de vista, Paes (2011), citado por Oliveira (2014), apresenta sua análise em relação ao Paradigma Indiciário:

[...] o paradigma indiciário pode ser compreendido como um conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado em detalhes, nos dados marginais, nos resíduos tomados como pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintomas (na terminologia psicanalítica). Os princípios desse paradigma são: o aspecto subjetivo, ou seja, as especificidades do objeto de estudo; o caráter indireto do conhecimento; inferir causas com base nos efeitos; além do exercício da conjectura e da imaginação criativa durante todo o processo de pesquisa. Já os procedimentos indicados são: a prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da micro análise; a análise microscópica referida à redução de escala na observação do objeto e o estudo intensivo e minucioso do material documental. (PAES, 2011 apud OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Nessa perspectiva, de Certeau (2013, p. 34) esclarece que “[...] os ‘fatos’ de que fala a história funcionam como indícios”. Desse modo, o acesso e o estudo por meio das fontes localizadas mostram-se algo desafiador para o pesquisador.

O primeiro procedimento foi localizar e reunir documentos na própria escola que ofereceu o curso Normal. Desse modo, ao visitarmos a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, encontramos, nos arquivos: um livro Ata de notas de Exames Finais dos Cursos Colegial, Normal e Cursos Básicos⁴ referentes aos anos de 1973 e 1974; um livro Ata de notas de Recuperação Final dos Cursos Básico, Colegial e Normal de 1968 a 1974; um livro Ata de Resultados Finais do Curso Normal dos anos de 1967 a 1975; um mapa de aulas dadas no Curso Normal, com data referente ao ano de 1973. Após a identificação dos documentos presentes na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, dirigimo-nos até a cidade de Dourados/MS porque havíamos obtido informação de que o Centro Documentação Regional (CDR) recebera várias caixas com documentos doados por Cuiabá, que era a capital do estado de Mato Grosso no período em que funcionou o curso na Escola Normal Estadual em Paranaíba, porém, não encontramos nenhum documento relacionado à nossa pesquisa. Em seguida, realizamos uma visita ao Arquivo Público em Cuiabá/MT, mas, dos documentos localizados, em nenhum datava o período de nossos estudos.

⁴ De acordo com fontes orais, os Cursos Básicos compreendiam o antigo primeiro Colegial, no qual o aluno poderia optar por continuar o Magistério/Curso Normal ou ir para outra escola e continuar o Colegial que correspondia ao 2º grau, pois na escola Normal, era oferecido apenas o 1º ano do Colegial.

Seguindo os vestígios que nos eram propiciados pelo processo de localização das fontes, enviamos um *e-mail* para a pessoa responsável pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) de Cuiabá, solicitando documentos relacionados ao curso Normal de Paranaíba. Foi nos enviado em anexo à resposta, pareceres referentes à implantação e ao funcionamento legal da Escola Normal, o exame de documentação para funcionamento da Escola Normal de Paranaíba e a solicitação e aprovação do regime interno da Escola Normal.

Para a análise desses documentos, procedemos como Ginzburg (1989) o fez ao analisar uma série de leituras com base nos quadros de Morelli:

[...] é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portando mais facilmente imitáveis, dos quadros [...]. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos e dos pés. (GINZBURG, 1989, p. 144).

O referido autor expõe que cabe ao historiador observar aquilo a que os falsificadores não se atentam nas obras de arte, deixando de lado os detalhes que são visíveis ao autor ou a um observador cuidadoso. Nessa perspectiva, seguindo o método indiciário, decidimos partir de uma escala de observação exaustiva sobre esses documentos para que pudéssemos entender como a formação de professores na Escola Normal de Paranaíba se configurou.

Outros indícios nos foram apresentados por meio do acervo pessoal de uma ex-aluna do curso Normal – Jane Carmem Lacerda – que tinha praticamente todo material da época em que estudou. No primeiro encontro que tivemos com ela, verificamos que havia muitos documentos e que todos estavam em perfeito estado de conservação.

Diante das fontes localizadas, reunidas e selecionadas, buscamos realizar uma análise crítica, voltando o olhar para os indícios apresentados em todos os documentos, partilhando das ideias apresentadas por Prost (2012, p. 64), de que “[...] não há história sem crítica? [...] por referir-se ao passado, a história é, por isso mesmo, conhecimento através de vestígios”. Desse modo, cabe ao historiador refletir e contestar inúmeras vezes a leitura que faz sobre suas fontes.

Assim, após termos organizarmos os documentos encontrados, buscamos realizar a leitura defendida por Prost (2012), na qual o historiador deve contrapor certas leituras da história, produzindo outros fatos, outras referências e outras datas, pois em cada época, as representações feitas são analisadas com olhar diferente. Consideramos, ainda, o que o referido autor prossegue afirmando: que o historiador deve ter um olhar afinado para a análise do seu documento, pois as fontes só terão importância se forem apreciadas pelo historiador

como história, de modo que os questionamentos feitos em determinado período são diferentes em outro, pois os temas variam com o tempo e os interesses vão se modificando.

A nossa busca por fontes foi constante e a participação no Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira (GEPHEB) foi fundamental nesse processo, pois contribuiu para que pudéssemos, além de compartilhar leituras e discussões acerca do tema de formação de professores em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ter acesso a alguns documentos disponibilizados por outros integrantes desse grupo de estudos, como Gilberto Abreu de Oliveira ao realizar sua pesquisa **A trajetória da normalista Maria Constança Barros Machado no Sul de Mato Grosso (1913-1966)**, em 2014, que compartilhou documentos, como os Regulamentos da Escola Normal, Mensagens dos governadores e Legislações, todos referente ao estado de Mato Grosso.

Também tivemos acesso às pastas das ex-alunas da primeira turma da Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, esses documentos foram localizados e escaneados por Maysa Mendes da Conceição, que desenvolvia tarefas no interior de um Projeto de Extensão, cujo título é **Arquivos Escolares**: a digitalização da base documental da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa.

Além de todos os materiais apresentados, também foi possível reunir documentos obtidos e digitalizados por Micheli Karla Caires Maia, em sua pesquisa de iniciação científica intitulada **A Formação das Professoras da Escola Primária em Paranaíba/MS (1964-1071)**, concluída em julho de 2013. Esses documentos foram localizados no Rotary Club de Paranaíba, uma vez que, antes do Curso Normal funcionar no prédio da Escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado e depois em prédio próprio, na escola Aracilda Cícero Corrêa da Costa, foi instalado, inicialmente, no prédio do Rotary Club, cedido para esta finalidade. Nos arquivos do Rotary Club foram localizadas atas de reuniões que comprovam o interesse e empenho de seus membros Rotarianos para que o curso fosse criado e passasse a funcionar nesse município.

Desse modo, as atas cedidas pelo Rotary Club para consulta anunciaram o funcionamento da Escola Normal em 1967, a construção em 1966 do prédio da Escola Normal, a instalação da Escola Normal no edifício do Rotary Club, além de apresentar a necessidade de móveis para o curso.

Além das pesquisas mencionadas anteriormente, sobre a história do Curso Normal, também procedemos a uma revisão bibliográfica em *sites* que disponibilizam Teses e Dissertações, com a finalidade de compreender quais são as pesquisas realizadas sobre a temática de formação de professores em escolas normais brasileiras.

O caminho percorrido foi pesquisar, por meio do endereço eletrônico no banco de dados Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), utilizando o descritor **Curso Normal**, realizando duas buscas em período distintos. A preferência pelo IBICT para o levantamento das pesquisas foi em razão de nos conduzir direto para a Universidade na qual o trabalho foi produzido, permitindo, assim, um acesso aos trabalhos na íntegra.

Nas Teses e Dissertações do IBICT, foram encontrados 647 trabalhos com o descritor escolhido. No entanto, após a leitura minuciosa dos títulos, foram selecionados 25 trabalhos que tinham, à primeira vista, um estudo realizado sobre formação de professores em Curso Normal. Após a leitura dos resumos, verificamos que apenas uma dissertação de mestrado estava de acordo com o objeto de pesquisa do presente estudo. Já no segundo levantamento, foram encontrados 755 trabalhos e também verificamos apenas uma pesquisa de mestrado que estava em consonância com o tema pesquisado. Como pode ser verificado, ao realizarmos esse trabalho de busca, encontramos vários estudos realizados sobre Escola Normal, porém, a maioria deles são da Primeira República, e ainda foram poucos os realizados com a nossa temática específica. Contudo, entre os localizados não há nenhum estudo que investiga o Curso Normal no período de transição para a habilitação específica do magistério, visto que ninguém realizou esse tipo de pesquisa no sul de Mato Grosso ou quando o fez não contemplou o período do nosso recorte temporal.

O primeiro trabalho identificado por meio da primeira busca realizada com base no descritor **Curso Normal**, no banco de dados do IBICT, é do estado de Minas Gerais, defendido por Izabel Rozetti em 2010, sob o título **Colégio Imaculada Conceição: a história do Curso Normal (Tupaciguara/MG, 1961-1977)**, cuja finalidade foi reconstruir a história do Curso Normal da cidade de Tupaciguara/MG, oferecido apenas para mulheres em regime de semi-internato e internato. O período para o estudo ocorreu entre 1961, quando iniciaram as atividades no Curso Normal e 1977, quando passou a se aceitar matrícula de alunos do sexo masculino. Nesse trabalho, a autora procurou compreender os aspectos pedagógicos e disciplinares estabelecidos e desenvolvidos nessa instituição. Utilizou-se de fontes como imprensa, documentos escolares, relatórios, atas e fontes orais de ex-professoras. Após a análise sobre as fontes, a autora confirma a ideia de cristianização preconizada pela Igreja Católica, uma vez que se pretendia formar moças educadas e polidas para se tornarem professoras, além de serem boas mães e esposas. Esse trabalho foi defendido em 2010, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Vale apontar, também, a dissertação de mestrado, defendida em 2014 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na cidade de Florianópolis/SC, por Karin Serwald Vieira, intitulada **No compasso do moderno: o Curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960)**. Nesse trabalho, a autora estudou o Curso Normal do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis/SC diante das transformações por que passava a sociedade a partir da metade do século XX. Vieira (2014) fez uso de fontes documentais escritas (convite de formatura, jornais, livros de memórias, legislação, registros escritos da instituição, diplomas e diários íntimos), documentos iconográficos e objetos materiais (prédio, monumento e quadros de formaturas). Por meio de suas fontes, a autora apresenta elementos que foram fundamentais para a configuração do Curso Normal naquele local, com destaque para a análise realizada no espaço do prédio escolar e que contribui para a compreensão da cultura escolar própria da escola.

Observamos, com base neste primeiro levantamento de dados, que este tema mostra-se fértil, uma vez que muitos pesquisadores voltam seus olhares para a compreensão dos aspectos históricos da formação docente. Consideramos que, compreender o papel das Escolas Normais no processo inicial de preparação da profissão docente, contribui para análise sobre o papel do professor na sociedade contemporânea e assinala diversas possibilidades de estudar o passado por meio das fontes escolares. Portanto, observamos até aqui que os temas das pesquisas examinadas forneceram-nos subsídios, à medida que apresentam um olhar sobre o objeto escolhido.

Ainda buscando mais pesquisas sobre o Curso Normal, especificamente no estado de Mato Grosso, realizamos buscas no mês de setembro do ano de 2014, no endereço eletrônico do banco de dados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na página da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Na página da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foram selecionadas três dissertações de mestrado em Educação (ORTIZ, 2014; SIMÕES, 2014; CARVALHO, 2014).

Na dissertação de Fernanda Ros Ortiz, defendida em 28 de março 2014, em Campo Grande/MT, intitulada **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)**, a autora teve como finalidade investigar e analisar as práticas escolares, culturais e sociais ajustadas pelo Curso de Formação de professoras primárias do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora,

haja vista as peculiaridades de uma educação católica, destinada ao público feminino, custeada pelas famílias – em regime de internato, semi-internato ou externato. Ortiz utilizou como fontes documentais correspondências, estrutura curricular, cópias de estatutos, iconografia, entre outros, presentes no arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Foram também coletadas mais de 1.200 imagens desses arquivos, as quais serviram de base para o estabelecimento de um diálogo com as fontes bibliográficas, pistas para busca na legislação referente ao período e discussão teórica a respeito do objeto. De acordo com a autora, o que se verificou foi que os estudos oferecidos no Colégio iam além do preparo para o magistério, pois havia uma formação intelectual agrupada à formação moral e religiosa, as quais, naquela época, permitiram aproximações das alunas às marcas de grandeza no contexto da sociedade campo-grandense.

Vale ressaltar que o estudo de Ortiz (2014) contribui, sobretudo, por revelar que há uma produção sobre o Curso Normal no sul de Mato Grosso, na década de 1960, em Campo Grande e que essa produção apresenta características semelhantes quanto à implantação da Escola Normal em Paranaíba, além de fornecer vestígios de como foi sendo criada umas das primeiras escolas normais no estado de Mato Grosso. No entanto, apresenta diferenças do estudo aqui proposto por se tratar de um curso essencialmente destinado ao público feminino e comprometido com a educação católica.

Caroline Hardoim Simões também defendeu, no ano de 2014, a dissertação intitulada **A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no Sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. Em seus estudos, Simões (2014) teve como objetivo compreender o movimento histórico e analisar as implicações sociais, políticas e econômicas que permearam as questões de formação de professor durante a instalação, a consolidação e o encerramento da Escola Normal Joaquim Murtinho. Analisou fontes documentais, tais como legislações, relatórios, regulamentos e mensagens presidenciais do governo do estado de Mato Grosso, como também cartas, atas, registros e demais documentos da Escola Normal Joaquim Murtinho. Essa pesquisa também se utilizou de entrevistas que foram realizadas com professores e ex-alunos. O aporte teórico adotado esteve vinculado à totalidade do objeto de pesquisa em âmbito histórico, social e econômico. Desse modo, ao findar seus estudos, a autora concluiu que a historicidade da instituição de formação de professores esteve mediada pelas singularidades políticas e econômicas do estado e das condições de materialização da própria prática escolar.

Nessa perspectiva, Luciana Belíssimo de Carvalho defendeu a dissertação **Implantação e consolidação da Escola Normal no sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)**. Carvalho (2014) empreendeu seus estudos a fim de compreender como se deram as ações acerca do processo de implantação e consolidação da Escola Normal Jango de Castro, situada na cidade de Aquidauana, no sul do estado de Mato Grosso, no período que se estendeu de 1949 a 1975. Dessa forma, sua investigação centrou-se no processo histórico que culminou na institucionalização dessa escola, visto que sua análise pautou-se em fontes primárias: legislação (leis, decretos, mensagens, relatórios), arquivos escolares (livros de atas, livros de matrículas, livros-ponto, entre outros) e entrevistas semiestruturadas direcionadas aos ex-dirigentes, ex-alunos e ex-professores da Escola Normal Jango de Castro. Tomando por base a análise e interpretação dos dados, a autora finalizou que o processo de implantação da Escola Normal na região sul do estado de Mato Grosso se vinculou a um contexto amplo, ligado às transformações de caráter econômico, político e social, que seguiu o desenvolvimento das relações sociais da sociedade capitalista da região.

Cabe salientar que todos os trabalhos até aqui apresentados colaboraram para a elaboração dessa pesquisa, visto que o trabalho de Simões como o de Carvalho contribuíram por apresentarem a história de implantação de duas escolas normais no sul de Mato Grosso e, desse modo, forneceram dados sobre o contexto político e social do estado nas décadas de 1960 e 1970, além de utilizarem os mesmos tipos de fontes.

Entretanto, o trabalho de Rozetti (2010) contribuiu para a produção de nossa pesquisa, por se tratar também da história do Curso Normal em uma cidade do interior, que até a década de 1960 possuía uma população, em sua grande maioria, centralizada na zona rural, visto que o Curso Normal em Tupaciguara/MG ainda buscou atender a demanda existente no município por qualificação docente, pois a maior parte dos professores da cidade que atuavam no ensino primário ainda não possuía qualificação profissional. Do mesmo modo, a autora se utiliza dos mesmos tipos de fontes a que recorremos para este estudo. Entretanto, o que diferencia o presente trabalho do elaborado por Rozetti é que, por se tratar de um curso que funcionava em um colégio católico, tinha como característica preparar moças para serem boas mães e esposas, somado ao marco para análise estabelecido pela autora para início em 1961 e término em 1977, quando o colégio começa a aceitar as matrículas de rapazes. No nosso caso, por sua vez, o marco para finalização dos estudos é 1975, quando o curso passa para a denominação de Habilitação Específica para o Magistério.

O trabalho de Vieira (2014) demonstra consonância com a pesquisa aqui apresentada, pois o recorte temporal de nosso trabalho coincide com o período analisado pela autora, ela ainda utilizou os mesmos tipos de fontes de que nos valem, e as organizou de um modo bastante interessante que serve como referência. Incorporou à elaboração de seu trabalho documentos de acervo pessoal, diários íntimos, telegramas, fotos, cadernos de registro. Entretanto, nossa pretensão foi avançar em nosso estudo, ao trazer não somente a configuração do Curso Normal, como trabalhado por Vieira (2014), mas também mostrar como ocorreu o seu funcionamento, além de apresentar as disciplinas ofertadas no curso. Além disso, aproveitamo-nos das entrevistas realizadas com ex-alunas e ex-professoras. Cabe salientar que o estudo de Vieira também difere do nosso, ao realizar um estudo sobre o prédio da Escola Normal a partir da organização do projeto arquitetônico e de seu processo de construção, para assim compreender a cultura escolar.

Assim, após a leitura dos títulos e resumos das pesquisas defendidas na UFMS, constatamos que todas têm uma aproximação temporal e espacial com a nossa pesquisa e, portanto, foram utilizadas como referência em nosso trabalho, uma vez que a proposta de estudo das autoras tem relevância com o que buscamos no primeiro momento do nosso trabalho ao apresentarmos datas de criação de escolas normais que foram instaladas no estado de Mato Grosso. Além disso, tais estudos apresentaram claramente como se deram a implantação de alguns estabelecimentos que tinham a função de formar professores nessas escolas.

Na página eletrônica do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em nível de Mestrado, verificamos que muitos trabalhos vêm sendo produzidos na área da Educação. Dos 74 trabalhos concluídos, nenhuma dissertação de mestrado foi selecionada para nossa leitura, pois não constatamos proximidade com a nossa temática.

Além de todas as pesquisas apresentadas até aqui e que, de alguma forma, estão relacionadas ao nosso objeto de estudo, encontramos trabalhos importantes apresentados nos **Anais do Congresso Brasileiro de História em Educação**. A busca por estudos nesse evento surgiu por permitir acesso a trabalhos apresentados entre pesquisadores e professores universitários de Pós-Graduação e de Pesquisas em Educação nacionais e internacionais, nesse evento internacional que acontece, no Brasil, a cada dois anos.

Na página do Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), nossa pesquisa se concentrou na busca de artigos e comunicações coordenadas apenas em dois Grupos de Trabalho (GTs), a saber: o GT de História da Profissão Docente e o GT de História das Instituições e Práticas Escolares.

Dos trabalhos inscritos para o evento de 2008, no GT de História da Profissão Docente e das Instituições Escolares, selecionamos três trabalhos. O primeiro deles foi a comunicação individual de Ana Paula Gomes Mancini e Paula Nudimila Oliveira Silva, intitulada **A escola Normal Nossa Senhora da Conceição, no Município de Dourados/MS (1940-1970):** saberes escolarizados na formação de professores. As autoras procuraram investigar a história da educação no município de Dourados, entre 1958 e 1970, focando o primeiro curso normal da cidade, desenvolvido na Escola Normal Nossa Senhora da Conceição, inaugurada em 1958. As autoras utilizaram como fontes escritas documentos da instituição (atas, anuários, livros-ponto, cadernos de alunos e registros de matrículas) e apontaram que esse estudo contribuiu para a reconstrução tanto do processo de formação de professores no município de Dourados como da história da primeira Escola Normal sobre a formação de professores para as séries iniciais em Dourados/MS.

O próximo trabalho selecionado foi uma comunicação coordenada ministrada pela professora Dra. Elizabeth Figueiredo Sá, intitulada **A formação de professores em Mato Grosso** (2008a), fruto de uma pesquisa concluída cuja finalidade era desvendar como os saberes da Escola Normal de Cuiabá foram organizados para atender a os anseios das elites dirigentes e intelectuais do estado, por meio da análise da sua grade curricular, entre os anos de 1910 e 1914. As fontes usadas nesse trabalho foram documentos da Instrução Pública localizados no Arquivo Público de Mato Grosso e no acervo da Escola Estadual Presidente Médici.

O último trabalho elencado, do ano de 2008, é uma comunicação coordenada dos Anais do Congresso, apresentada por Regina Tereza Cestari de Oliveira e Margarita Victoria Rodriguez (2008), com tema **História de Escolas Normais:** constituição e difusão de uma instituição escolar formadora de professores. A escola Normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950), fruto também de uma pesquisa concluída que teve por objetivo verificar o processo de implantação e organização da Escola Normal, no sul do estado de Mato Grosso com destaque na cidade de Campo Grande entre 1930 e 1950. No final da pesquisa, as autoras concluíram que a escola funcionou de maneira precária, além de ter um regime disciplinar rígido que regulamentava as relações escolares, e ter sofrido influência da capital Federal e de São Paulo.

Por fim, identificamos, nos anais do ano de 2013, o trabalho de Margarita Victória Rodriguez, Silvia Helena Andrade de Brito, Caroline Haridoim Simões e Luciana Barbosa Belíssimo, intitulado **“A implantação e expansão da Escola Normal no Sul do Mato Grosso (1930-1970)”**, que teve como proposta de estudo a implantação e expansão da Escola Normal no sul de Mato Grosso, no período de 1930 a 1970, levando em consideração as

mudanças sociais e educacionais vivenciadas no Brasil e no sul de Mato Grosso nessa época. Para fundamentar o trabalho, as autoras utilizaram como fontes: leis, regulamentos, mensagens presidenciais, relatórios, além de produções historiográficas produzidas sobre o objeto.

Portanto, os quatro trabalhos localizados no evento da SBHE contribuíram com nosso estudo por apresentarem um panorama sobre a implantação de escolas normais em Mato Grosso, servindo de referência ao apresentarmos como foram sendo disseminados os cursos de formação de professores primários em todo o estado.

A partir da leitura de todos esses trabalhos localizados, foi possível compreendermos a relevância do desenvolvimento de pesquisas históricas sobre o tema formação de professores, oferecida em escolas normais. Do mesmo modo, essas leituras nos ajudaram na fase inicial da nossa pesquisa, porém percebemos certa escassez de dados, ao verificarmos que nesses trabalhos há falta de diálogo do objeto com as legislações vigentes do período de estudo de cada um. Nessa perspectiva, nossa pesquisa contribui apresentando quando ocorreu a implantação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) no estado de Mato Grosso, uma vez que essa lei reformulou e alterou toda a estrutura do ensino no Brasil, além da história de formação de professores primários no município de Paranaíba e também do estado.

Desse modo, partimos em busca de responder as seguintes questões norteadoras dessa investigação:

- Como a Escola Normal Estadual de Paranaíba se configurou?
- Quem eram os alunos?
- Quem eram os professores?
- Quais eram as políticas da época?
- Por que a Escola Normal iniciou tardiamente nessa cidade, considerando-se que na capital a Escola Normal foi instalada em 1911?
- Qual era a situação demográfica do estado de Mato Grosso nos anos de 1960 e 1970?

À vista do exposto, neste estudo, pretendemos compreender e verificar como ocorreu a instalação e o funcionamento da Escola Normal Estadual em Paranaíba.

Para fins de sistematização, estruturamos esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos como se deu a configuração da formação de Normalistas no estado de Mato Grosso, trazendo o contexto da instrução pública e também a expansão do

ensino primário no estado. Também abordamos os caminhos percorridos na formação de normalistas em Mato Grosso, com ênfase para a normatização do ensino do Curso Normal amparado pelo Decreto-Lei nº 8.530/46 (BRASIL, 1946). Por fim, apresentamos como ocorreu a disseminação de escolas Normais em algumas cidades de Mato Grosso.

O segundo capítulo tem como objetivo verificar a organização e o funcionamento do Curso Normal na cidade de Paranaíba/MT em seus aspectos legais e por meio de documentos oficiais do estado. Em seguida, apresentamos, sucintamente, o contexto histórico de Paranaíba. Apontamos, ainda, alguns estabelecimentos que foram importantes na configuração do ensino na cidade de Paranaíba, além de discorrermos sobre como se deu a criação e o funcionamento do Curso. Por último, mostramos a importância das mulheres na educação, o perfil socioeconômico das normalistas e como se configurou o Curso Normal em Paranaíba/MT.

O terceiro capítulo parte da perspectiva da História Oral. Amparados nas concepções de Freitas (2006), recorreremos à técnica da entrevista para recolher narrativas da vivência do ser humano. Desse modo, foram obtidas informações por meio de coleta de fontes orais que foram realizadas com ex-professoras, ex-alunos e também a diretora do Curso Normal no período pesquisado, entendendo que esse método dará consistência ao trabalho por relacionar documentos escritos e fontes orais.

Enfim, os resultados desta pesquisa estarão descritos nas Considerações Finais, dando margens a novas pesquisas.

1 A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DE NORMALISTA EM MATO GROSSO

A profissão docente começou a ter um tratamento diferenciado no Brasil no final do século XVIII, impulsionada pelas mudanças políticas⁵ e sociais que ocorriam no país naquele período, uma vez que a educação ampliou-se e muitas iniciativas⁶ foram criadas e mantidas pelo Estado.

Em consequência dessas transformações, iniciou-se a expansão da instrução pública no país, que conseqüentemente propiciou um aumento na demanda por profissionais da educação para trabalhar em escolas com oferta do ensino primário. Desse modo, foram sendo criadas as primeiras Escolas Normais no Brasil, em meados do século XIX.

A princípio, essas Instituições formadoras de professores eram instaladas no Brasil, funcionavam por um período curto e logo eram fechadas, visto que não havia local adequado para o seu funcionamento, além de não haver professores diplomados para atuar nos cursos. Dessa forma, a disseminação das Escolas Normais foi acontecendo nos estados federativos brasileiros de modo bastante irregular, pois em cada região do país as condições facilitavam ou dificultavam o funcionamento dos cursos.

A respeito desse aspecto, este primeiro capítulo exhibe um panorama de como essas Escolas Normais foram sendo criadas em alguns municípios do estado de Mato Grosso, antes, porém, apresentamos como ocorreu a expansão do ensino primário no estado, por considerarmos que as iniciativas voltadas à formação de professores decorreram desta ampliação.

1.1 Instrução pública em Mato Grosso: a expansão do ensino primário no estado

Instruir a creança é a mais bella das nossas artes, é a nossa sublime agricultura espiritual, é a nossa divina industria, é a nossa viação luminosa para o porvir, é explorar e lapidar as pedras preciosas do talento e da virtude, é valorizar a nossa maior riqueza, é salvar e engrandecer a Patria, é tudo, emfim, para nós, porque ao nosso grandioso Estado só falta o homem feito á sua imagem, e é pela instrucção que se faz o homem. (MATO GROSSO, 1918, p. 24).

Até o século XVIII no Brasil, de acordo com Tanuri (2000), não havia instituições escolares específicas para formação de professores, pois não existia uma preocupação do

⁵ Como bem aponta Piletti (1996), é nesse momento que se intensifica o processo de expansão urbana e de industrialização proporcionando o surgimento de uma nova classe social trabalhadora.

⁶ De acordo com Vicentini e Lugli (2009), no decorrer do processo, marcado por transformações políticas e sociais, a instituição escolar passou a ser considerada a forma mais adequada de educar as futuras gerações em detrimento das outras maneiras criadas até então para tal finalidade.

Poder Público em relação à educação. As poucas escolas primárias existentes nesse período não exigiam do professor uma certificação, visto que bastava dominar os conhecimentos da leitura, da escrita e realizar cálculos para lecionar.

Tanuri (2000, p. 62) acrescenta que

Os estabelecimentos das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública do mundo moderno, ou seja, à implantação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Desse modo, no Brasil, a partir do final do século XVIII e começo do século XIX, os municípios brasileiros começaram a perceber a necessidade de regulamentar o ofício de professor, entendendo que seria necessário constituir um conjunto de normas para serem regulamentadas e regidas pela profissão. A partir dessa determinação de criar normas, segundo Villela (2008), é iniciado um processo que passa a institucionalizar as escolas normais como locais destinados à formação do professor.

As primeiras escolas normais foram sendo criadas em várias unidades de federação no Brasil conforme pode ser verificado na coletânea organizada por José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antonio Pádua Carvalho Lopes (2008) intitulada **As escolas normais no Brasil: do Império à República**, a qual traz: 1835 em Niterói/RJ; 1836 em Salvador/BA; 1842 em Cuiabá/MT; 1846 em São Paulo/SP; 1864 em Teresina/PI; 1869 em Porto Alegre/RS; 1870 em Curitiba/PR e Aracaju/SE; 1873 em Vitória/ES e Natal/RN; 1878 em Fortaleza/CE; 1880 no Rio de Janeiro/RJ e Florianópolis/SC; 1883 em João Pessoa/PB; 1884 em Goiás/GO; 1890 em São Luis/MA; 1907 em Ponte Nova/BA; 1924 em Uberlândia/MG; 1930 em Campo Grande/MS e 1960 em Brasília/DF.

Muitos foram os problemas enfrentados nas primeiras tentativas de aberturas das primeiras escolas normais no país, começando pela falta de prédios próprios e pelas instalações que eram inadequadas, não havia mobiliário apropriado, havia poucos materiais didáticos, funcionando com poucos professores. Esses, entre outros fatores, perduraram por todo o percurso de criação, seguidos de interrupção do funcionamento dos cursos Normais no Brasil, visto que os mesmos começavam a funcionar e logo eram interrompidos (TANURI, 2000).

Com a instauração da Primeira República no Brasil, as unidades federativas passariam por mudanças na educação oriundas desse novo regime que estava sendo implantado. Entre essas transformações, podemos destacar a iniciativa de criar estabelecimentos destinados a formar o professor e também a uniformização de um currículo único a ser seguido pelas instituições escolares em todo o país (TANURI, 2000).

A esse respeito, Tanuri (2000, p. 68) destaca que:

[...] a atividade normativa ou financiadora do Governo Federal no âmbito do ensino normal e primário não chegou a se concretizar na Primeira República, de modo que os estados organizaram independentemente, ao sabor de seus reformadores, os seus respectivos sistemas. Não obstante a ausência de participação federal registram-se alguns avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal pólo econômico do país.

Como a autora esclarece, o Governo Federal pouco participou das iniciativas relacionadas à formação de professores e, desse modo, alguns estados se tornaram referência para outros. Tanuri (2000, p. 68) menciona

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros.

Pode-se observar que a instrução pública no estado de Mato Grosso, assim como em alguns estados brasileiros, recebia influência de reformadores paulistas. Este tema para Amâncio (2008) começou a ser incluído nas discussões dos governantes quando estes perceberam e reconheceram as ideais que apontavam a educação como necessária ao progresso, mas para propiciar a disseminação do ensino primário no estado, seria necessário, também, investir na formação docente.

Na mesma marcha do projeto de modernização em que se passava todo país nos fins do século XIX, Sá (2008a) exemplifica que os governantes de Mato Grosso buscaram, também, promover o desenvolvimento do estado. A princípio, investiram na ruptura geográfica, por meio da anulação de barreiras e distâncias entre os estados, propiciando a integração entre as demais regiões, por meio “[...] da construção das estradas de ferro Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil, da construção das linhas telegráficas e do incremento das navegações” (SÁ, 2008a, p. 1), além de investirem, também, na modernização da educação.

Por outro lado, Leite (1970, p. 92) assinala que “[...] as lutas internas provocadas pelas incertezas dos destinos políticos e das ambições de mando, criaram um ambiente impróprio às discussões em torno do ensino”, em Mato Grosso.

Essas disputas locais pelo poder também foram destacadas por Amâncio (2008), ao ressaltar que em Mato Grosso as lutas pelo poder político foram marcadas pelas inúmeras trocas de presidentes e pelos conflitos entre os grupos que disputavam o governo, pois nos dez primeiros anos da República houve 27 alterações de presidentes⁷ no estado, uma vez que as disputas pelo poder envolviam as camadas dominantes que exerciam um poder econômico maior e que almejavam o político também. Nas palavras de Amâncio (2008, p. 77), “[...] Na luta pelo poder político, alternam-se mandatários no governo dos estados, sendo que o povo assistia a tudo impotente”.

Segundo Siqueira (2000), citada por Amâncio (2008), as disputas políticas em Mato Grosso envolviam duas oligarquias dominadas por coronéis: a primeira era a oligarquia do norte⁸, composta pelos abastados senhores de engenho, que mais tarde tornaram-se usineiros de açúcar; e a oligarquia do sul, composta pelos grandes pecuaristas, pelos comerciantes que lidavam com exportação e importação e também os coronéis da erva-mate. Desse modo, as lutas entre os grupos das oligarquias do norte e do sul afetavam a administração de Mato Grosso e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, uma vez que os conflitos no estado entre 1896 e 1910, causaram a interrupção de iniciativas endereçadas ao ensino primário, pois atenções estavam direcionadas para as disputas por poder que assolavam o estado e não para a modernização da educação.

Somente em 1910, conforme esclarece Sá (2008a), por meio de agitações políticas e melhores condições financeiras, o estado de Mato Grosso no governo do Coronel Pedro Celestino⁹ pôde cuidar do ensino, investindo na reformulação da instrução pública primária e na formação de professores.

O governador Coronel Pedro Celestino, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 1910, assevera que “nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária sem conveniente habilitação de pessoal para regência das escolas dessa categoria [...]”, (MATO GROSSO, 1910, p. 7). Assim, notamos sua preocupação por parte de Mato Grosso não ter profissionais habilitados que pudessem contribuir com sua proposta de modernizar o estado por meio do ensino primário.

⁷ Nesse período da República, os presidentes do estado de Mato Grosso, mencionados por Amâncio, correspondem, atualmente, aos governadores.

⁸ De acordo com Siqueira (2000), a oligarquia do norte era apoiada pelo Partido Político Republicano, que dominava Mato Grosso quando Campos Salles assumiu a presidência da República.

⁹ Pedro Celestino Correa da Costa foi um militar e político brasileiro, governador do estado de Mato Grosso em duas ocasiões. Seu primeiro governo foi 12/10/1908 a 15/08/1911. O segundo governo corresponde 22/01/1922 a 25/10/1924 (SILVA, 1993).

Em virtude da falta de profissionais formados no estado, Pedro Celestino contratou dois professores paulistas normalistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, com o objetivo de reorganizar a instrução pública do estado (AMÂNCIO, 2008). Estes dois professores, segundo Amâncio (2008, p. 84), são de uma “[...] geração produtiva e comprometida com os princípios republicanos, estavam ‘afinados’ com a metodologia propagada pela Escola Normal de São Paulo e com a bibliografia pedagógica publicada nesse período.” Entendemos que as primeiras mudanças adotadas na instrução pública em Mato Grosso foram por influência desses professores.

Em 1910, no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, a instrução pública de Mato Grosso passa por uma reforma, consubstanciada no Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso¹⁰. Esse Regulamento teve um importante papel na instrução pública do Mato Grosso, porque desencadeou ações e decisões importantes na educação pública primária. (AMÂNCIO, 2008).

Como resultado da reforma Rodrigues (1998) declara que o ensino público sofreu uma remodelação uniformizada na reforma da Instrução Pública de 1910, sob a proteção de Pedro Celestino Corrêa da Costa. A partir da reforma, conforme esclarece Oliveira; Jesus e Miranda (2008), foi criada a escola normal em Cuiabá, estabelecimento que objetivava a formação de professores primários. Nesse sentido, Oliveira, Jesus e Miranda (2008, p. 3-4), esclarecem

Juntamente com esta, foi criada uma Escola Modelo que servia de laboratório para que os professores aplicassem, na prática, os ensinamentos recebidos. A reunião dos alunos em um mesmo espaço escolar facilitou o trabalho dos professores. Esse avanço facilitou e aperfeiçoou o sistema escolar, assim como ficou concentrado, num mesmo espaço físico, o material didático-pedagógico a ser utilizado por vários professores.

Desse modo, a Escola Normal de Cuiabá¹¹ foi criada de acordo com Silva (2006), por meio da Lei nº 533 de 4 de julho de 1910 e instalada dia 1º de fevereiro de 1911, sob a direção do professor contratado Leowigildo Martins de Mello. Incorporou em um só estabelecimento, afirma Silva (2006, p. 22), “[...] a Escola Normal, a Escola Modelo e o Jardim de Infância.”

¹⁰ Esse Regulamento é enfocado nas pesquisas de Rodrigues (1998), que investiga o papel da Reforma de 1910 (AMÂNCIO, 2008).

¹¹ A Escola Normal de Cuiabá foi criada em 1932 por meio do Decreto 132, recebeu a denominação de Escola Normal Pedro Celestino, em homenagem ao seu fundador e foi a efetivação de uma proposta de formação de professores em Mato Grosso a nível secundário, tão ansiada e ensaiada no século XIX (SILVA, 2006).

Sendo assim, Marcílio (1963, p. 134) enfatiza

A escola modelo destinar-se ia à prática pedagógica dos alunos e do segundo e terceiro anos normais.... O jardim de infância teria como finalidade ministrar às crianças de 3 à 6 anos de idade “uma educação inicial, tendente a desenvolver-lhe a capacidade física e moral, e de observação, criação e execução, assim o cultivo da língua materna e dos bons costumes.

Mas as ideias e mudanças difundidas pelos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann também eram compartilhadas por outros que tiveram a mesma formação que eles na capital paulista. Conforme afirma Amâncio (2008, p. 87), baseado nos estudos de Tanuri (1979), Monarcha (1994), Magnani (1997) e Souza (1996, 1998):

A vinda para Mato Grosso da primeira dupla de professores e também dos demais normalistas deve ser entendida como parte de um fenômeno mais amplo, ocorrido na Escola Normal de São Paulo, considerada, desde a sua reforma em 1890, como pólo irradiador de um novo ideário pedagógico de alcance rápido para combater o analfabetismo e a ignorância.

Contudo, a situação pouco mudou, iniciativas como esta de buscar profissionais habilitados em outros estados não foram suficientes, como podemos destacar nas representações¹² deixadas nas mensagens do governador D. Francisco de Aquino Correa¹³, no ano de 1918, ao escrever que o estado de Mato Grosso, assim como o restante do país, tinha uma instrução pública “deficiente” e “em franca decadência” (MATO GROSSO, 1918). Nesse sentido, o governador, ao tomar posse, revelou que o estado passava por graves problemas educacionais. Ele verificou a falta de estabelecimentos para oferta de ensino primário e secundário, apontando a obrigação do estado na criação de escolas, porém necessitava também de profissionais para trabalharem nesses estabelecimentos.

No ano seguinte, em outra mensagem, o governador do estado de Mato Grosso, Francisco Aquino Correa, afirmava que o estado oferecia uma instrução pública, porém, “somente primária e secundária”, uma vez que a oferta do ensino primário competia aos Grupos Escolares e também às escolas isoladas, espalhadas pelo estado (MATO GROSSO, 1919).

¹² Em conformidade Chartier (1991 apud OLIVEIRA, 2014, p. 22) por representações entende “[...] compreender o passado, não como a verdade sobre o que aconteceu, mas como uma aproximação dessa realidade que nos vem por meio de fontes e indícios de um tempo no qual os homens e mulheres desenvolveram suas estratégias e atividades sociais e culturais para se pensar e agir na realidade em que se insere”.

¹³ D. Francisco de Aquino Correa foi arcebispo de Cuiabá e governador do Estado de Mato Grosso a partir 22/01/1918 a 21/01/1922. Também poeta e escritor, foi o primeiro mato-grossense a pertencer à Academia Brasileira de Letras, um dos principais incentivadores à fundação da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (SILVA, 1993).

Desse modo, as mensagens do governador D. Francisco de Aquino Correa, no ano de 1919, no estado de Mato Grosso, evidenciaram que o ensino primário deveria ser fornecido pelas Escolas Isoladas e pelos Grupos Escolares, mas, nesse período, eram poucos os estabelecimentos existentes no estado responsáveis por ofertar o ensino. De modo, o governo se dispôs a construir novos prédios para conseguir atender toda a população mato-grossense¹⁴. De acordo com o governador, “[...] o coeficiente escolar, com quanto melhorando em 1919, ainda é muito baixo para uma população de 25.000 crianças em idade escolar, que se pode atribuir a Mato-Grosso” (MATO GROSSO, 1920, p. 34).

Como podemos observar, entre os anos 1919 e 1920, a visão do governador em relação à instrução pública do estado passou a ter outro sentido, pois apontava mudanças para que, assim, o estado conseguisse melhorar sua educação. No entanto, na mensagem de 1920, Francisco Aquino Correa questiona o aumento do número de escolas no interior do estado, em razão da expansão territorial, do aumento de habitantes dispersos em seus quilômetros quadrados, da falta de verbas, de comunicação e de pessoal habilitado, e dispostos a sujeitar-se, com modestas remunerações, à vida do interior, insuficiência da receita pública, pouco ou nenhum concurso da parte dos municípios, além de essas escolas não possuírem material escolar suficiente para atender todos os alunos. De acordo com o governador, essa situação só seria modificada se existisse uma inspeção competente:

Penso, porém, como já vos dizia na anterior mensagem, que o Estado possa e deva, desde logo melhorar, as condições geraes do ensino, tornando, quanto possível, efficiente a fiscalização das escolas, sem a qual faz-se inútil, se não prejudicial, a multiplicação das mesmas. (MATO GROSSO, 1920, p. 31).

Além disso, no estado de Mato Grosso, estabelecimentos escolares primários reuniam em uma sala de aula alunos de diferentes níveis de conhecimento, e que eram denominadas Escolas Isoladas, pois além de diminuir os gastos destinados à educação, facilitavam a fiscalização nessas instituições. Essas escolas poderiam ser situadas em distritos, vilas, áreas rurais e pequenos núcleos urbanos, uma vez que estavam presentes em todas as localidades do estado, e que permitiram às crianças e aos adolescentes o acesso à educação primária. Dessa forma, o governador D. Francisco de Aquino Correa, alegou que em 1920 a verba disponível para o orçamento do seu governo para despesas com a instrução correspondia a 691:260 \$ 000¹⁵, porém ao somar 76:4000 \$ 000 destinados a 12 estudantes pobres filhos de Mato

¹⁴ Escrita utilizada no período de 1919, está em conformidade com o texto original.

¹⁵ O dinheiro utilizado na época era denominado como contos de réis.

Grosso, que frequentam escolas superiores perfazem o total de 767: 660 \$ 000, ultrapassando desse modo o que foi destinado a princípio (MATO GROSSO, 1920).

De acordo com Silva (2003), as escolas isoladas estavam presentes enquanto categoria escolar em todo o Brasil e, conforme Souza (1998, p. 51), nos primeiros decênios republicanos, “[...] sobreviveram à sombra dos grupos escolares, nas cidades, nos bairros e no campo”. No entanto, a autora acrescenta que, apesar de as Escolas Isoladas “[...] serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados e nelas continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para professores” (SOUZA, 1998, p. 51).

Nessas Escolas Isoladas havia um grande desafio a superar. Os professores encontravam muitas dificuldades na realização do seu trabalho, pois esses locais eram desprovidos de condições de infraestruturas adequadas e necessárias para que pudessem ser ministradas aulas, visto que eram regiões rurais e com povoações recentes. Diante disso, podemos considerar que as Escolas Isoladas, como o próprio nome sugere, encontravam-se afastadas dos centros urbanos e, conseqüentemente, com difícil acesso tanto para o professor quanto para os estudantes.

As Escolas Isoladas, mesmo que instaladas “[...] nas áreas urbanas, nos bairros populares, em distritos de paz, nas vilas industriais e nos núcleos de colonização, foram cada vez mais identificadas como uma escola primária tipicamente de zona rural” (SOUZA, 2010, p. 148). Mesmo aquelas que tiveram suas instalações em zonas urbanas eram caracterizadas como escolas de zonas rurais.

Desse modo, na Tabela 1, podemos observar como eram distribuídas as Escolas Isoladas no estado de Mato Grosso no período que corresponde ao ano 1922, uma vez que esses dados se constituem por meio dos indícios apresentados nos documentos dos governadores do período:

TABELA 1 - Escolas Isoladas - 1922

Municípios	Masc.	Fem.	Mixta	Total
Cuiabá	8	9	21	38
Santo Antônio do Rio Abaixo	4	3	11	18
Rosário Oeste	12	12
Corumbá	2	3	6	11
Poconé	3	2	5	10
Registro do Araguaia	2	2	5	9

(continua)

Municípios	(conclusão)			
	Masc.	Fem.	Mixta	Total
Coxim	2	3	3	8
Diamantino	1	1	5	7
Aquidauana	1	1	4	6
Santo Antonio do Rio Madeira	5	5
Bela Vista	1	1	2	4
Livramento	2	1	2	5
Ponta Porã	1	1	3	5
Campo Grande	4	4
Bela Vista	1	1	2	4
Mato Grosso	2	1	1	4
Porto Murtinho	1	1	1	3
Miranda	1	1	1	3
Nioac	1	1	1	3
Três Lagoas	2	2
Sant'Anna do Paranahyba	1	1		2
S. Luiz de Caceres	1
Total	33	32	95	160

Fonte: Mato Grosso (1922, p. 20).

De acordo com os números apresentados na Tabela 1, podemos verificar que a capital do estado de Mato Grosso – Cuiabá – era o local onde havia maior número de Escolas Isoladas no ano 1922, seguida da cidade de Santo Antonio do Rio Abaixo, com o total de 18 escolas. Na cidade objeto deste estudo – Sant'Anna do Paranahyba¹⁶ – por sua vez, havia duas Escolas Isoladas. Portanto, no ano letivo de 1922, o número de Escolas Isoladas correspondia ao total de 160, distribuídas nos 21 municípios indicados na referida Tabela. Cabe lembrar que o estado somava, em 1920, um total de 49.953¹⁷ crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, em idade escolar, entretanto, em mensagem dirigida a Assembleia Legislativa, o Governador do estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa apresentou o seguinte resumo:

[...] podemos computar o numero de alunos das aulas primárias da maneira seguinte:	
Em escolas isoladas, com matricula conhecida	3.248
Em escolas isoladas, com matricula calculada	1.060
Em grupos escolares	1.832
Total	6.140

(MATO GROSSO, 1923, p. 37).

¹⁶ Até 1938, a denominação do município de Paranaíba era Sant'Anna do Paranahyba (CAMPESTRINI, 2002).

¹⁷ Diretrizes para a educação em Mato Grosso, de 1965.

Pedro Celestino Correa da Costa acrescenta a necessidade, também, de levar em conta o número de alunos das escolas particulares que não andara longe de 1.000, embora fosse desconhecida a sua estatística minuciosa.

Apesar de não termos localizado o número exato de crianças em idade escolar em 1922, podemos concluir, com base no total encontrado em 1920, que mesmo sendo poucas as unidades escolares em Mato Grosso nesse período, o número de matrículas na instrução pública também era reduzido, pois, conforme examinamos nos números apresentados aproximadamente, 14,29% da população em idade escolar frequentavam a escola.

Outro modelo de instituição escolar começou a ser criado a partir de 1908, no estado de Mato Grosso, eram os Grupos Escolares. Essa nova configuração possibilitou algumas alterações no cenário da educação para a sociedade no período republicano, pois visavam a um novo modo de escolarização. Entretanto, Bertoletti (2013, p. 2) afirma que os grupos escolares, conforme previa a legislação de Mato Grosso, a partir de 1908, pela Lei nº 508, e normatizados no Regulamento da Instrução Pública, de 1910, tiveram “[...] implantação gradual e lenta, cercada de disputas e conflitos, e sua instalação na maioria das cidades mato-grossenses foi bastante parcial, prevalecendo as escolas isoladas”.

Entender o significado dos grupos escolares em Mato Grosso, segundo Amâncio (2008, p. 91), exige

[...] um exercício de compreensão da organização anterior a implantação dos grupos, tendo em vista que essa instituição escolar consistiu-se numa estrutura totalmente diferente das escolas isoladas existentes até então. Dispersas pelo grande território mato-grossense, essas escolas mantinham enormes distâncias entre si, com número variado de alunos, sem uniformidade em termos de métodos e programas de ensino.

No estado de São Paulo, essas instituições escolares eram consideradas o tipo de escola que melhor atendia às necessidades de difusão do ensino primário, conforme esclarece Souza (1998, p. 16):

[...] os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época. Consequentemente, eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio de novos métodos de ensino. A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola.

Melhorar a instrução pública dependia de uma reorganização no ensino e isso envolvia a formação de professores para que pudessem estar habilitados para trabalhar nesse novo sistema de modernização da educação que era ofertada por meio dos Grupos Escolares, uma vez que, nesses estabelecimentos, previa-se a implantação de novos métodos de ensino e novos programas, como exemplos do estado de São Paulo.

Outros aspectos dessas instituições escolares são destacados por Gonçalves (2009, p. 34): “[...] no interior dos grupos escolares a disciplina era rígida, os alunos deveriam ter um bom comportamento, observar a higiene, o cumprimento dos deveres, a pontualidade e a frequência”. Sem dúvida, os Grupos Escolares trouxeram para o Brasil uma nova estrutura de organização escolar, uma vez que para Mato Grosso, conforme apresenta Amâncio (2008, p. 91), “[...] representava um fator de modernização cultural, ainda que fosse necessário desafiar as condições sociais e econômicas do estado para implantação”.

A partir da criação dos Grupos Escolares no ensino público primário no Brasil e no estado de Mato Grosso, a educação passou por uma considerável transformação, visto que o currículo passara por uma organização que proporcionava um ensino voltado à seriação dos alunos sob a orientação de um só professor.

Vale ressaltarmos que as consequências oriundas das reformas educacionais do século XIX, no período republicano, mudaram todo o contexto da educação no estado São Paulo, já que esse estado, segundo Tanuri (2000), foi modelo para outros estados do país. As reformas na educação foram, conforme esclarece a autora, a formação de professores, métodos novos de ensino e construção de escolas. Nesse momento, as escolas normais tornaram-se o estabelecimento responsável para a formação de professores, onde receberiam uma formação científica e metodológica, além de aprender novas formas de trabalhar com as crianças.

Portanto, constatamos que não havia um modelo único de educação no Brasil na Primeira República que se baseava na “economia rural-comercial” (AMÂNCIO, 2008, p. 104), mas sim modelos que propunham diferentes meios de disseminar e modernizar o ensino público primário.

No entanto, vale advertir que a implantação dos Grupos Escolares no estado de Mato Grosso não teve a mesma trajetória de grandeza que o estado de São Paulo, uma vez que a reforma paulista, segundo Amâncio (2008), foi inspirada em instituições de ensino de outros países, além do fato desse estado estar ligado a uma fase adiantada do capitalismo industrial. Assim, os fatores sociais, econômicos, políticos e culturais foram determinantes para que cada região fosse aderindo às reformas educacionais.

Em consonância, Reis Filho (1995), citado por Amâncio (2008), alega que a concretização das inovações no ensino dependia do setor socioeconômico que as sustentaria, pois isso explicaria o compasso desigual que se deu na criação dos Grupos Escolares nos estados de São Paulo e Mato Grosso.

Nessa perspectiva, apresentamos na Tabela 2 como estava a situação do grau de instrução em todas as unidades federativas brasileiras, no ano de 1920, quanto aos que sabiam ou não ler e escrever. Optamos por estabelecer uma comparação com a população de São Paulo, por ser esse estado o modelo de educação seguido pelo estado de Mato Grosso, conforme destacaram Tanuri (2000) e Amâncio (2008). Desse modo, os dados obtidos na pesquisa realizada pelo IBGE, apontam o Brasil com uma população, em 1920, de 30.635.605 habitantes. Desse total, 246.612 habitantes compõem a população de Mato Grosso, que não correspondia nem a 1% da população total brasileira, ao passo que a população de São Paulo era de 4.592.188, com um percentual de 14,98%. Valendo-nos desses dados podemos concluir que o estado paulista tinha uma oferta maior do ensino primário do que o estado de Mato Grosso, visto que sua população também era maior.

TABELA 2 - Total de população conforme o grau de instrução (1920)

Situação Demográfica – Recenseamento 1920			
População do Brasil e das suas Unidades Políticas, segundo o grau de instrução			
UNIDADES POLÍTICAS	POPULAÇÃO		
	TOTAL	SABENDO LER E ESCREVER	NÃO SABENDO LER NEM ESCREVER
Amazonas	363 166	96 614	266 552
Baía	3 331 465	613 475	2 720 990
Espírito Santo	457 328	107 928	349 400
Goiaz	511 919	78 530	433 389
Maranhão	874 337	138 431	735 906
Mato Grosso	246 612	71 793	174 819
Minas Gerais	5 888 174	1 216 641	4 671 533
Pará	983 507	287 701	695 806
Paraíba	961 106	126 951	834 155
Paraná	685 711	193 199	492 512
Pernambuco	2 154 835	384 533	1 770 302
Piauí	609 003	72 942	536 061
Rio de Janeiro	1 559 371	385 396	1 173 975
Rio G. do Norte	537 135	95 415	440 720
Rio G. do Sul	2 182 713	847 942	1 334 771
Santa Catarina	668 743	197 401	471 342
São Paulo	4 592 188	1 369 579	3 222 609
Sergipe	477 064	79 635	397 429
Território do Acre	92 379	27 498	64 881
BRASIL	30 635 605	7 493 357	23 143 248

Fonte: ANUÁRIO... (1936).

Como pode ser verificado, na Tabela 2, Mato Grosso registrou uma população de 71.793 habitantes que conseguiam ler e escrever, sendo que a soma dos que não sabiam ler e escrever ultrapassava os que sabiam, uma vez que, embora São Paulo tivesse um número maior de habitantes, o percentual era o mesmo referente ao grau de instrução, que correspondia a 29% de ambos os estados. Portanto, podemos concluir que, apesar de São Paulo ser uma unidade federativa com maior desenvolvimento industrial e urbano em relação ao estado de Mato Grosso, ambas as regiões ainda tinham muito a fazer pela instrução pública dos seus estados.

Uma possível explicação para o elevado número de pessoas não alfabetizadas em Mato Grosso pode ser observada por meio dos indícios presentes na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1921, pelo Governador do estado de Mato Grosso, D. Francisco de Aquino Correa, “[...] não depende tão somente do aumento do número das escolas, mas principalmente da eficiência das que já existem, e para este ponto devem convergir as vistas dos administradores” (MATO GROSSO, 1921, p. 22).

Portanto, em Mato Grosso, já existiam várias escolas de responsabilidade do estado distribuídas nos municípios mato-grossenses, porém, não havia profissionais habilitados e suficientes para trabalharem nessas escolas, uma vez que a maioria dos professores no estado era composta por leigos (SÁ, 2008a). Contudo, a falta de professores preparados para trabalhar no ensino primário não era o único problema enfrentado no estado, também havia pouca demanda de alunos, pois, até 1921, nas escolas isoladas, tinham sido matriculados mais ou menos entre 4.500¹⁸ alunos.

A propósito, em 1921, de acordo com mensagem conduzida à Assembleia Legislativa, pelo D. Francisco de Aquino Correa, Governador do estado, a Escola Normal da capital, em Cuiabá, era o único estabelecimento responsável pela preparação dos mestres encarregados pela disseminação da instrução pública primária em Mato Grosso, e que até essa data havia diplomado apenas o total de 59 professores normalistas. Como podemos verificar, esse número de professores que estava sendo formado ainda era muito inferior à demanda, se compararmos a necessidade do ensino primário no estado, considerando-se que no estado havia “[...] 5 grupos escolares e 154 escolas isoladas” (MATO GROSSO, 1921, p. 25), para esses professores trabalharem.

No entanto, na mesma mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1921, o Governador do estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa apresentava problemas encontrados pelo estado em propagar mais escolas primárias,

¹⁸ Número retirado da mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1921, pelo Presidente do estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa.

[...] extensão enorme do território do Estado, população muito disseminada, escassez de meios fáceis de comunicação, falta pessoal habilitado e disposto a sujeitar-se, com módicos vencimentos, à vida do interior, insuficiência da receita pública, pouco ou nenhum concurso da parte dos municípios e, finalmente, fiscalização quase nula. (MATO GROSSO, 1921, p. 22-30).

De fato, a vasta extensão territorial do estado somada à falta de professores dificultou a difusão do ensino primário em Mato Grosso. No entanto, o Coronel Pedro Celestino Correa da Costa alega ter conhecimento dessas barreiras enfrentadas na gestão D. Francisco de Aquino Correa, por isso ele acreditava que “Nenhum progresso é possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a difusão do ensino útil pela massa popular” (MATO GROSSO, 1923, p. 34).

Na década de 1920, a educação passou a ser oferecida em outro tipo de instituição no estado de Mato Grosso, eram as chamadas Escolas Reunidas, essas escolas representavam

[...] uma economia aos cofres públicos, pois não exigiam a contratação de uma pessoa específica para assumir a função de diretor, com uma gratificação fixa; necessitavam de um número menor de alunos para serem instaladas, exigiam prédios escolares mais simples, não necessitando do investimento em grandes obras para a construção de uma escola-monumento, como era próprio dos grupos escolares. Tal característica, além de tornar as Escolas Reunidas um modelo econômico, possibilitava a sua instalação em qualquer localidade, permitindo rapidamente a sua expansão. (SÁ, 2008b, p. 11-12).

Desse modo, no ano de 1923, Pedro Celestino afirma que, em virtude da situação financeira do estado, não era possível modificar o quadro da educação pública e, a partir daquele momento, ele requeria licença para criar Escolas Reunidas no estado de Mato Grosso, além de solicitar ajuda financeira aos municípios declarando que somente com essa ajuda o governo poderia preparar os alunos para o exercício da cidadania, conforme podemos verificar na mensagem:

Não permitindo a nossa situação financeira satisfazer todas as necessidades da instrução, seria conveniente autorizardes o governo a organizar escolas reunidas [...], do que se pratica em São Paulo e em outros Estados em que a solução dos problemas de ensino esta mais adiantada. [...], Essas dificuldades, entretanto, muito serão diminuídas desde que as municipalidades tomem interesses em colaborar com o governo na sua precípua missão de reconstruir o estado, preparando nas escolas os obreiros da sua grandeza futura. (MATO GROSSO, 1923, p. 34-35).

Desse modo, as Escolas Reunidas, conforme esclarece Souza (2009, p. 143), foram arquitetadas como uma escola de baixo custo e que implicava a “reunião de escolas funcionando em um mesmo espaço objetivando a racionalização das atividades e a divisão do

trabalho dos professores”. Como o estado de Mato Grosso passava por dificuldades financeiras, essas escolas poderiam colaborar com a instrução pública, por um baixo custo, uma vez que as escolas reunidas eram mais econômicas, se comparadas com os grupos escolares.

A criação das Escolas Reunidas, conforme Gonçalves (2009, p. 85) esclarece, ocorreu de acordo com o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927, em seu art. 19, “Quando num raio de dois quilômetros funcionarem três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento, que receberá a denominação de ‘Escolas Reunidas’”.

Esse Regulamento de 1927 deu outra organização e classificação às escolas primárias em Mato Grosso, como descrito por Gonçalves (2009, p. 85)

[...] imprimiu uma nova reorganização ao ensino no estado ao classificar as escolas. Os ‘grupos escolares’ para atender a um maior número de crianças, ou seja, até 250, num raio de 2 quilômetros. As ‘escolas isoladas rurais’, aquelas situadas a mais de três quilômetros dos centros urbanos, dando atendimento até 30 crianças e as ‘escolas isoladas urbanas’ que ficavam localizadas num raio de até três quilômetros da sede do município, visando atender também até 30 crianças, e as ‘escolas reunidas’, estabelecidas num raio de dois quilômetros e que reuniam três ou mais escolas isoladas, com frequência total mínima de 80 alunos.

A partir da Revolução de 1930, segundo Carvalho (2014), as transformações econômicas advindas dos grandes centros do país, impulsionaram para todo o Brasil o processo de industrialização e urbanização, visto que a demanda por educação e escolas nesse período tornou-se maior. Nesse sentido, Mato Grosso, embora tivesse uma relação capitalista rudimentar, não estava fora da revolução, ao passo que sua classe dirigente, influenciada pelos novos ideais de progresso, procurou seguir tal tendência ao desencadear infraestruturas para também alavancar o desenvolvimento do estado (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2013).

Segundo Bittar (2004), citado por Carvalho (2014), a cidade de Campo Grande, localizada no sul do estado de Mato Grosso, foi uma das primeiras regiões do estado a desenvolver suas condições de infraestrutura para expansão da educação pública nesse período. A partir da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e também por oferecer luz elétrica, iniciou-se o processo de modernização e desenvolvimento dessa região, pois a chegada da ferrovia ocasionou a imigração/migração¹⁹ de pessoas no estado, tornando-

¹⁹ Em 1940, o recenseamento da população de Mato Grosso indicava a cidade de Campo Grande como a mais populosa de todo o estado, com 23.054 habitantes, seguida da capital do estado, Cuiabá, com 18.861 (ARAÚJO, 1997).

se um fator importante para pensar a formação de professores, uma vez que deveria atender a uma demanda maior de escolarização local, em decorrência do aumento de habitantes.

Desse modo, Simões (2014) defendia a instalação da escola Normal em Campo Grande, criada pela administração anterior ao governo de Annibal Toledo²⁰ mediante o Decreto nº 865, em 1929. Entretanto, na mensagem desse governador, consta que a Escola Normal foi oficialmente instalada no dia 21 de fevereiro de 1930, isso porque, no momento da instalação, as condições econômicas somadas com o golpe de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente Provisório da República Brasileira, ocasionou a destituição de Annibal de Toledo do cargo de Governador de Mato Grosso.

No início da República, em 1930, houve muitos embates políticos constituídos por questões econômicas no estado de Mato Grosso. Nesse sentido, Simões (2014) exemplifica que a economia da região norte do estado foi prejudicada com a crise da borracha e do açúcar, enquanto a região sul matinha um pequeno crescimento comercial, especialmente nas cidades alcançadas pela estrada de ferro, como a cidade de Campo Grande.

Com isso, em 1932, o Secretário do estado Leonidas Antero de Mattos, segundo Simões (2014), promulgou o Decreto nº 129, que regulamentava o processo de equiparação das Escolas Normais em Mato Grosso, uma vez que neste período havia não só a implantação da nova Escola Normal pública ao sul do estado, como também de outras instituições desta modalidade de cunho particular, entre as quais Araújo (1997) destaca a Escola Normal D. Bosco, também em Campo Grande, dirigida pelas freiras da Congregação Salesiana, tendo sua primeira turma de formandos em 1933.

Portanto, no estado de Mato Grosso, até 1930, havia apenas três Escolas Normais, uma na capital Cuiabá e duas na cidade de Campo Grande, responsáveis por formar professores para trabalharem nas escolas primárias que vinham sendo construídas no estado. Embora tenha ocorrido uma expansão no Ensino Normal na região sul, nesse período, Araújo (1997) destaca que o número de alunos formados nas duas escolas em Campo Grande não ultrapassou o total de 100 normalistas, isso porque havia evasão durante os quatro anos do curso, diminuindo o número de formandos. Nesse cenário de progresso almejado pelo estado, o ensino primário é destacado na mensagem do Governador do estado de Mato Grosso, Dr. Annibal Toledo, em 1930, como um dos serviços públicos mais eficientes do estado. Iniciada em 1910, a instrução pública do estado promoveu a adoção de métodos pedagógicos modernos e a introdução de professores paulistas. Assim, a semente se desenvolveu na

²⁰ Annibal Benício de Toledo foi governador do estado de Mato Grosso no período de 22/01/1930 a 30/10/1930 (SILVA, 1993).

capital, como um terreno fértil, e propagou pelas cidades principais em Grupos Escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Tesouro (MATO GROSSO, 1930).

Em contrapartida, Annibal Toledo pontua que não se podia dizer o mesmo do ensino público ofertado nas escolas rurais, espalhadas pelo interior, onde a falta de instalações apropriadas, a deficiência de material escolar, a impossibilidade de encontrar professores diplomados para atuar nelas e a ausência quase absoluta de fiscalização, tornava insignificante ou nula a contribuição de uma grande parte delas para a instrução da infância residente fora das cidades e das vilas (MATO GROSSO, 1930). No início da década de 1930, havia um total de 175 Escolas Isoladas, sendo 32 urbanas, 13 ambulantes e uma predominância de “130 escolas rurais” em Mato Grosso, afirma Annibal Toledo (1930), porém sem condições de funcionamento.

No estado de Mato Grosso vinham sendo seguidos os ideários da educação paulista, mas muito havia, ainda, a ser feito nos municípios mato-grossenses, pois o estado tinha uma economia baseada na agricultura, com a maior parte da população concentrada na zona rural.

Desse modo, podemos observar, na Tabela 3, como estava a oferta de ensino primário em Mato Grosso, entre 1932 e 1933, por meio de uma pesquisa realizada pelo IBGE. Conforme os dados quantitativos, todas as escolas primárias do estado de Mato Grosso, em 1932, somavam um total de apenas 238 instituições entre públicas e particulares, com um percentual de matrícula geral de 16.407 alunos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1937). No ano de 1933, o número de escolas aumentou para 302, com matrícula de 20.436 no ensino primário e, em 1934, o número de estabelecimentos chegou a 323 escolas primárias, totalizando 22.017 matrículas. Desse modo, podemos concluir que, do ano 1932 para 1933, as escolas cresceram 21,94% e os alunos 19,71%; logo, de 1933 a 1934 foi menor a porcentagem, sendo 6,5% para criação de escolas e 7,18% de matrículas.

TABELA 3 - Estabelecimentos de Ensino Primário - 1932 a 1934

		EDUCAÇÃO								
		ESTABELECEMENTOS QUE MINISTRARAM ENSINO PRIMARIO								
UNIDADES FEDERADAS	Anos	PUBLICOS			Total	PARTICULARES				Total geral
		Federais	Estaduais	Muni- cipais		Dos quais Subvencionados				
					De ensino gratuito	Pela União	Pelo Estado	Pelos Municípios		
	1932	—	177	8	53	2	3	2	17	238
Mato Grosso	1933	—	203	30	69	5	2	3	24	302
	1934	—	204	31	88	—	—	2	14	323

Fonte: ANUÁRIO... (1937).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, o ensino municipal era quase inexistente em 1932, havendo um aumento no número de escolas no ano seguinte. Desse modo, ficou evidenciado que o estado era o órgão responsável por fornecer o maior número de ensino primário em Mato Grosso no período do referido recenseamento, isso porque o índice de oferta de escolas estaduais era muito maior em relação às municipais e particulares.

Embora existissem várias escolas instaladas nos centros dos municípios de Mato Grosso, o número de matrículas existentes em estabelecimentos escolares espalhados na zona rural no estado ainda era grande. De acordo com os dados do IBGE, no ano de 1932, registrou-se um total de 16.791 matrículas geral em todo o estado, das quais 2.971 matrículas ocorreram em escolas rurais totalizando 17,69% do total nesse período. Em 1933, o estado atingiu o número de 20.888 matrículas, uma vez que 5.429 alunos foram matriculados na zona rural, desse total, chegou-se a 25,99%, no ano de 1934 o número de matrículas geral aumentou novamente para 22.647, e o número de matrículas em escolas rurais também registrou alta para 6.313, com um aumento relativo de 27,87% (IBGE, 1937).

Quanto ao número de profissionais, no ano 1933, segundo os dados apresentados pelo IBGE (1936), o estado de Mato Grosso tinha um total de 622 professores trabalhando no ensino primário no estado, dos quais 420 estavam atuando na zona urbana, 35 nos distritos e 167 na zona rural.

Apesar desse número de professores ser relativamente pequeno diante do tamanho do estado e da oferta do ensino primário, em 1937, Araújo (1997) expõe que o interventor Júlio Strubing Müller²¹ decretou o fechamento de duas Escolas Normais – a de Cuiabá e a de Campo Grande –, além de incorporar a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano,

²¹ Júlio Strubing Müller foi governador do estado de Mato Grosso a partir de 4 de outubro a 24 de novembro de 1937 e após essa data torna-se interventor federal, até 8 de novembro de 1945 (SILVA, 1993).

extinguindo, assim, os Cursos Normais, para criar escolas profissionais e cursos como o de Guarda-livros. Desse modo, os candidatos que desejassem dedicar-se à profissão de professor primário, de acordo com Araújo (1997), deveriam matricular-se no Curso de Especialização para professores, com a duração de um ano.

Nesse sentido, Lourenço Filho (1942, p. 9) na introdução do boletim n. 22 sobre Organização do ensino primário e normal no Estado de Mato Grosso explica como ficou a formação de professores:

[...] Mato Grosso reformou, em fins de 1937, o sistema de preparação do professorado, que passou a ser feito, depois do curso secundário, em um ano de estudos especializados, em organização anexa ao Liceu Cuiabano. Desde 1939, a mesma reforma se fez na Escola Normal de Campo Grande. Mas para que outras zonas do estado possam ser atendidas, haverá necessidade de cursos normais de cunho mais simples, e nos quais se orientem evidentemente os futuros mestres para a ação social que lhes compete.

Desse modo, podemos concluir que o estado de Mato Grosso, em 1937, passava por mais uma reorganização do sistema educacional, inclusive nas poucas Escolas Normais do estado, uma vez que até essa data o estado tinha apenas três escolas, sendo elas: a Escola Normal Pedro Celestino, que funcionava em Cuiabá; a Escola Normal Joaquim Murтинho; e a Escola Normal Dom Bosco, instaladas na cidade de Campo Grande, conforme já evidenciado. De acordo com o boletim (1942), até o ano 1937, o número de matrículas nessas escolas foi de 537 alunos.

Quanto aos motivos que levaram ao fechamento dessas Escolas Normais, Araújo (1997) explica que um deles seria de caráter político, pois a região sul do estado sempre foi contrária ao governo de Getúlio Vargas, com ocorrências claras de oposição, como quando a região sul lutou ao lado de São Paulo e proclamou – por meio dos líderes Vespasiano Martins e General Bertoldo Klinger – sua separação da região norte do estado. A autora aponta, ainda, outros motivos mencionados por moradores antigos de Campo Grande, os quais alegavam que o fechamento das escolas se dera em função da falta de professores “habilitados” e “competentes” para trabalharem no curso. Dessa forma, acreditamos que, dos fatores que levaram ao fechamento dessas escolas, a questão política foi a mais determinante nesse processo, pois a falta de professores habilitados poderia ter sido resolvida com decisões de ordem política.

Após o fechamento dessas escolas, Carvalho (2014, p. 69) aponta que o estado de Mato Grosso “[...] permaneceu sem escolas normais por um período de sete anos, quando

promulga-se a Lei n. 834, de janeiro de 1947, que restabeleceu o ensino normal em todo o estado”.

No que se refere à instrução pública em Mato Grosso, na década 1940, em relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, o interventor do estado, Júlio Strubing Müller, mostrava-se entusiasmado e demonstrava preocupação com os professores, visto que afirmava vir substituindo os professores leigos por normalistas e esse objetivo ia sendo conseguido, “[...] exceção feita de algumas escolas rurais, cujo afastamento dos centros de população, torna difícil o seu preenchimento por normalistas, o que, não obstante, se fará pouco a pouco, aproveitando-se, para tanto, cada oportunidade que se oferecer” (MATO GROSSO, 1940b, p. 19).

Portanto, profundas mudanças ocorreram no estado. Em crença depositada na educação enquanto processo de modernização e progresso, em 1940, o estado de Mato Grosso tinha uma área de 1.477.041 km², contando com apenas 403 escolas primárias, o que representa uma escola para cada 3.665 km² (IBGE, 1941). Desse modo, notamos que a quantidade de escolas era insuficiente para atender uma extensão geográfica tão grande, tendo em vista sua população total de 427.629 habitantes, com 29.054 de matrículas.

De acordo com Lourenço Filho (1942, p. 9), até 1941, aproximadamente metade dos professores que trabalhavam no estado não havia “[...] recebido qualquer preparação específica para o trabalho que realizavam”. O autor ainda enfatiza que a falta de preparo dos professores pode explicar o deficiente resultado escolar dos alunos nessa época e, apesar de reconhecer os esforços do Estado em desenvolver o ensino, acreditava que, após a disseminação do ensino no estado, novos esforços seriam aplicados visando ao aumento da eficiência e do sentido social da educação primária para o estado. Nessa perspectiva, para que os alunos tivessem um bom desempenho escolar era necessário ter profissionais habilitados.

Assim, não bastava apenas o governo expandir escolas em todo o estado, mas carecia também oferecer um ensino eficiente nessas escolas, a propósito, era necessário investir na formação de professores, visto que em 1941 havia, no estado, apenas duas escolas normais para habilitar profissionais para educação primária. Os dados do IBGE (1941) mostram que, nesse período, 755 professores estavam em exercício da profissão docente em Mato Grosso.

No ano de 1950, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, o Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo²², reafirmava que “Governar é abrir estradas”, uma vez que também, em sua concepção, a instrução primária é considerada um elemento decisivo para progresso do estado, além de comparar como “[...] termômetro pelo

²² Arnaldo Estevão de Figueiredo foi um agrônomo e político mato-grossense, tendo ocupado os cargos de prefeito de Campo Grande e de governador do Mato Grosso entre 1947 e 1950 (SILVA, 1993).

qual se mede o grau de civilização de um povo [...]” (MATO GROSSO, 1950, p. 42). Na verdade, o Governador vinha reafirmar o que vinha sendo observado por todos os outros administradores antecessores do seu governo no estado.

Além dos programas de ação dos governadores para melhorar a organização do ensino público em Mato Grosso, desde a Primeira República, as mensagens do Poder Executivo do estado permitiam, ainda, averiguar os problemas do estado com relação à organização da instrução pública nos anos de 1950.

Conforme os dados apresentados na mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa²³, a população mato-grossense, em 1952, totalizava 528.451 habitantes, disseminados pelos seus 1.262.572 km², e dessa população se encontravam apenas 182.060 espalhadas nas cidades e vilas e 346.391 na zona rural, o que corresponde a um total de 65,54% de pessoas no campo. Portanto, o estado de Mato Grosso, em plena década de 1950, tinha mais de 60% de sua população concentrada na zona rural, visto que, nesse mesmo período, todos os estabelecimentos escolares no estado somavam um total de 716 escolas distribuídas entre cidades, distritos e fazendas para atender 38.299 alunos na idade escolar. Cabe ressaltar que a grande extensão territorial do estado foi mais um dos problemas enfrentados pelos governadores para oferecer o ensino primário a todas as crianças na idade escolar.

De modo geral, pode-se dizer que os governadores de Mato Grosso reconheciam a importância do ensino público no estado, mas não podiam sustentá-lo, uma vez que o estado sofria com a escassez de estabelecimentos, instituições com estruturas físicas precárias, falta de condições de atender à demanda de crianças em idade escolar, carência de materiais pedagógicos, falta de professores habilitados, entre outros, para mantê-lo.

Os anos mais difíceis para a população brasileira estiveram entre 1960 e 1970. Um período em que muitas medidas autoritárias foram tomadas, com restrições à liberdade de expressão, censura na televisão, nos jornais, nas letras das músicas e nas escolas. De acordo com Silva (2006), com o regime militar²⁴ implantado no país, a educação foi tratada como um instrumento de controle moral, além de ser considerada um dos aparelhos ideológicos²⁵ do estado brasileiro. Os cidadãos perderam os direitos sociais e políticos, esclarece Silva (2006). Nesse período do regime militar houve um crescimento nos números de escolas públicas no

²³ Fernando Corrêa da Costa iniciou o seu primeiro governo em 31 de janeiro de 1931 até 31 de janeiro de 1956, logo, retorna ao governo em 31 de janeiro de 1961 permanecendo até 31 de janeiro de 1966. (SILVA, 1993).

²⁴ De acordo com Ghiraldelli Jr. (2006), a Ditadura Militar durou 21 anos, iniciando-se em 31 de março de 1964 até janeiro de 1985.

²⁵ Sobre aparelhos ideológicos do estado ler: ALTHUSSER, Louis. **Os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Brasil, bem como o número de matrículas, uma vez que as escolas foram obrigadas a inserir no ensino médio os cursos profissionalizantes, cujo fim era a formação de técnicos para as indústrias nacionais e internacionais. Entretanto, a quantidade de professores para atender essa demanda ainda era insuficiente.

Nessa mesma época, foram realizadas algumas alterações na Lei nº 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961. Nesse contexto, Tanuri (2000) considera que essa lei não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, registrava-se apenas a equivalência de todas as modalidades de ensino médio, bem como “[...] a descentralização administrativa e a flexibilidade curricular, que possibilitaram o rompimento da uniformidade curricular das escolas normais” (TANURI, 2000, p. 78).

Entretanto, para atender as demandas do ensino primário e médio foi necessária uma nova reforma, instituída pela Lei nº 5.692/71, que alterou a sua denominação para ensino de 1º e 2º graus. Dessa forma, as disposições previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, relativas ao primário, médio e superior foram revogadas e substituídas pelo disposto nas duas novas leis sancionadas pelo Congresso.

Todavia, o cenário educacional de Mato Grosso, em 1960, não mudou muito comparado à década 1950, visto que no período de dez anos o estado ainda tinha uma oferta grande de escolarização na zona rural, conforme os dados apresentados pelo IBGE, pois, em 1960, no estado de Mato Grosso, havia um total de 1.557 (IBGE, 1962) escolas distribuídas em: 321 na área urbana, 127 nos distritos e 1.109 na área rural, sendo que a população era de 121.916 na área urbana e 206.694 na rural.

Nesse mesmo período, Mato Grosso registrou um total de 101.036 matrículas em todo o estado, disseminadas da seguinte forma: 58.810 no ensino urbano, 8.131 no ensino distrital e 34.095 ensino rural. Como podemos verificar, embora fosse maior o número de estabelecimentos e habitantes da área rural, as matrículas efetivadas na área urbana superavam as realizadas na área rural.

Diante do exposto, levantamos a hipótese de que, mesmo com a oferta maior do ensino no campo, havia pouca procura em razão das condições socioeconômicas das famílias, uma vez que muitos dos seus filhos não frequentavam as escolas para ajudar os pais nos afazeres do campo.

Outro fator de destaque na década de 1960 é a formação dos professores normalistas no estado. Os dados da Tabela 4 nos permitem observar que o estado, embora tivesse formado muitos professores, ainda o percentual de não normalistas em exercício era maior do que os que possuíam formação.

TABELA 4 - Situação do Corpo Docente em 1960, em Mato Grosso

ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM								
CORPO DOCENTE								
Especificação, segundo a localização, a especialização pedagógica e a categoria								
CORPO DOCENTE								
UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	Segundo a localização do ensino			Segundo a especialização pedagógica		Segundo a categoria	
		Nas Sedes			Normalistas	Não normalistas	Com regência de classe	Auxiliares
		Dos municípios (ensino urbano)	Dos distritos (ensino distrital)	Em outras localidades (ensino rural)				
Mato Grosso	3339	1839	278	1222	719	2620	3211	128

Fonte: IBGE (1962).

A década de 1970, no estado de Mato Grosso foi, segundo Murtinho (2009), marcada como processo de “modernização do campo”, o estado estimulou a colonização particular. Murtinho (2009) expõe que essa política de ocupação territorial possibilitou a transferência em massa de significativos contingentes de agricultores de outras regiões do país, principalmente do Sul e Centro-Sul, que adquiriram seus lotes nas colonizadoras, após se desfazerem de suas terras de trabalho em seus estados de origem.

Embora o estado estivesse passando por um momento de mudança da população do campo para a cidade, ainda no ano de 1970, conforme os dados analisados no Censo Demográfico da população recenseada em Mato Grosso pelo IBGE, 239.524 (37,10%) do total de habitantes residiam na área urbana e 373.363 (62,90%) na zona rural. Esse cenário se modificou a partir da Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977, quando após a divisão do estado, passou a ser chamado Mato Grosso a região norte e Mato Grosso do Sul a região sul do estado.

Portanto, no início da década de 1970, podemos observar, na Tabela 5, que a maior oferta do ensino primário ainda prevalecia na zona rural.

TABELA 5 - Oferta do Ensino Primário (1970-1972)

UNIDADES ESCOLARES							
ANOS	Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a localização	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zonas urbana e suburbana	Zona rural
1970	2361	10	919	1269	163	508	1853
1971	2305	8	640	1499	158	520	1785
1972	2835	8	678	1990	159	568	2267

Fonte: IBGE (1973).

Dessa maneira, os dados fornecidos pela Tabela 5 nos permitem observar que o ensino primário em Mato Grosso, nos anos iniciais de 1970, passou a ter uma oferta maior pelos estabelecimentos de responsabilidade dos municípios²⁶, embora o número de oferta de escolas pelo estado fosse um tanto significativo. Portanto, nesse período observamos uma atuação maior dos municípios na expansão do ensino primário em Mato Grosso.

Diante dos indícios apresentados, tanto nas mensagens dos governadores do estado de Mato Grosso, quanto nos dados expostos pelo IBGE, como também pelos autores consultados, foi possível acompanhar os passos que o estado de Mato Grosso havia iniciado rumo ao progresso almejado pelos ideais republicanos.

O crescimento da população no estado de Mato Grosso por motivos de migrações ocasionou um problema escolar, pois, em virtude do aumento dos habitantes e conseqüentemente das escolas, foi necessário um acréscimo de professores formados para trabalhar nas escolas que foram sendo construídas. Dessa forma, aumentou a demanda pela oferta de ensino no estado, entretanto, o número de professores para ministrar o ensino a esses indivíduos que acabavam de chegar no novo território ainda era escasso.

Para solucionar esses problemas educacionais, cabia, pois ao governo de Mato Grosso organizar a educação pública no âmbito da formação de professores em Cursos Normais, para que, assim, os novos mestres pudessem ensinar os estudantes que acabavam de chegar no estado juntamente com suas famílias em busca de construir uma nova vida.

1.2 Os caminhos da formação de normalistas em Mato Grosso

A história da formação de professores em Mato Grosso, conforme ficou evidenciado no tópico anterior, está relacionada com a expansão do ensino primário no estado, além de estar ligada também às reformas educacionais e políticas do Brasil, pois tais reformas foram iniciativas para melhor organizar a educação e, assim, alcançar a instrução pública esperada.

Sob o mesmo ponto de vista, Rodríguez e Oliveira (2006) declaram que muitas mudanças econômicas e políticas no âmbito da educação foram realizadas ao serem implantadas reformas na instrução pública nos anos 1891, 1910 e 1927 em Mato Grosso.

²⁶ Até o final de década de 1960 a maior oferta do ensino em Mato Grosso foi do estado, sendo que em 1966 o município tinha um total de oferta de 824 escolas e o estado 3.647; em 1967 o município 866 e o estado 3.412 e em 1968 o município 1.282 e o estado 4.225. (IBGE, 1960).

Nesse sentido, Sá (2006, p. 12) esclarece que era

[...] necessário, então, investir na formação de professores, pois tais profissionais, além de serem em número insuficiente, não tinham preparo necessário para exercer tal função. Surge então a ideia de organizar uma Escola Normal responsável pela formação de professores para o ensino primário [...].

Conforme foi apresentado no tópico anterior, a primeira tentativa para criação da primeira Escola Normal em Mato Grosso ocorreu na cidade de Cuiabá, capital do estado, no ano de 1840, que teve duração até o ano de 1843. O curto período de permanência da escola se deveu à falta de recursos, à mudança de governo, a interesses políticos, e também a pouca procura pelo curso por parte da população, sendo reaberta somente mais tarde, após 28 anos (SÁ; SÁ, 2008).

Esse primeiro ensaio de colocar em execução o curso no estado não foi diferente do que aconteceu em outras regiões do Brasil, pois a pouca duração dos cursos ocorria porque não havia prédio próprio e adequado para o funcionamento, além de não dispor de profissionais para trabalharem nos estabelecimentos.

Conforme declaram Rodriguez e Oliveira (2006), a população do estado ficou sem uma instituição formadora de professores durante um período de 28 anos, pois, somente no dia 9 de julho de 1874, o Barão de Diamantino²⁷ aprovou a Lei nº 13, que permitiu a criação de uma Escola Normal em Cuiabá. Embora a autorização para o funcionamento tenha sido em 1874, a sua criação se deu solenemente no dia 3 de fevereiro de 1875.

Muitas foram as Leis e Regulamentos elaborados para que houvesse mudança no ensino do estado, no entanto, muitos permaneceram apenas no papel. De acordo com Sá (2008a), entre os períodos de 1896 e 1910, houve muitas interrupções de iniciativas relacionadas ao ensino primário, pois as atenções, naquele momento, estavam direcionadas para as disputas por poder que estavam ocorrendo no estado.

Diante da crise que se alastrava por todo território brasileiro, e que acabou atingindo, sobretudo, o setor econômico do país, podemos verificar na Tabela 6, que desde 1913 até 1921 o setor educacional de Mato Grosso já vinha sofrendo com a falta de profissionais, isso porque o estado, embora tenha também seguido as várias reformas educacionais até esse período, poucos ainda eram os alunos formados pela Escola Normal em Cuiabá.

²⁷ Antônio de Cerqueira Caldas, primeiro e único Barão de Diamantino, um político brasileiro. Foi vice-presidente da província de Mato Grosso, tendo assumido a presidência interinamente por três vezes, de 29 de maio a 12 de outubro de 1870, de 27 de maio a 29 de julho de 1871, e de 6 de dezembro de 1874 a 5 de junho de 1875 (SILVA, 1993).

TABELA 6 - Formandos (1913-1919) – Escola Normal de Cuiabá

Ano	Número de alunos
1913	6
1914	9
1915	9
1916	6
1917	10
1918	6
1919	14
1920	10
1921	15

Fonte: Mato Grosso (1923).

Desse modo, o que observamos na Tabela 6, foi que apenas 85 novos professores primários se formaram por essa Instituição entre 1913 a 1921. Muitas eram as expectativas com relação aos resultados da formação de professores na Escola Normal em Mato Grosso, uma vez que, na década de 1920, havia apenas a Escola Normal de Cuiabá no estado, instituição responsável por formar os professores, a fim de que os leigos fossem sendo substituídos, o que só aconteceria quando as Escolas Normais fossem sendo criadas e preparassem professores suficientes para assumir salas nas escolas de ensino primário espalhadas no estado. Mas os dados da Tabela 6 mostram que eram poucos os que se formavam, o que revela o pouco interesse por esta profissão e, assim, os professores leigos continuavam sendo a maioria.

Mediante os dados apresentados na Tabela 6, partimos da hipótese que a falta de interesse em fazer o curso Normal em Mato Grosso, estava relacionado com a falta de concursos até o período 1921 no estado, pois conforme análise feita em um documento²⁸ localizado no Arquivo Público de Cuiabá, referente ao ano de 1933, o diretor geral da instrução pública de Mato Grosso torna público o concurso aos interessados pelo cargo de professores primários. Entretanto, não podemos afirmar que realmente houve esse concurso, uma vez que não foi localizado nenhuma outra fonte que comprove a posse de candidatos que realizaram a prova e que também foram aprovados no concurso, pois conforme esclarece Bertoletti (2015), na cidade de Paranaíba entre 1928 e 1945, os professores que atuaram na escola primária eram contratados interinamente e ao final do mesmo ano seus contratos eram rescindidos. Portanto, por não localizar até o momento fontes e sobretudo trabalhos

²⁸ Fonte: Jornal Gazeta Oficial do dia 30 de novembro de 1933, folha 10.

científicos sobre a temática de concursos em Mato Grosso, ficaram algumas indagações que serviram como tema para futuras pesquisas: Quando ocorreu o primeiro concurso no estado? Havia uma diferença salarial entre professores normalistas ou leigos? Quais eram os critérios para a realização do concurso?

No governo de Mario Corrêa da Costa (1926-1930), de acordo com Cavalcante (2006), foi organizada uma comissão de professores com a finalidade de elaborar um projeto de reforma para a Escola Normal e Instrução Primária, em Mato Grosso, concretizada por meio do Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927 e aplicada no ano de 1928. Isso porque o presidente do estado, Mário Corrêa da Costa percebeu a necessidade de um melhor preparo intelectual dos professores no estado. De acordo com o governador é tempo, de tratar o ensino profissional e de uma aprendizagem mais prática em conformidade com as exigências da vida moderna.

No governo de Aníbal de Toledo (22/01/1930 a 30/10/1930), foi criada no dia 21 de abril de 1930, a Escola Normal de Campo Grande, pelo Decreto nº 865, de 13 de junho, porém funcionando apenas o Curso Complementar. De acordo com Cavalcante (2006), o primeiro Curso Normal da Escola Joaquim Murtinho foi importante para a história da educação do sul do estado de Mato Grosso em especial da cidade de Campo Grande. Muitos educadores formados nesta instituição espalharam-se por todo o estado, especialmente na região sul, para lecionar e, às vezes, ocupar cargos administrativos da educação. Desse modo, essa escola era a primeira escola sul-mato-grossense e a segunda do estado de Mato Grosso. No entanto, o primeiro ano de funcionamento da escola ocorreu de forma precária tanto no que tange à estrutura física do edifício quanto ao mobiliário e ao grande número de alunos matriculados.

Na sua abertura, a Escola Normal de Campo Grande teve a ajuda da professora Maria Constança Barros Machado²⁹, que contou com auxílio de professores locais para manter seu funcionamento.

Assim, a trajetória apresentada até aqui nos mostra que, com o passar dos anos, ocorreram sucessivas mudanças no processo de formação do professor, mostrando um quadro de descontinuidade. Contudo, a questão pedagógica que, a princípio encontrava-se ausente, acabou por penetrar, paulatinamente, até ocupar as reformas educacionais de 1930.

²⁹ Segundo Oliveira (2014), Maria Constança Barros Machado atuou como uma das precursoras da educação no sul de Mato Grosso. Por meio de seu engajamento político, nos diversos tempos de atuação, pôde contribuir na organização de escolas primárias em Campo Grande, bem como fornecer subsídios à formação de professores pela Escola Normal de Campo Grande. (Trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de estudos e pesquisa GEPHEB).

Sob o mesmo ponto de vista, Cavalcante (2006) alega que a Escola Normal de Cuiabá, assim como a de Campo Grande formaram diversos professores, porém, aos poucos, o ensino entrou em decadência e, por esta razão, no governo de Júlio Strubling Muller (1937-1945) desativou essas duas escolas.

Até o início dos anos 1940, Mato Grosso tinha como fontes de renda a produção da borracha, a erva-mate e também o açúcar, no entanto, houve uma queda da produção que acabou por afetar os cofres do estado. Em consequência dos problemas financeiros do estado, provenientes das fontes produtivas, a educação acabou sofrendo influência, visto que os governos tinham pouca verba para custear os setores sociais, em especial o ensino público.

Nesse sentido, em Mensagem apresenta à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião do início da Legislatura de 1950, o Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo afirma que

Em 1946, não dispunha o estado de nenhuma escola normal. No intuito de melhorar as condições do professorado, contribuindo assim para um mais eficiente ensino primário, cuidou o governo de instalação de escolas normais que viessem a preencher as lacunas existentes. (MATO GROSSO, 1950, p. 47).

Desse modo, segundo Cavalcante (2006), no dia 31 de janeiro de 1947, pelo Decreto-lei n.º 834, foram reativadas as duas escolas normais, a “Pedro Celestino”, na capital e a “Joaquim Murтинho” na cidade de Campo Grande (sul de Mato Grosso). Posteriormente, mediante a Lei nº 342 de 12/12/1949, também foi criada no sul do estado, a Escola Normal de Aquidauana.

Ainda no ano de 1949, o Governo, autorizou o funcionamento de mais duas Escolas Normais, porém, ambas são particulares: uma em Campo Grande e a outra em Corumbá, pertencentes à congregação Salesiana.

Já na década de 1950, conforme pode ser observado na mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa³⁰, o estado apresentava dificuldades em relação às condições de ensino. Isso ocorreu em razão das dimensões geográficas do estado, além da falta de professores preparados para atuar na educação.

[...] Distribuir escolas numa área imensa, entre população de densidade tão apoucada, é o empreendimento mais penoso que ao Departamento de Educação e Cultura, o órgão responsável por esse importante setor de administração, cumpre realizar. E quando atentamos que à escola cabe a função de instruir e de educar, isto

³⁰ Fernando Corrêa da Costa foi médico e político brasileiro, tendo ocupado o cargo de Senador e Governador do estado de Mato Grosso por dois mandatos. O primeiro foi de 31/01/1951 a 31/01/1956 e o segundo 31/01/1961 a 15/03/1966 (SILVA, 1993).

é, preparar na infância homens aptos para a vida, equaciona-se, então, o seu problema culminante que é o do professor a quem cabe a execução dessa magna tarefa. (MATO GROSSO, 1952, p. 26).

Nesse período Mato Grosso tinha de orçamento apenas 20% das rendas tributárias destinadas à educação do estado, uma vez que o Governador Fernando Corrêa da Costa alegava ser necessária uma reestrutura nos diversos graus de educação no estado, isso porque os professores em exercício, no estado, apresentavam deficiência não apenas na sua preparação pedagógica como também na intelectual.

No entanto, em mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1951, o Governador Fernando Corrêa da Costa declarava:

Fechadas as Escolas Normais que funcionavam no estado [...], ficaram as escolas primárias privadas de normalistas. Entregou-se o ensino a leigos desprovidos de conhecimento imprescindíveis ao exercício do magistério e, em muitos casos, semianalfabetos. (MATO GROSSO, 1951, p. 29).

Diante do exposto e por meio dos dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 1951, podemos destacar que, em Mato Grosso, havia somente 1.398 (IBGE, 1953) professores para trabalhar nas 734 unidades escolares distribuídas pelo estado, uma vez que nesse período, o estado tinha aproximadamente 522.044 habitantes, logo, apenas 50.284 habitantes estavam matriculados em algumas dessas instituições, porém, do total de matrículas, havia uma aprovação de apenas 22.065 alunos. De acordo com esses dados, podemos concluir que a porcentagem de alunos matriculados que conseguiam ser aprovados no final do ano era de apenas 43,88%, visto que, do total de habitantes dessa época, somente 9,63% estavam na escola. Portanto, o percentual de alunos na escola em 1951 era muito pequeno, não atingindo o correspondente de 10%.

Essa ineficiência das escolas dava margem a argumentos que eram somados a muitos indícios expostos nas falas dos governadores, uma vez que, ao assumir o governo, cada um apontava fragilidades deixadas na administração passada. Assim, a maioria dos documentos trazia alegações de que o fechamento das escolas ocorria por se entregar o ensino a professores carentes de conhecimentos para o exercício de sua profissão, pois devido à falta de preparo [...] Caiu por essa forma o nível do ensino, pela inferioridade ressaltante do professorado, enquanto, por outro lado, subiram as despesas com a disseminação de escolas em lugares de nula população estudantil. (MATO GROSSO, 1951, p. 27).

Nesse sentido, para os governadores, a falta de formação dos professores foi um dos fatores determinantes para o estado não atingir a instrução pública que almejava, visto que a

criação de escolas em lugares em que não havia demanda pela população também foi decisiva, por isso houve muito “abre e fecha” das Escolas Normais em Mato Grosso.

Mesmo assim, coube ao estado a “[...] função de instruir, educar e preparar na infância o indivíduo para que na vida adulta seja apto para viver em sociedade, sendo essa a tarefa designada ao professor” (MATO GROSSO, 1952, p. 26). Cumpre observar que, o “[...] elemento masculino no ano de 1950 aqui no Estado, desertou completamente dessa disciplina” (MATO GROSSO, 1950, p. 43).

Segundo a fala do governador, nesse período, a figura masculina já não se fazia tão presente nos cursos de formação de professores, pois o homem buscava outra formação diferente do exercício de professor.

Desse modo, verificou-se a necessidade, segundo o governador Fernando Corrêa da Costa, de:

[...] adestrar leigos nos conhecimentos pedagógicos e atualizar os dos diplomados, foram instituídos cursos de férias, que se iniciaram em julho passado na Capital, Campo Grande e prosseguiram nas férias de fim de ano em Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Amambaí, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Dourados, Amambaí, Coxim, Guiratinga, Poxoréu, Poconé e Rosário Oeste. (MATO GROSSO, 1952, p. 26).

Nessas regiões, o professorado passou a receber ensinamentos das disciplinas de Português, Aritmética, Geografia, História, Higiene, procurando amenizar os problemas decorrentes do grande número de professores leigos no estado.

Em 1954, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, o governador Fernando Corrêa da Costa assinala a situação das Escolas Normais do estado, com ênfase para a falta de professores normalistas, explicando que pretendia mudar essa situação:

Dentre 1.261 professores apenas 300 têm o diploma de normalista. Para remover essa anomalia estamos estudando a reforma do Regulamento do Ensino Primário no qual deve ser consignada a obrigatoriedade do ingresso na carreira pelas escolas rurais. As escolas urbanas, distribuídas na conformidade da categoria das suas cidades, vilas e povoações, atingirão os professores somente por promoção. Ao normalista deve ser atribuído um vencimento mais compatível com a asperesa do cargo e da sua dignidade no meio social de que é um dos seus construtores. (MATO GROSSO, 1954, p. 39).

Diante do exposto, podemos observar que as condições de funcionamento das Escolas Normais ainda eram precárias, na década de 1950, em Mato Grosso, pois, embora os governadores tenham realizado várias reformas no ensino no estado, até 1958, contavam

apenas com 583 professores normalistas, número muito pequeno se comparado ao total de 2.341 não-normalistas (IBGE, 1960). Desse modo, ainda era alto o índice de professores sem formação no estado.

Na década de 1960, essa realidade mudou um pouco, como mostra o Quadro 1: o estado de Mato Grosso, no ano de 1961, já possuía um número maior de Escolas Normais.

QUADRO 1 - Quadro Geral de Escolas Normais em Mato Grosso em 1961

Cidades	Nome das Escolas	Estado/Particular	Formandos
Aquidauana	E. N. J. de Castro	Estado	9
Bela Vista	E. N. de Bela Vista	Estado	--
Campo Grande	E. N. Joaquim Murtinho	Estado	24
Campo Grande	E. N. Nossa S. Aux.	Particular	16
Cáceres	E. N. Imac. Conc.	Particular	19
Corumbá	E. N. Imac. Conc.	Particular	27
Corumbá	E. N. Maria Leite	Estado	--
Cuiabá	E. N. Pedro Celestino	Estado	42
Cuiabá	E. N. Cor. De Jesus	Particular	39
Dourados	E. N. Inst. Educ.	Particular	28
Ponta Porã	E. N. de Ponta Porã	Estado	--
Poxoréo	E. N. Dr. Fernando Corrêa	Municipal	17
Rondonópolis	E. N. Irm. Cat. Franciscana	Particular	--
Três Lagoas	E. N. D. Aquino Corrêa	Estado	16
Guiratinga	E. N. R. D. Camilo Faresin	Particular	45

Fonte: Mato Grosso (1961).

Conforme examinamos no Quadro 1, das 15 cidades em Mato Grosso apresentadas nesse Quadro, na década de 1960, possuíam Escolas Normais, entretanto, a Escola Normal de Bela Vista não estava funcionando, a Escola Normal de Maria Leite na cidade de Corumbá e a Escola Normal de Rondonópolis estavam no seu segundo ano de funcionamento. Desse modo, para os 64 municípios em que se acha dividido o estado de Mato Grosso, apenas 12 possuíam Escolas Normais como evidenciou no Quadro 1.

Nesse sentido, averiguamos que, das 15 Escolas Normais que haviam sido criadas em Mato Grosso até o ano de 1961, sete eram particulares, uma municipal, sete pertenciam ao estado e uma não se encontrava em funcionamento. Assim, o estado, por ter 64 municípios nessa época tinha apenas 18,75% de suas cidades oferecendo o Curso Normal.

Para entendermos melhor o que representava esse número de Cursos Normais em Mato Grosso, apresentamos o Quadro 2, que possibilita a visualização das datas³¹ de criação das Escolas Normais em algumas cidades no estado. Nesse Quadro, indicamos todos os municípios, antes da divisão do estado,³² onde foram implantadas as Escolas Normais.

QUADRO 2 - Cursos Normais nos municípios de Mato Grosso

Municípios	Escola Normal
Acorizal	não localizado
Água Clara	não localizado
Alto Araguaia	1963
Alto Garças	não localizado
Alto Paraguai	não localizado
Amambaí	não localizado
Aparecida do Taboado	não localizado
Aquidauana	1949
Arenópolis	não localizado
Aripuanã	não localizado
Barão de Melgaço	não localizado
Barra do Bugres	não localizado
Barra do Graças	1966
Bataguáçu	não localizado
Bela Vista	1961
Bonito	não localizado
Cáceres	1961
Camapuã	não localizado
Campo Grande	1930
Carapó	não localizado
Cassilândia	1970
Chapada dos Guimarães	não localizado
Corguinho	não localizado
Corumbá	1961
Coxim	não localizado
Cuiabá	1911
Diamantino	não localizado
Dourados	1958
Guia Lopes de Laguna	não localizado
Guiratinga	1961
Inocência	não localizado
Itaporã	não localizado

Municípios	Escola Normal
Itiquira	não localizado
Jaciara	não localizado
Jaraguari	não localizado
Jardim	1963
Ladário	não localizado
Maracaju	não localizado
Miranda	não localizado
Mutum	não localizado
Nioaque	não localizado
Nortelândia	não localizado
Nossa Senhora do Livramento	não localizado
Nova Andradina	não localizado
Paranaíba	1967
Poconé	não localizado
Ponta Porã	1961
Ponte Branca	não localizado
Porto Murtinho	não localizado
Poxoréu	1961
Ribas do Rio Pardo	não localizado
Rio Brilhante	não localizado
Rio Verde de Mato Grosso	não localizado
Rochedo	não localizado
Rondonópolis	1960
Rosário Oeste	não localizado
Santo Antônio de Leverger	1963
Sidrolândia	não localizado
Terenos	não localizado
Tesouro	não localizado
Torixoréu	não localizado
Três Lagoas	1952
Várzea Grande	não localizado
Vila Bela da Santíssima Trindade	não localizado

Fonte: Mato Grosso (1965).

O interesse na busca pelas datas de criação de todas as Escolas Normais instaladas nos municípios de Mato Grosso ocorreu por Paranaíba ser uma das mais antigas do estado, comparada a outras localidades, e por acreditarmos, inicialmente, que o seu Curso Normal tenha sido instalado tardiamente. Assim, por meio do levantamento dessas datas, podemos observar que o suposto atraso na implantação, organização e funcionamento da Escola

³¹ Datas localizadas em jornais no Arquivo Público de Cuiabá.

Normal pública do estado, em Paranaíba, foi algo que ocorreu com outros municípios. Nota-se no Quadro 2, que em dez municípios esses cursos foram criados na década de 1960, em virtude das condições impostas por um estado que pouco investiu na formação de professores.

Conforme os indícios encontrados no decorrer de nossa pesquisa, foi verificado que na cidade de Paranaíba/MT existiram dois Cursos Normais, ambos com datas de criação diferentes. O primeiro Curso Normal criado em Paranaíba foi em 1964³³, dirigido pelo Frei Pedro³⁴, que recebia doações municipais, estaduais e religiosas para que a escola funcionasse, ao passo que a de 1967, que é o nosso objeto de estudo, era de responsabilidade do estado.

A implantação deste curso se deu após o ano de 1964, quando ocorreu o golpe do Regime Militar. O campo educacional brasileiro passou por novas transformações no ensino, pois, conforme pontua Saviani (2006), a Lei nº 5.692/71 trouxe mudanças no ensino primário e médio, denominando-se, então, primeiro grau e segundo grau. Logo, com essa nova estrutura no ensino, os Cursos Normais foram transformados em Habilitação Específica de 2º grau para o Magistério de 1º grau, inclusive o de Paranaíba/MT.

O estado de Mato Grosso foi um dos mais prejudicados na organização das instituições de ensino público no Regime Militar, pois, além de não ter dinheiro, muitos de seus professores não eram formados e não tinham nenhuma qualificação profissional. De acordo com Xavier (2006), as dificuldades enfrentadas pelo estado poderiam ser resultado de esta unidade federativa ser uma das maiores do Brasil e sua arrecadação de impostos era insuficiente para custear os gastos com o ensino.

Desse modo, a implantação das Escolas Normais no estado de Mato Grosso, conforme apresentamos no decorrer desse tópico, esteve ligada ao clima de efervescência política que, de certa forma, acabou condicionando a sua instabilidade institucional, com interrupções sucessivas, provocadas pelas dificuldades econômicas e pelas mudanças políticas no estado e no país. Isso ficou evidenciado nos vários instrumentos legais que regulamentaram as criações, assim como os funcionamentos de cada instituição.

1.3 Normatização do ensino do Curso Normal amparado pelo Decreto-Lei nº 8.530/46

As Escolas Normais foram sendo criadas sem nenhuma normatização específica, não seguiam uma uniformização nacional que pudesse caracterizar um sistema de ensino, mas a

³³ No ano de 1964, existiu o Curso Normal no Educandário Santa Clara, sobre o qual trataremos no próximo capítulo.

³⁴ Frei Pedro foi o responsável pela administração do Curso Normal juntamente com as Irmãs Franciscanas da escola Educandário Santa Clara.

partir do Decreto-Lei nº 8.530/46 (BRASIL, 1946), Lei Orgânica do Ensino Normal, ocorreu a reestruturação do Ensino Normal no Brasil.

De acordo com Tanuri (2000, p. 75), “A Lei Orgânica do Ensino Normal não introduziu grandes inovações, apenas, acabou por consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado em vários estados”. Entretanto, Brzezinski (1997) citada por Chrun (2009, p. 18) considera ser

Preciso destacar a importância da institucionalização do ensino normal, estabelecida por meio da referida Lei Orgânica, que, com a anuência do Governo Federal, buscou uniformizar a formação dos docentes, no país, indicando as especificidades necessárias para cada nível de formação do aluno.

Desse modo, com o advento dessa regulamentação as Escolas Normais passaram a seguir padrões de educação, os professores teriam que seguir novas normas de condutas e virtudes provenientes da formação, além de receberem uma formação específica para atuarem no ensino primário. Com isso, procedeu-se uma organização nacional na formação de professores.

Desse modo, Tanuri (2000, p. 77) esclarece que,

Poucos meses depois da aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal, a Constituição promulgada em 1946 retomava a orientação descentralista e liberal da Carta de 1934, atribuindo aos estados e ao Distrito Federal a competência expressa de “organizar os seus respectivos sistemas de ensino”, respeitando as “diretrizes e bases” fixadas pela União.

Sob esse ponto de vista, Cabral (2005, p. 91) expõe:

Após alguns meses de aprovação da Lei Orgânica do Ensino Normal deu-se, novamente, um processo de descentralização dos ensinos normais e primários, uma vez que os Estados possuíam autonomia em relação à regulamentação dos ensinos profissionalizantes. No entanto, a maioria dos Estados brasileiros continuou se pautando pela lei federal, da formação. Esse fato contribuiu para a construção de uma base bastante semelhante para os cursos de formação de professores, no país.

Dessa maneira, os estados acompanharam a Lei Orgânica como modelo para reorganizar suas Escolas Normais. Nesse sentido, Tanuri (2000) acrescenta que ao seguir a referida Lei Orgânica os estados estavam contribuindo para que se consolidasse, em todo o país, um padrão de formação de professores.

Essa primeira Lei Orgânica do Ensino Normal foi estabelecida no governo de Gustavo Capanema³⁵, que tinha em sua base legal oficializar como função central do Ensino Normal as seguintes finalidades, no seu artigo 1º:

1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. (BRASIL, 1946).

A partir desse primeiro artigo, os Cursos Normais em estados brasileiros passaram a seguir novas diretrizes, além de orientar a atuação dos diretores e difundir o ensino adequado às necessidades infantis.

Em consonância, Vicentini e Lugli (2009, p. 42) acrescentam:

[...] O resultado foi uma lei minuciosa, que pretendia regular os aspectos cotidianos do ensino, tal como o limite máximo de horas semanais de aula, o modo pelo qual os programas das disciplinas deveriam ser regidos, chegando mesmo a registrar que ‘os trabalhos escolares constarão de lições, exercícios e exames’. O único espaço que restou para as diferenciações regionais nessa lei foi com relação aos aspectos de organização administrativa geral dos cursos e a possibilidade de se acrescentar ao currículo proposto pela lei elementos especializados que atendessem as peculiaridades [...].

Entretanto, Rodriguez e Oliveira (2007) esclarecem que a Lei Orgânica do Ensino Normal teve repercussão em Mato Grosso somente no ano de 1948, no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo, quando foram reinstaladas as duas Escolas Normais, a “Pedro Celestino” que voltou a funcionar na capital Cuiabá, e a escola “Joaquim Murtinho”, na cidade de Campo Grande, no sul do estado.

Cabe observarmos que o ensino oferecido pelos Cursos Normais sofreu regulamentações, visto que passaram a ter horário fixo de aulas e o professor passou a registrar o conteúdo que ministrava em sala de aula. Desse modo, houve uma organização administrativa por parte de cada estabelecimento educacional.

No que se refere à estrutura geral da formação de professores, Vicentini e Lugli (2009) declaram que essa Lei estabeleceu que o Curso Normal ficaria dividido em dois ciclos, dos

³⁵ Gustavo Capanema foi o homem que representou a política e os ideais do Estado Novo na cultura e na educação brasileira, nesse período. Capanema foi ministro da Educação e Saúde de Vargas, entre os anos de 1934 e 1945, quando realizou obras importantes, entre as quais se destaca a criação de órgãos nacionais como a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Livro. Foi, também, durante a sua gestão que a reforma do ensino secundário se efetivou com a promoção do ensino técnico e profissionalizante que, por meio de convênios com entidades empresariais, deram origem ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (RIO DE JANEIRO, 2006).

quais o primeiro era reservado aos professores regentes de ensino primário e oferecido em instituições nomeadas Escolas Normais Regionais, em um período de quatro anos, e o segundo habilitava professores primários para atuarem nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação, em três anos.

Em conformidade com a Lei, no seu artigo 4º, três tipos de estabelecimentos passaram a fazer parte da formação de professores: o Curso Normal Regional, a Escola Normal e o Instituto de Educação.

Art.4.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

Parágrafo único. É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação. (BRASIL, 1946, p. 1).

Como podemos notar, com base nesse 4º artigo, a formação de professores deveria acontecer somente nos estabelecimentos regulamentados pela Lei nº 4024/46, haja vista que o ensino em Escola Normal, segundo Tanuri (2000), teria ligação com outras modalidades de ensino, tais como: o curso de regentes de ensino, que permanecia vinculado com o curso primário; o curso de formação geral de professores primários, com o curso ginásial; e, aos alunos que finalizavam o segundo ciclo de ensino normal era garantido o direito ao acesso em cursos de Filosofia.

Após a conclusão do Curso Normal, os alunos do primeiro ciclo recebiam certificação de regente de ensino primário e aos que concluíam o curso de segundo ciclo era dado o diploma de professor primário. No verso do diploma de cada formação, seja ela de primeiro ciclo seja de segundo ciclo, deveria haver indicações sobre o curso, tais como sua duração, disciplinas componentes e notas obtidas.

No entanto, de acordo com Tanuri (2000, p. 76):

O currículo do curso de primeiro ciclo incorria nas velhas falhas que motivaram críticas às escolas normais, ou seja, contemplava predominantemente disciplinas de cultura geral, restringindo a formação profissional tão somente à presença de duas disciplinas na série final: psicologia e pedagogia, bem como a didática e prática de ensino. Já a escola normal de segundo ciclo, de par com algumas disciplinas de

formação geral, introduzidas na série inicial, contemplava todos os ‘fundamentos da educação’ que já haviam conquistado um lugar no currículo, acrescidos da metodologia e da prática de ensino. (TANURI, 2000, p. 76).

No entanto, a formação de professores nesses estabelecimentos de ensino correspondia ao currículo que cada ciclo determinava, de modo que se configurava um ensino simples, pois não excedia o nível e os conteúdos de estudos ofertados no ensino primário, com pouca formação pedagógica, limitando-se em poucas disciplinas como Psicologia, Pedagogia, Didática e a Prática de Ensino.

A Lei Orgânica ainda estabelecia:

Art. 49. A constituição do corpo docente em cada estabelecimento de ensino normal, far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores do ensino normal receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.
2. O provimento, em caráter efetivo, dos professores dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino normal exigir-se-á inscrição, em competente registro do Ministério da Educação e Saúde.
4. Aos professores do ensino normal será assegurada remuneração condigna. (BRASIL, 1946).

Nesse sentido, a partir de 1950, de acordo com Tanuri (2000), houve uma expansão abundante do Ensino Normal, cujas matrículas aumentaram 150% entre 1951 e 1960.

Ainda no ano de 1960, Vicentini e Lugli (2009) apontam a criação de Cursos Normais noturnos, que seguiam o mesmo currículo e estrutura dos cursos diurnos, porém não apresentavam os mesmos rendimentos dos estudos realizados no período diurno, em razão de os alunos chegarem nas instituições cansados para a aula e, por isso, tinham menos condições de aprender o que estava sendo ensinado.

Em suma, verificamos que, nas décadas de 1950 e 1960, no Brasil, houve um crescimento na oferta do ensino nos Cursos Normais espalhados pelo país. Entretanto, o aumento ocorreu porque o ensino já não era apenas ofertado pelos municípios e estados, mas também por um número maior de estabelecimentos privados. Desse modo, fica evidenciado que houve também um aumento dos professores primários, entretanto, não foi a realidade para todos os estados da federação brasileira, pois, como mencionamos anteriormente, na Tabela 4, nesse período, Mato Grosso possuía apenas 719 professores normalistas para atuarem em todo o estado, uma quantidade significativamente pequena se compararmos com a extensão e quantidade de municípios nesse período. Portanto, a oferta de escolas normais no estado de Mato Grosso também era pouca.

Desse modo, o que verificamos foi que, na década de 1960, houve uma massificação da educação por meio da construção de muitas escolas primárias no país, visto que o objetivo era colocar a infância na escola, uma vez que o Brasil passava por um período de industrialização, e a escola, segundo Bueno e Santos-Bossolo (2011, p. 261), “[...] era vista como um fator de sustentação e aceleração desse processo”.

Nesse contexto, entra em vigor, no Brasil, no dia 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a Lei nº 4.024/1961. Embora a Lei nº 4.024/61 tenha sido elaborada numa fase de expansão acelerada da economia e de grandes transformações sociais no país, segundo Chrun (2009, p. 26), “[...] ela não alterou a preparação de normalistas para o ensino primário”. Nesse sentido, Saviani (1987) citado por Chrun (2009), esclarece que essa lei resultou de uma longa gestão, que teve início em 1946 e só se completou com sua promulgação em 1961, reduzindo-se, conseqüentemente, o impacto social das alterações nela propostas.

Em 1964, estava vigente no Brasil o período da ditadura militar e, de acordo com Carvalho (2014), a educação brasileira incorporou os princípios tecnicistas, em troca do escolanovismo³⁶, de modo que esta reforma política propiciou adequações no campo educacional.

Nessa perspectiva, Bueno e Santos-Bossolo (2011, p. 259) definem:

[...] Por tecnicismo entende-se a pedagogia que a literatura indica como tendo sido imposta ao sistema educacional a partir dos finais dos anos 1960, como fruto de uma sucessão de acontecimentos que já vinha ocorrendo, pelo menos desde 1964, e que teria desencadeado um processo de proletarização da atividade docente. Isso se daria em razão de ter-se procurado retirar do professor a possibilidade de ele próprio organizar e determinar os seus meios de ensino, ou seja, o mestre perderia o controle sobre o processo de trabalho, devendo submeter-se rigorosamente a determinações de especialistas e a materiais de ensino elaborados por profissionais.

³⁶ A Escola Nova foi um movimento educacional que, por meio de propostas, procurou modernizar o ensino trazendo para a escola as novas descobertas, nos ramos das várias ciências, acerca do ensino e da aprendizagem. Segundo Lamego (1996), a Escola Nova propunha quatro pontos básicos: 1) A “revisão crítica” dos meios tradicionais do ensino, nos quais a individualidade não era fator de preocupação. 2) Inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional. 3) A utilização dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia para que o educador estabeleça os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de sua capacidade individual. 4) A transferência da responsabilidade da ação educadora da família e da Igreja para a Escola, como forma de amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diversos grupos e, juntamente com isso, a responsabilização do Estado pela educação do indivíduo.

Sob o mesmo ponto de vista, Tanuri (2000, p. 79) exemplifica:

Na conjuntura histórica pós-64, as preocupações da literatura educacional, dos conteúdos curriculares e dos treinamentos dos professores deslocam-se principalmente para os aspectos internos da escola, para os “meios” destinados a “modernizar” a prática docente, para a “operacionalização” dos objetivos – instrucionais e comportamentais -, para o “planejamento, e coordenação e o controle” das atividades, para a utilização de novas tecnologias de ensino, então referentes sobretudo a “recursos audiovisuais”. Trata-se de tornar a escola “eficiente produtiva”, ou seja, de torná-la operacional com vistas à preparação para o trabalho, para o desenvolvimento econômico do país [...].

A princípio, essa mudança política, de acordo com Carvalho (2014), teve início a partir da Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5.540), de 28 de novembro de 1968, ao trazer alterações para o ensino superior. De acordo com Tanuri (2000), entre as reformas oriundas desse período, como consequência houve a mudança do currículo do Curso de Formação de Professores, fracionando em habilitações técnicas, para formação de especialistas, que visava não apenas à formação do professor em Curso Normal, mas também do professor em nível superior.

Posteriormente, a Lei nº 5.692/1971, ao ser promulgada, trouxe inovações no setor educacional: “[...] definiu o ensino fundamental como 1º grau, com duração de 8 anos, pondo fim ao processo excludente do famoso ‘exame de admissão’ (CARVALHO, 2014, p. 40, grifos da autora).

Ainda em conformidade com a Lei nº 5.692/1971, cabe destacar:

O ensino de 2º grau, com três anos de duração, perdeu seu caráter propedêutico e transformou-se assumindo uma configuração que, segundo o art. 1º objetivou “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. (BRASIL, 1971).

No entanto, no ponto de vista de Chrun (2009), havia diferenças entre as duas leis, uma vez que a Lei nº 4.024/61 discorreu sobre princípios liberais vivos na democracia relativa dos anos 50, ao passo que a Lei nº 5.692/71 refletiu princípios da ditadura, verificados pela incorporação de determinações com vistas à racionalização do trabalho escolar e à adoção do ensino profissionalizante no 2º grau.

Mas o equívoco maior da Lei nº 5.692/71, de acordo com Chrun (2009), foi ter transformado todo o 2º Grau em profissionalizante, o que acabou desativando, também, a

Escola Normal, transformando o Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª séries na Habilitação para o Magistério.

Portanto, o estudo que até aqui desenvolvemos apresentou como ocorreram os processos de organização no ensino do Curso Normal a partir do Decreto-Lei nº 8.530/46. Essa Lei Orgânica acarretou mudanças na estrutura, nos modelos curriculares e disciplinares do curso a fim de garantir uma formação do professor primário que acompanhasse o movimento progressista.

No estado de Mato Grosso, entretanto, a partir da Lei nº 5.692/71, as dificuldades foram ainda maiores, pois a formação de professores estava se estruturando por meio dos Cursos Normais, houve alterações a partir dessa lei exigindo adaptações necessárias que levariam algum tempo para entrar em vigor e acompanhar o modelo implantado de Habilitação para o Magistério.

Portanto, nossa intenção, nesse primeiro capítulo, foi verificar como se deu a expansão do ensino primário e a consequente criação das Escolas Normais no estado de Mato Grosso, especialmente na cidade de Paranaíba e apresentar a maneira como foi regulamentado o Curso Normal no país. Foram consideradas as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no Brasil e que refletiram em todos os estados brasileiros, inclusive Mato Grosso, as características próprias a este estado, como a população massivamente rural e disputas por poder local, assim como a descontinuidade e o pouco investimento na formação de professores. Esses foram elementos que configuraram a criação do Curso Normal Estadual de Paranaíba.

2 CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO NORMAL ESTADUAL DE PARANAÍBA/MT

Neste capítulo, abordaremos como ocorreu o processo de criação, organização e funcionamento do ensino destinado à formação de professores pela Escola Normal Estadual, no município de Paranaíba/MT, no período de 1967 a 1975.

Desse modo, apresentaremos como esse município se constituiu e desenvolveu, para que, no decorrer do capítulo, possamos compreender quais foram os fatores que determinaram a implantação e consolidação da Escola Normal Estadual em Paranaíba, que constituirá nossa temática de discussão neste capítulo. Assim, pretendemos expor sobre uma parte da história desse município, com destaque para o modo como ocorreu a expansão da instrução pública primária da região, uma vez que a criação da Escola Normal se deu em meados da década de 1960.

2.1 Sant'Anna do Paranahyba/MT: desenvolvimento de uma região

Desde o século XVIII, a região onde se situa o município de Paranaíba foi habitada pelos índios Caiapós³⁷. Sob a liderança de Antônio Pires de Campos³⁸, o célebre “Pai Pira”, entre 1739 e 1755, o espaço tornou-se bastante frequentado pelas expedições paulistas, que tinham como finalidade a captura de nativos para escravização. Somente a partir de 1830 a região começou a ser povoada por várias famílias vindas de Minas Gerais, lideradas por José Garcia Leal³⁹ (IBGE, 2014).

Segundo Camargo (2010), desde 1830, Sant'Anna do Paranahyba⁴⁰ foi povoada pelo movimento de expansão demográfica promovida pelos Garcia, pois os colonizadores mineiros foram atraídos pelas grandes extensões de vegetação, especialmente campos, pastagens naturais e pela presença de gado na região, uma vez que, tocando à frente escravos e gado, os colonizadores constituíram três léguas aquém de Paranaíba, seduzidos pelas águas existentes e pela fertilidade do solo que se apresentava a várias culturas de subsistência. Nessa perspectiva Brazil (2009, p. 232, grifos do autor) acrescenta “[...] famílias inteiras de colonos, oriundas de

³⁷ De acordo com Campestrini (2002), os índios Caiapós eram ubirajaras da denominação tupi que ocupavam parte de Goiás, do triângulo mineiro e o vácuo mato-grossense.

³⁸ Antônio Pires de Campos, foi um Bandeirante Paulista, que adentrou as terras do atual estado de Mato Grosso a cata de índios para vender como escravos em São Paulo (CAMPESTRINI, 1994).

³⁹ Nas palavras de Campestrini (1994) foi um desbravador do sul de Mato Grosso e um dos fundadores do município de Paranaíba.

⁴⁰ Optamos por manter a ortografia de todas as citações conforme a época do estudo, visto que Paranaíba recebe a denominação de Sant'Anna do Paranahyba até 1938.

Minas Gerais migraram, para ocupar parte dos sertões *devolutos* das Vacarias mato-grossenses”.

No ano de 1864, quando emergiu o maior conflito armado internacional na América do Sul, a Guerra do Paraguai, Sant’Anna teve uma participação fundamental, pois, nesse período, serviu de rota de apoio e de fuga aos envolvidos no conflito. Nesse cenário, o Visconde de Taunay⁴¹ atravessou a região registrando suas observações sobre os habitantes, seus hábitos e sobre sua natureza e, a partir disso, escreveu o romance *Inocência*⁴², cujo drama se passa nesse universo, tornando a região conhecida em grande parte do Brasil e até no exterior.

Desse modo, durante a viagem, Taunay relatou paisagens, costumes, alimentação, doenças e moradias do sertão e locais por onde lhe ofereceram pouso. Em meio a suas narrativas, Alfredo Taunay registra Santana do Paranaíba, entre os anos de 1865-1867:

Transpondo um corregozinho e subindo um ladeira onde há mísera à casinholas, chega-se a principal rua da povoação, outrora florescente núcleo de população, hoje decimada das febres intermitentes, oriundas das enchentes do Paranaíba [...] 800 habitantes mais ou menos, três ou quatro ruas bem alinhadas, uma matriz em construção, há muitos lustros, os tipo melancólico de uma vila em decadência, o silencio por todos os lado, crianças anêmicas, mulheres descoradas, homens desalentados, eis a vila de Santana. (CAMPESTRINI, 2002, p. 45-46).

Com o findar do século XVIII, a comarca de Sant’Anna do Paranaíba, de acordo com Campestrini (1994, p. 12), era considerada “[...] o primeiro núcleo populoso do sul do Estado, pois devido à sua invejável posição geográfica, limitando-se, naquela época com Goiás, Minas Gerais e São Paulo”. Em consequência de sua posição geográfica, Brandão (1998), acrescenta que a região de Sant’Anna se tornou “ponto de passagem” de tropa de gado, que vinha desses estados vizinhos.

O município de Paranaíba contou com vários fatores que contribuíram para o seu povoamento, pois, suas vastas terras férteis, campos excelentes e clima agradável beneficiaram a criação de gado com grande facilidade (BRANDÃO, 1998).

Diante de tantas transformações que ocorriam no município ao fim do século, foram sendo criadas estradas com o intuito de aperfeiçoar “[...] seus meios de comunicação, as terras

⁴¹ De acordo com Camargo (2010), a missão de Taunay de narrar o cotidiano da Guerra misturava-se ao desejo de registrar o cotidiano do sertão. De sua determinação em celebrar a natureza e os costumes particulares do espaço por onde andou, fez registros importantes nos seus vários cadernos de textos, os quais, mais tarde, receberam o título de *Trechos de minha vida*.

⁴² O romance *Inocência*, foi escrito em 1871, ambientado na realidade mato-grossense e grande parte das narrativas de viagens e de guerra (CAMARGO, 2010).

de Santana tudo produziam proporcionando a seus habitantes bem estar e progresso” (BRANDÃO, 1998, p. 12-13).

Embora a região tenha se desenvolvido nesse período, Campestri (2002) apresenta, com base no censo de 1872, dados da população e também a situação do ensino em Paranaíba. No sul de Mato Grosso havia 10.447 habitantes, e na região de Paranaíba havia uma população de 3.234 habitantes, com 1.082 em idade escolar. De acordo com Campestrini (2002, p. 48), “O analfabetismo (em 1872), na região, alcançava 73% da população”, sendo a aula ministrada apenas por um professor, visto que, do total de 1.082, apenas 43 frequentavam aulas. Vale ressaltarmos que, nesse período, o quadro de profissionais liberais, segundo Campestrini (2002), se reduzia a um padre, quatro advogados, duas parteiras e um professor. Até 1890, a taxa de alfabetização da região era de apenas 14,5% da população.

Ademais, nem sempre nesse povoado reinou a paz e o progresso. De acordo com Brandão (1998), houve momentos de conflitos com sangrentas revoluções advindas da falta de um comandante a chefiar o município de Sant’Anna.

Sob o mesmo ponto de vista, Campestri (1994) esclarece que o território de Sant’Anna, até o final do século XIX, foi palco de lutas e disputas partidárias, o coronelismo entre as famílias tradicionais que ali fizeram morada, até mesmo contra os governos regionais, sempre movidas pelos sentimentos advindos da política do momento. Esse cenário de lutas na região de Paranaíba perdurou de 1900 até 1922/1923, quando o estado de Mato Grosso passou a ser governado pelo Presidente Pedro Celestino Correa da Costa; até então era uma região relegada e deficiente de Poder Público, que impulsionou os vários conflitos e desordens da época.

Até a década 1960, as poucas ruas que existiam em Paranaíba eram sem calçamento (Figura 1), havia poucos habitantes, como indicam os dados do Censo Populacional. A região, nesse período, somava um total de 18.290 (IBGE, 1960), e apenas 4.082 residiam na área urbana do município, correspondendo a um total de 22,31% da população, porém, 14.208 (77,69%) habitantes residiam na área rural da região.

FIGURA 1 - Centro de Paranaíba (Rua: Treze de Maio - 1961)



Fonte: Jornal Tribuna Livre (2014).

De acordo com Brandão (1998), um dos grandes marcos para a cidade de Paranaíba fundamentou-se na gestão de Autogamis Rodrigues da Silva⁴³, que em 1964, firmou contrato com a Companhia Telefônica Brasil Central (CTBC) de Uberlândia/MG, para a instalação de telefones em Paranaíba e, em seguida, começou a asfaltar algumas ruas – Barão do Rio Branco, Visconde de Taunay, Praça da República, Coronel Carlos e parte da Vigário Sales –, correspondentes, hoje, à área central da cidade.

Apesar de Paranaíba ter recebido a tecnologia da telefonia e melhoria na sua infraestrutura por meio de ruas asfaltadas, ainda no ano de 1970, conforme apontam os dados do Censo, a região de Paranaíba apresentava um total de 22.790 habitantes na zona rural e 8.510 habitantes na zona urbana. Desse modo, a população local ainda se mantinha no campo, sobrevivendo por meio do trabalho da agricultura e pecuária.

Até meados do ano de 1977, Paranaíba pertencia ao estado de Mato Grosso e tinha como capital a cidade de Cuiabá. Atualmente, o município de Paranaíba é considerado o segundo mais antigo pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, perfazendo seus 158 anos de existência.

Portanto, é fundamental conhecer a história do município de Paranaíba, pois sua criação é relevante para a história do estado Mato Grosso do Sul, visto que este estado serviu de entrada aos migrantes mineiros, paulistas e goianos, no século XIX.

⁴³ Autogamis segundo Brandão (1998) exerceu o cargo de tabelião de notas do primeiro ofício (registro de imóveis) de Paranaíba até 1949. Eleito prefeito de Paranaíba em 1963, com mandato até 1967, realizou várias obras durante sua gestão.

2.2 Tempos de mudanças: estabelecimentos importantes na configuração do ensino na cidade de Paranaíba

Até 1914, segundo Bertoletti (2015), existe registro de apenas duas escolas isoladas e dois professores efetivos trabalhando nessas escolas, sendo custeados pelo estado de Mato Grosso. Bertoletti (2013b, p. 4), acrescenta que “[...] A situação não se modifica, pelo menos em relação ao número de escolas, até 1928, sendo uma masculina e uma feminina”, pois, até o começo de 1930, prevaleceu a existência de escolas isoladas, com regência de apenas um professor em salas de múltiplas idades e fases escolares.

De acordo com Campestrini (2002), a manutenção do número de escolas isoladas no município de Paranaíba, em 1914, até a instalação das escolas reunidas em 1935, é decorrente dos sucessivos conflitos e desordens que envolveram a região nas três primeiras décadas do século XX, ocasionando um número reduzido de habitantes na cidade, visto que o município era bastante extenso e somava um total de 35.000⁴⁴ habitantes, porém, apenas 1.000⁴⁵ habitantes residiam na área urbana.

A situação da instrução pública em Paranaíba, em 1930, é simbolizada conforme ilustra o relatório do Prefeito Municipal, Emílio Martins Ferraz à Câmara Municipal:

Havendo essa ilustre corporação extinguindo a escola municipal que funcionava nesta cidade, por falta de frequência legal e por esse motivo transformada em verdadeira sinecura, e ao mesmo tempo autorizado esta prefeitura a reabri-la uma vez que recebesse uma representação de trinta, de alunos conservando a referida escola fechada não recebemos a representação a que nos referimos.

Entrementes não deixamos de encarecer o valor da instrução pública escolar digo primária, com especialidade neste vasto município, onde a população escolar é elevada. O combate ao analfabetismo tem sido missão ou recuperação constante de todos administradores compenetrados da sua tarefa social, tanto assim é que todos os povos aplicam grandes verbas na disseminação da instrução pública, convencidos como se acham que serão fortes, felizes e progressistas, as nações cujos habitantes se distinguiram pela cultura, única forma pela qual se poderá gozar verdadeiramente e conscientemente da liberdade, porque, na realidade, quem ignora, não pode ter independência moral.

As rendas do município não permitem como nosso desejo a criação de tantas escolas quantas fossem precisas, no entanto, mantém a Prefeitura uma escola na fazenda Cupins e outra no distrito de paz de São Pedro. (FERRAZ, 1930 apud CAMPESTRINI, 2002, p. 188).

⁴⁴ O município de Paranaíba abrigava grande número de habitantes devido a sua grande extensão territorial, conforme esclarece Bertoletti (2015, p. 35) citando Campestrini (2002): “[...] o perímetro era estabelecido pelo rio Pardo (da foz no Paraná, hoje no Porto de novembro), até suas cabeceiras, em Camapuã; destas, por uma linha até as nascentes do Araguaia (acima de Costa Rica hoje); daí, por uma linha, às do rio Corrente (hoje em Goiás); por este e pelo Paranaíba, até o Paraná e, por este, até a foz do Pardo”. De acordo com Bertoletti (2015), no início do século XX, a região de Paranaíba começou a ser desmembrada para formar outros municípios, como Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948), Cassilândia (1954) e Inocência (1958).

⁴⁵ Dados referentes ao ano de 1914.

Embora houvesse apenas essas duas escolas rurais na região de Paranaíba, Bertolletti (2013b, p. 5) explica que “inúmeras outras foram criadas, isso porque a extensa população rural do município, cujas atividades econômicas consistiam em pecuária e agricultura (especialmente arroz) prevaleceu superior à população urbana, pelo menos, até o Censo de 1970”. Então, até o final dos anos de 1950, encontrou-se registro da criação de 29 escolas rurais e, em 1960, um total de 37 escolas rurais (FREITAS, 2011). De acordo com Bertolletti (2015), no início de 1970, foram criadas mais nove escolas rurais.

Desse modo, Bertolletti (2012), citando Alves (2015), afirma que, com disputas pelo poder local e pela distância da capital (Cuiabá), Paranaíba encontrou dificuldades quanto à organização da escola primária, sobretudo na zona urbana, prevalecendo, até a década de 1930, aulas particulares ministradas nas residências de professores para o ensino inicial da leitura e da escrita.

A partir da década de 1930 até 1975, segundo Alves (2015), foram registradas sete escolas primárias urbanas em Paranaíba, sendo organizadas em: Escolas Reunidas Sant’Anna de Paranaíba (1935-1945); Grupo Escolar José Garcia Leal (1945-1975); Escola Particular Nossa Senhora Sant’Ana (1951); Educandário Santa Clara (1955); Patronato de Menores São José (1961); Colégio Batista Paranaibense (1962-1980); Grupo Escolar Major Francisco Faustino Dias (1972)⁴⁶.

De acordo com Freitas (2011), em 1945, ocorre a criação do primeiro Grupo Escolar em Paranaíba, por meio do Decreto nº 199, de 5 de maio, com a transformação das Escolas Reunidas de Sant’Anna do Paranaíba no Grupo Escolar José Garcia Leal, o qual foi extinto no ano de 1971, pela Lei nº 5.692.

Diante do exposto, podemos verificar que, embora tivessem sido criadas poucas escolas para o ensino primário, poucos também eram os professores normalistas na região para trabalhar nessas escolas, pois, de acordo com Campestrini (2002), até 1950 havia apenas cinco professoras normalistas trabalhando em escolas primárias na cidade, as quais foram, segundo Bertolletti (2014), formadas pela Escola Normal de Cuiabá, sob orientação direta dos primeiros professores paulistas que foram contratados pelo estado de Mato Grosso. No entanto, os demais professores que atuavam nas escolas de Paranaíba eram leigos.

⁴⁶ Lista de escolas organizada pela autora baseou-se em estudos de Bertolletti (2012), documentos escolares (Decretos de Instalação e Funcionamento) e, ainda, por meio de entrevistas informais e visitas em algumas dessas instituições.

Portanto, a formação de professores no Mato Grosso, de acordo com Bertoletti (2014, p. 13), reduzia-se a:

[...] duas escolas normais, em 1941, uma em Campo Grande, cerca de 400km de Paranaíba, e outra na capital, Cuiabá, cerca de 1000km. Faltavam estradas asfaltadas e as demandas sociais eram muitas. Paranaíba era um município com uma Escola Reunida que se tornou Grupo Escolar, com algumas escolas particulares e com inúmeras escolas rurais, no período abordado. Com a grande extensão territorial, prevalecia a realidade rural; havia inúmeros conflitos políticos, falta de continuidade de outros níveis de escolarização e de bibliotecas públicas; assim havia muitos entraves na adequada preparação dos mestres. Restava a esses sujeitos as utopias e os sobressaltos no exercício da profissão.

Assim, no decorrer dos anos, a cidade de Paranaíba passou a apresentar cada vez mais a necessidade de criar meios e locais apropriados para que pudesse oferecer à população dessa localidade mais instrução. Cabe salientar que, até então, as famílias que desejassem que seus filhos tivessem uma melhor formação com continuidade nos estudos deveriam enviá-los a cidades maiores, colocando-os em colégios internos ou contando com apoio de parentes para hospedá-los. E, de acordo com fontes orais coletadas, as pessoas sem essas condições acabavam ficando sem estudos.

A fim de promover, no local, uma formação para professores, no ano de 1964, passou a funcionar, nas dependências do prédio Educandário Santa Clara, a primeira Escola Normal Santa Clara, autorizada pelo Decreto Estadual nº 654/64, sendo mantida com verbas municipais, estaduais e da ordem religiosa que a dirigia, funcionando no período de quatro anos apenas o primeiro ciclo. Contudo, seu funcionamento foi interrompido no ano de 1969. Vale ressaltar que, até a criação dessa escola, aqueles que desejassem cursar o Normal tinham que sair de Paranaíba para estudar em cidades distantes.

Dois anos após a criação da Escola Normal Santa Clara, é criada a Escola Normal Estadual de Paranaíba, pela Lei nº 2.635, no dia 3 de agosto de 1966.

2.2.1 Educandário Santa Clara

Ao trabalhar com pesquisa histórica, o pesquisador se depara, a cada instante, com um novo indício para compor o viés de sua pesquisa. Logo, tudo pode ser perceptível aos olhos do historiador, visto que cabe ao historiador, segundo Prost (2012), definir quais fontes devem ser selecionadas para seus estudos. Desse modo, consideramos importante apresentar ao leitor parte da história da Escola Normal Santa Clara, visto que sua descoberta se deu ao

mapearmos, reunirmos e selecionarmos fontes documentais sobre a formação de professores da escola Normal Estadual de Paranaíba. Embora essa instituição não tenha sido nosso objeto de estudo, foi importante para a história de formação de professores normalistas dessa região.

No princípio de nossos estudos, acreditávamos que a primeira formação para os professores era oriunda da escola Normal Estadual, fruto apenas da instrução pública do estado de Mato Grosso, no entanto, no decorrer de nossos levantamentos documentais, localizamos algumas fontes que nos levaram a evidências referentes ao ano de 1964, na cidade de Paranaíba/MT, quando existiu outra Escola Normal.

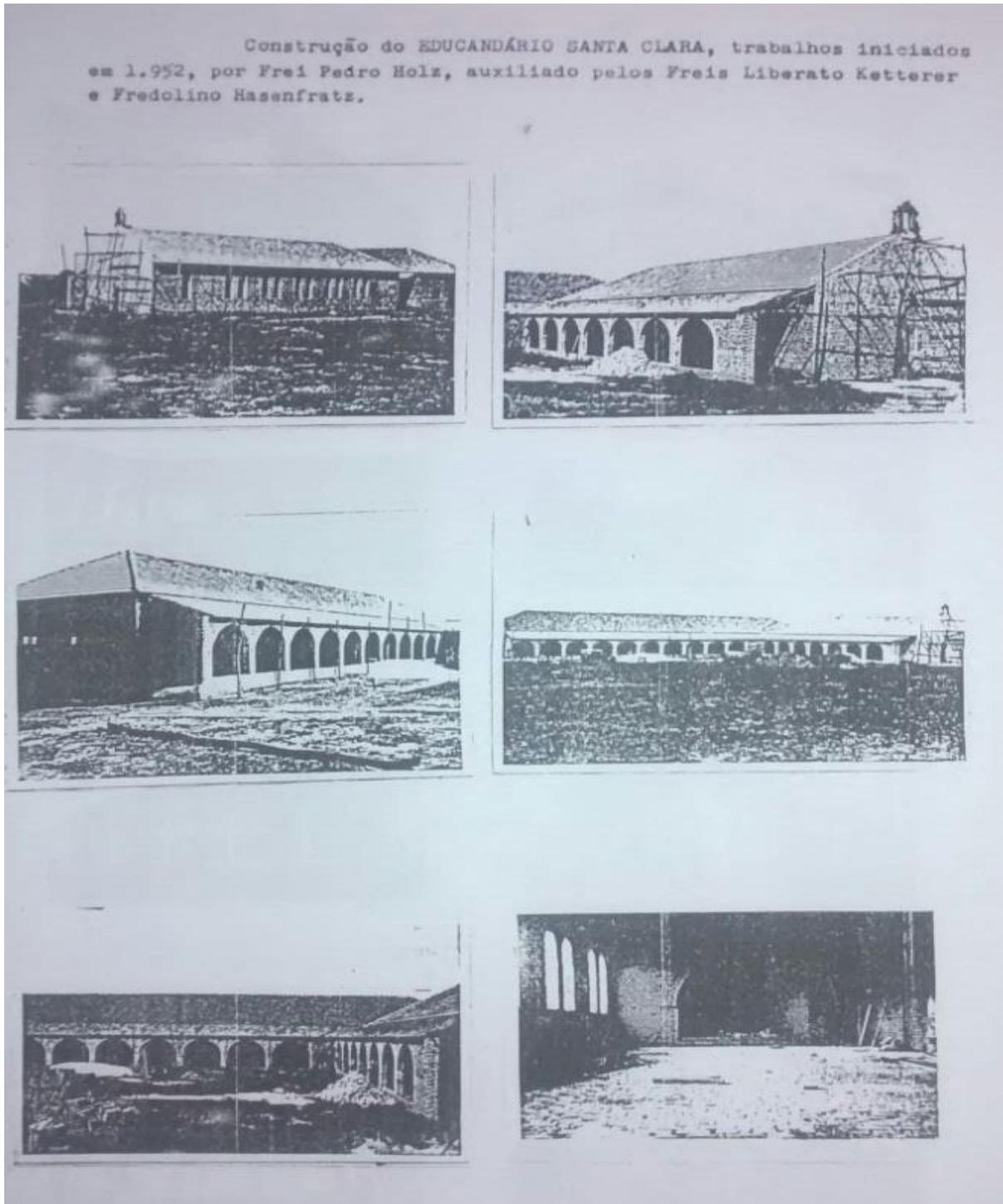
Mediante visita informal ao colégio Educandário Santa Clara, tivemos acesso a alguns documentos – o requerimento de abertura do Curso Normal; atas de reuniões; livro de matrícula nº 2 do 2º ciclo; quadro e tabelas das disciplinas –, além de uma revista que retrata a história da escola, os quais foram fundamentais na reconstrução das representações deixadas sobre o Curso Normal do Educandário Santa Clara.

Diante desses dados, partilhamos da concepção de Prost (2012), que assinala que a crítica do historiador deve acontecer em dois pontos: crítica externa e crítica interna. Assim sendo, a crítica externa permite ao historiador verificar a verdade nos materiais do documento e a crítica interna possibilita ao historiador fazer uma análise no documento, isto é, no discurso presente no próprio texto.

Desse modo, todo documento deve ser analisado criticamente pelo historiador por intermédio dessas duas vertentes da crítica externa e da interna, a fim de que seja possível (re)construir, por meio dos documentos, as representações do que se pretende estudar.

A análise realizada nas fontes, conforme mencionado, permitiu-nos verificar que, no ano de 1952, por iniciativas do Frei Pedro Holts, auxiliado por mais dois Freis – Liberato Ketterer e Fredolino Hasenfratz –, deu-se início à construção do prédio do Educandário Santa Clara, conforme ilustra a Figura 2, que também contou com o auxílio do Sr. Walter Faustino Dias, que se tornou, naquele ano, diretor da escola. Naquele momento, pensou-se em uma Congregação de Irmãs Religiosas para conduzir o estabelecimento internato e externato para meninas, que acabou favorecendo meninas que residiam na zona rural dessa localidade (DIAS, 1968).

FIGURA 2 - Construção do prédio do Educandário Santa Clara (1952)



Fonte: Educandário Santa Clara (1952).

Conforme podemos verificar, na Figura 2, a construção da escola contou com quatro prédios interligados, com varandas nas áreas internas, um pátio grande no centro, dois dormitórios para as alunas internas, sete salas de aulas, salão para festas, capela, cozinha, além de residências para as irmãs (DIAS, 1968).

Após a construção, Frei Pedro precisava de religiosas para trabalhar na instituição, que também tinha como finalidade habilitar professores para trabalhar no ensino primário.

No entanto, no ano de 1954, após vários convites, Madre Clara, Superiora Regional das Franciscanas de Agudos/SP, decidiu atender ao pedido do Frei e resolveu visitar a escola. Conforme Dias (1968, p. 1),

[...] A notícia da nossa visita espalhou-se pela cidade inteira. E todos queriam ajudar a nos receber. Era uma senhora que trazia bolo, outra um pudim, outra ainda frutas de todas as espécies. Todos queriam cumprimentar-nos e dar-nos boas vindas, nós ficamos simplesmente encantadas com o povo de Paranaíba. A visita foi sem compromisso, mas um apoio pelo zeloso e incansável Frei Pedro.

A população local não sabia o que fazer para agradar as Irmãs Franciscanas, pois, por certo temiam que elas não aceitassem o pedido do Frei e a cidade continuasse sem as religiosas para se dedicarem a educar as crianças e os jovens da cidade.

Quando chegaram à cidade de Paranaíba, no ano de 1955, tinham como objetivo auxiliar na educação e formação das crianças locais, mostrando aos alunos os bons costumes e o ensino na religião.

Nas palavras de Brandão (1998, p. 34), “Sentindo a dificuldade local, em 1964, criam a Escola Normal Santa Clara, autorizada pelo Decreto (estadual) n. 654/64, pois faltavam professores habilitados” no município. Nesse sentido, quando as franciscanas perceberam a necessidade que a população tinha de professores, decidiram criar uma Escola Normal de primeiro ciclo e que se tornaria de segundo ciclo três anos após a sua instalação.

Assim, para que essa escola Normal funcionasse, foi seguido o que determina o Decreto nº 839, de 30 de dezembro de 1949 (MATO GROSSO, 1949), que se refere ao artigo 40 da Lei Orgânica do Ensino Normal. Amparado por esse Decreto, todo estabelecimento privado de ensino que desejasse oferecer o curso de formação para professor primário deveria estar enquadrado em todas as normas e modalidades exigidas por lei para que, assim, pudesse exercer a função educacional.

Desse modo, a instituição do Curso Normal do Educandário Santa Clara acompanhou as normas que as Escolas Normais Oficiais do estado seguiam, além de dispor de instalações e prédios adequados para o funcionamento do curso a que estavam pleiteando, em conformidade com a legislação em vigor.

Seguindo todas as normatizações exigidas para que o Curso Normal pudesse funcionar nesse estabelecimento, tivemos acesso a um documento, enviado ao Sr. Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Estado, no dia 25 de junho de 1963, pelos

responsáveis administrativos por essa instituição de ensino que, naquele momento, eram Frei Pedro e as Irmãs Franciscanas de Agudos, do estado de São Paulo. No texto do requerimento, a Irmã Franciscana responsável pela casa de Paranaíba demonstrava suas intenções em criar a Escola Normal, no ano de 1964, e que a escola nessa data já se encontrava de acordo com a forma exigida pelo Decreto nº 839/49, cumprindo todas as normas e exigências estabelecidas.

No requerimento encontra-se descrito que o Educandário Santa Clara, estabelecimento de ensino ora primário, de orientação religiosa católica, apostólica e romana, de propriedade das Irmãs Franciscanas de Agudo, estado de São Paulo, sediado na cidade de Paranaíba, estado de Mato Grosso, almejava criar o Curso Normal regional sob a denominação de Escola Normal Santa Clara para funcionar a partir de 1964, em sua sede. E, por esta razão, requeria, na forma do Decreto nº 839 de 30 de dezembro de 1949, lhe fosse outorgado mandato, declarando que cumpririam as exigências previstas no mencionado decreto e demais normas em vigor, pertinentes ao ensino normal. Em anexo ao requerimento, conforme é mencionado foi enviada a relação do corpo docente, bem como fotografias do edifício e de suas instalações próprias.

No dia 10 de janeiro de 1964, no interior do Educandário Santa Clara, promoveu-se uma reunião na qual estiveram presentes todas as pessoas que ocupavam cargos de responsabilidade, exigidos para o funcionamento do Curso Normal (diretor, secretário e tesoureiro), para que tivessem o conhecimento do seu funcionamento a partir daquele ano, uma vez que era de responsabilidade da escola promover a formação de professores primários no período de quatro anos no primeiro ciclo, e o de segundo ciclo ficaria como ensino Ginásial e Colegial, como informa a Figura 3.

FIGURA 3 - Ata nº 1 da reunião para criação do Curso Normal no estabelecimento Educandário Santa Clara (1964)

Ata nº 1

Reunião da Diretoria do Educandário Santa Clara

Das dez (10) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e quatro (1964), na sede deste estabelecimento de ensino, a Rua Livramento, nº 355, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso, às 13 horas, presentes Dr. Walter Faustino Dias, diretor; Sr. Maria Cecília Ahls, S.F., secretária; Nilo Genaro Klafke, 1º tesoureiro; e José Agui, 2º tesoureiro; e, feito pelo Diretor uma explanação sobre a finalidade da reunião, qual seja a falta de estabelecimentos de ensino médio nesta cidade sobretudo para a formação de professores primários, resolveu a Diretoria debater o assunto, ficando a final unanimemente aprovado: I) criação da Escola Normal Santa Clara, anexa ao Educandário, funcionando durante quatro anos, a partir deste, apenas o primeiro ciclo e depois o segundo, como ensino ginásial e colegial, respectivamente, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases. II) Preparo imediato dos papéis necessários à oficialização de tais cursos junto à Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Levadas tais deliberações, a Sr. Maria Francisca Romana Leist S.F., Superiora neste Educandário, da Associação Brasileira das Irmãs Franciscanas de Agudos (Sp), a mesma autorizava a Diretoria fosse um representante seu a Curitiba pleitear a oficialização da Escola Normal Santa Clara, tendo a escolha recaído na pessoa do Diretor Dr. Walter Faustino Dias e que aceitou mais esse encargo. Nada mais tendo sido discutido e aprovado, eu Sr. Maria Cecília Ahls, secretária, lancei a presente ata que depois de lida, vai por todos assinada.

Walter Faustino Dias
 Sr. Maria Cecília Ahls S.F.
 Nilo Genaro Klafke
 José Agui

Apresentado no dia 27

Fonte: Educandário Santa Clara (1964a).

Conforme verificamos no documento protocolado no dia 27 de janeiro de 1964, o Curso Normal de primeiro ciclo (ginásial) passou a funcionar, nesse mesmo ano, na cidade de Paranaíba, para indivíduos que se interessassem pela formação docente.

Após a análise da Ata, constatamos a necessidade de apurar mais detalhes sobre a criação do Curso Normal do Educandário Santa Clara. No entanto, nesse momento do nosso

trabalho, por não ser esse estabelecimento o nosso objeto de estudo, utilizamo-nos da entrevista informal⁴⁷, visto que o sujeito selecionado, em conformidade com a Ata, foi por muito tempo tesoureiro da Escola Normal do Educandário Santa Clara.

O tesoureiro, o Sr. Nilo Genaro Klafke, afirmou que quem era responsável por todas as atribuições da Escola Normal era o Frei Pedro Holz. Assim como ele, todos que tiveram participação na administração da escola emprestavam o nome, pois não era permitido que uma única pessoa exercesse todos os cargos. Frei Pedro realizou tudo que devia ser feito pela escola e cada pessoa que tinha seu cargo de confiança “que eram seus melhores amigos” assinavam para ele em suas respectivas funções.

Segundo o Sr. Nilo, o Educandário Santa Clara funcionou por muito tempo, embora não se recorde o tempo exato de sua duração. Recebeu muitas verbas federais, estaduais, municipais e, até mesmo, da Paróquia da cidade, pois se lembra de que chegou a assinar muitos balancetes com valores altos, uma vez que naquela época a moeda ainda era cruzeiro. Não se recorda por que o curso deixara de existir, mas afirmou que poderia ter sido por causa da saída de Frei Pedro.

Após nossa conversa com o Sr. Nilo, voltamos nosso olhar aos documentos localizados no arquivo do Educandário Santa Clara e realizamos uma análise mais apurada de todas as atas que havíamos encontrado nessa mesma instituição. A partir dessa nova análise, verificamos na Ata nº 11, referente ao dia 27 de fevereiro de 1967, que a diretora da escola Educandário Santa Clara resolve suspender o funcionamento da escola anexa à Escola Normal Santa Clara, em virtude de, no ano de 1966, essa escola ter funcionado de forma deficitária, com uma primeira série composta por apenas seis alunas; e que, em 1967, obteve-se o mesmo número reduzido de alunas. De acordo com Dias (1968), as alunas que estavam matriculadas nesse estabelecimento foram transferidas para outras instituições⁴⁸ após a interrupção do curso.

Assim, para que os alunos não fossem prejudicados, foram transferidos para outros estabelecimentos congêneres⁴⁹, em tempo hábil para continuar os estudos já iniciados. Após a transferência de todos os alunos, o diretor, Walter Faustino Dias, ficou responsável por comunicar ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação de Cuiabá/MT sobre o fechamento do Curso Normal do Educandário Santa Clara que, nesse momento, já era de 2º Ciclo.

⁴⁷ No dia em que ocorreu a entrevista (16/11/2014), foi solicitado ao entrevistado que falasse livremente sobre o Curso Normal do Educandário Santa Clara.

⁴⁸ Nos documentos encontrados não consta para quais estabelecimentos foram transferidas.

⁴⁹ Termo retirado do documento original, sendo essa a Ata de Reunião nº 11, que se encontra no arquivo da Escola Educandário Santa Clara.

O ensino do Curso Normal do Educandário Santa Clara funcionou até o ano de 1967 quando, nessa época, foi solicitada e concedida a transformação desse curso em ginásio secundário, pelo Conselho Estadual de Educação. Vale ressaltar que, no ano de 1968, de acordo com Dias (1968), no Educandário Santa Clara havia 481 alunos, sendo 35 do pré-primário, 345 do primário, 95 do ginásio e 6 do normal.

Os alunos transferidos da Escola Normal do Educandário Santa Clara foram matriculados, no ano de 1969, na Escola Normal Estadual, que era de responsabilidade do estado de Mato Grosso e estava em funcionamento desde 1967, no prédio cedido pelo Rotary Club.

2.2.2 Escola Normal Estadual de Paranaíba

As informações obtidas por meio de documentos e entrevistas nos levaram a observar que houve uma forte influência do Rotary Club na criação da Escola Normal Estadual, muito além de ceder o prédio para o funcionamento do Curso Normal Estadual de formação de professores primários para o município.

Muitos foram e são os trabalhos desenvolvidos pelos rotarianos, cujos membros acabaram desempenhando um papel fundamental na área social do município de Paranaíba. Destacamos a cedência do prédio onde funcionou por três anos (1967-1969) a Escola Normal Estadual, com o curso que tinha por finalidade formar professores para atuar nas escolas primárias dessa cidade, até que tivesse prédio próprio. No mesmo período de funcionamento da Escola Normal, funcionaram também no prédio do Rotary, paralelamente, conforme esclarece Brandão (1998), as atividades da Casa da Amizade, órgão formado pelas esposas dos rotarianos que exercia papéis fundamentais na área social.

Na Ata do dia 28 de dezembro de 1966, os membros, no final de ano, comemoraram com alegria os dez anos de existência do Rotary Club em Paranaíba e os progressos que foram obtidos para o desenvolvimento da cidade, entre as tantas conquistas, mencionaram a instalação do Curso Normal Estadual.

Em outra ata de reunião dos membros dessa entidade filantrópica, que aconteceu no dia 10 de agosto de 1966, anunciou-se que o funcionamento da Escola Normal estava previsto para o próximo ano (1967) em Paranaíba.

No início do ano de 1967, especificamente no dia 25 de janeiro, mais uma vez os rotarianos se reuniram, como de costume, e uma das pautas da reunião foi apontar sobre a

necessidade de se providenciar, junto ao Governo do Estado, móveis para o funcionamento do Curso Normal que teria início ainda naquele ano.

No mês seguinte, em outra reunião, um dos membros do Rotary Club – José Agi – reforçou aos companheiros do clube a urgência de providenciar, junto ao governo do estado de Mato Grosso, a remessa de cadeiras e móveis para a instalação da Escola Normal, os quais se encontravam na cidade de Campo Grande e que até aquele momento não os haviam recebido, visto que estava próximo do início das aulas.

Observa-se, desse modo, o empenho dos membros do Rotary Club para a instalação do Curso Normal Estadual. O tema “móveis” esteve presente em muitas reuniões, inclusive no dia oito de fevereiro de 1967, onde os membros da reunião comentaram novamente sobre a necessidade de providenciá-los com urgência para a instalação da Escola Normal. Assim, um mês após essa reunião, oito de março de 1967, a Escola Normal foi instalada no prédio do Rotary Club. Até o momento não localizamos nenhuma fonte que traga a data da chegada do mobiliário.

Um dos registros obtidos sobre a primeira turma do Normal, que deu início ao curso no ano de 1967, no prédio do Rotary Club, e concluiu no ano de 1969, no mesmo local, é a fotografia que destacamos na Figura 4.

FIGURA 4 - Fotografia 1ª turma de Formandos do Curso Normal (1969)



Fonte: Lacerda (1969a).

Na Figura 4, localizamos apenas 12 formandos da primeira turma (1967-1969), entretanto, por meio de fonte oral e do Quadro 8, apuramos que o número de formandos foi de 16 normalistas.

Após formar essa primeira turma, o curso mudou de prédio passando a funcionar na Rua Maria Cândida de Freitas, nº 1.505. Neste local, atualmente, funciona a escola Professora Maria Luiza Correa Machado, lá o curso de formação de professores funcionou de 1970 a 1992⁵⁰, mudando-se depois para prédio próprio.

Até o ano 1975, a Escola Normal Estadual funcionava ainda em prédio cedido com essa denominação, entretanto, a partir do Decreto nº 2.499, de 11 de março de 1975, passou a ser denominada Escola Estadual de 1º e 2º Grau Aracilda Cícero Corrêa da Costa (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1975), em homenagem à professora Aracilda Cícero Corrêa da Costa, primeira normalista na região. Segundo Brandão (1998), Aracilda, com seus ideais, sempre lutou junto às autoridades por melhores condições na educação do município. Também encontramos indícios em um carimbo de livro-ponto da escola, no ano de 1972, onde a denominação referente ao Curso Normal nessa época era “Escola Normal Professora Aracilda Cícero Corrêa da Costa”.

Em 11 de março de 1975, segundo os dados obtidos pelo *site* da Escola Aracilda, esse estabelecimento passou a atender também à clientela de 1º grau. Em 22/12/88, obteve autorização para atuar na Educação Infantil e, em 17/08/95, começou a atender ao 2º grau não profissionalizante (ESCOLA ESTADUAL ARACILDA CÍCERO CORRÊA DA COSTA, 2014).

2.3 Curso Normal Estadual: da criação ao funcionamento

A instrução pública no estado de Mato Grosso, conforme mencionado no primeiro capítulo, esteve presente nos diálogos das mensagens dos governadores. Cabe salientar que esses diálogos apontavam para a necessidade de se fazer algo pela instrução pública primária nos municípios, uma vez que a educação no estado era precária⁵¹.

⁵⁰ Até 1975, teve a denominação de Curso Normal e, depois desta data, passou a ser denominado Habilitação Específica para o Magistério.

⁵¹ Em plena década de 1960, para o estado de Mato Grosso, somente 50% das crianças em idade escolar estavam efetivamente matriculadas no curso primário, essa porcentagem ascendia para 84% na zona urbana, e atingia apenas 28,7% na zona rural. Essa disparidade assume aspectos dramáticos quando se atenta para o total de 176.773 crianças em idade escolar que viviam em Mato Grosso, com um total de 106.070 residentes na zona rural, cujo índice de matrículas efetivadas nesse mesmo período foi de 101.036 (MATO GROSSO, 1965).

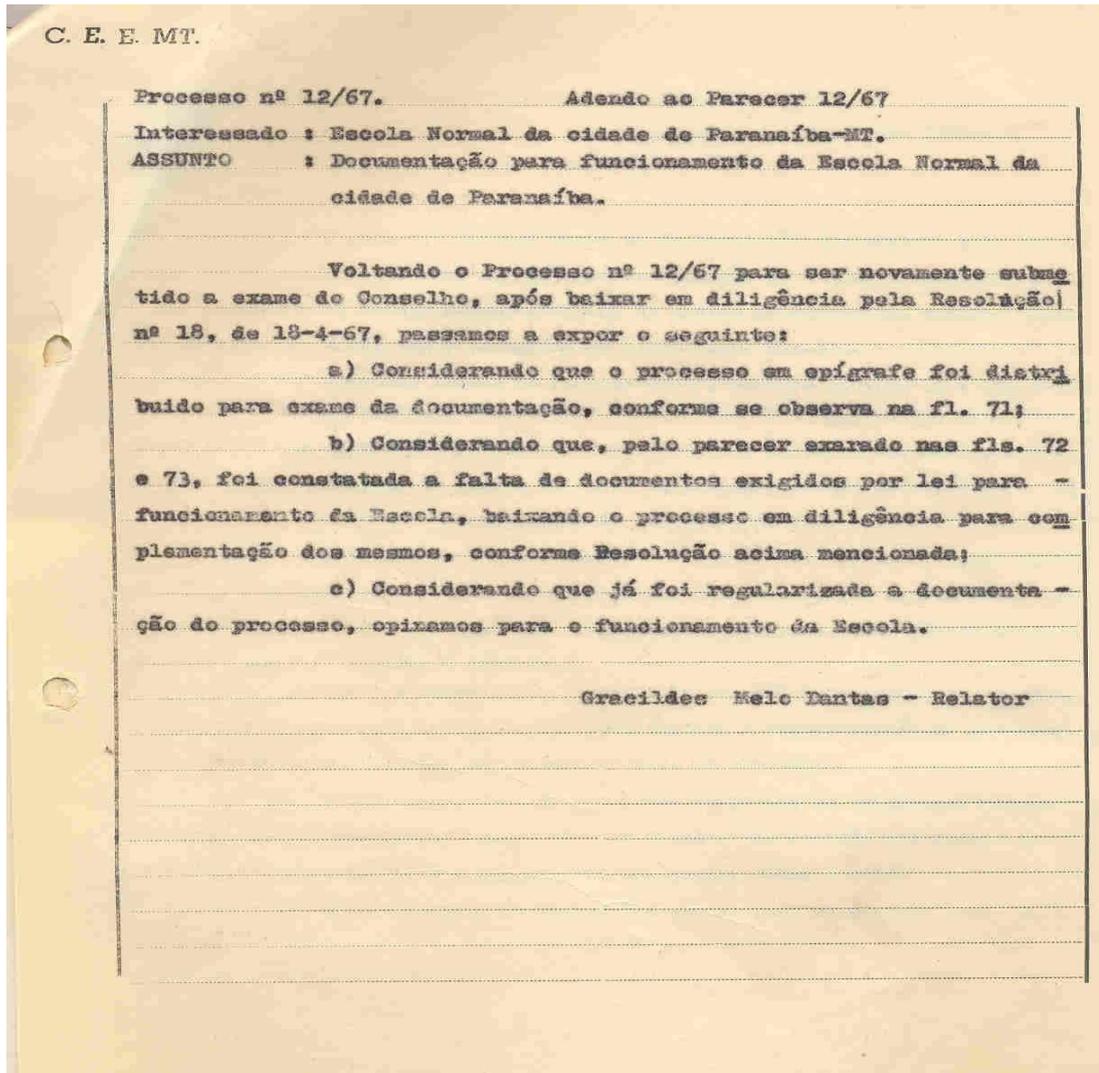
No que tange à formação de professores para atuar na instrução pública primária, a Escola Normal, de responsabilidade do estado de Mato Grosso, de acordo com publicação no Diário Oficial, foi criada na cidade de Paranaíba, no dia 3 de agosto de 1966, amparada pela Lei Estadual nº 2.635, no governo de Pedro Pedrossian (GARCIA, 2013).

De acordo com o Diário Oficial, em 3 de agosto de 1966, foi criada uma Escola Normal (2º ciclo) na cidade de Paranaíba, que dispunha para lotação os seguintes cargos: um diretor, um secretário, quatorze professores, um escriturário, um inspetor de alunos, um porteiro. No entanto, esse documento entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967.

Para a reconstrução da história do Curso Normal Estadual de Paranaíba partilhamos das convicções de Le Goff (2003), ao expor que o documento é um monumento, e o mesmo é resgatado pela memória coletiva da sociedade na qual ele foi elaborado. Logo, cabe ao historiador verificar o que é verdade e o que é falso em um documento, pois, em documento não existe uma verdade absoluta. Assim, cabe a nós verificarmos a verossimilhança dos fatos em cada fonte selecionada para que possamos compor a história desse curso.

Desse modo, tivemos acesso ao Parecer nº 12/67, documento emitido pela Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso, solicitando autorização junto ao Conselho Estadual de Educação, para o funcionamento da Escola Normal de 2º Ciclo, na cidade de Paranaíba, criada em 1966, em conformidade com a Lei Estadual nº 2.635. No entanto, a Secretaria enviou um parecer sobre a Escola Normal, solicitando que se agilizasse todas as documentações necessárias para que o Curso começasse a funcionar no ano de 1967, pois é obrigatório que qualquer estabelecimento, para exercer sua função, deva receber autorização de um órgão que regulamenta o seu funcionamento.

FIGURA 5 - Parecer nº 12/67 – Funcionamento do Curso Normal



Fonte: Arquivo Público de Cuiabá.

Conforme a análise do Parecer nº 12/67, por meio da Figura 5, para que a autorização legal do Curso Normal acontecesse, era necessário que as instalações da escola e as documentações exigidas pela Secretaria de Educação e Cultura do estado de Mato Grosso estivessem em conformidade com a Lei Estadual nº 2.635/66, uma vez que, havendo irregularidades de uma dessas partes, não seria permitido dar início às aulas. Assim esperava-se que toda a parte de arquitetura estivesse adequada e também a documentação para que, assim, pudesse dar autorização para o funcionamento.

Cumpridas as exigências regulamentares e, considerando, ainda, a documentação regularizada, ficaria responsável o Conselheiro Gracildes Melo Dantas por dar seu parecer sobre o início do funcionamento da Escola Normal. Desse modo, Gracildes Melo Dantas enviou, no mês abril de 1967, outro parecer como resposta, enfatizando que foi apurado o resultado dos documentos relacionados ao Parecer nº 12/67.

Nas representações apresentadas no documento da Figura 5, o relator deixa explícito que a Escola Normal foi custeada pelos recursos financeiros enviados pelo estado, além de apresentar como deveria ser dirigida a administração do curso. Ainda de acordo com esse documento, caberia a indicação do diretor, diretor-substituto e secretário, ao Sr. Secretário de Educação e Cultura Prof. Wilson Rodrigues, na qualidade legal do governo do estado.

Para exercer algum dos cargos profissionais (diretor, diretor-substituto e secretário) na Escola Normal, caberia ao candidato comprovar idoneidade moral e social, e no caso do professor, ele também deveria prestar o exame de suficiência⁵², conforme regulamentado no artigo 117 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prescrevendo que preencheria o cargo aquele que fosse aprovado nesse teste. Também era cobrada da escola uma lista de documentos que deveria ser anexada a esse parecer; assim, somente após o cumprimento de todos os requisitos solicitados, o Conselho autorizaria o início das aulas.

Depois de ser aprovado o funcionamento da Escola Normal de Paranaíba, foi enviado pelo Conselho Estadual de Educação o regimento interno com normas disciplinares que deveriam ser seguidas pela escola e que foram designadas pela Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso. De acordo com esse documento, a escola ficaria sujeita à inspeção pelos Delegados Regionais de Ensino e servidores habilitados para tal função.

Em conformidade com o regimento interno, os candidatos que pretendessem estudar na Escola Normal Estadual teriam que realizar o exame de admissão, que era ofertado, na época, pelo Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes⁵³.

Os exames de admissão, de acordo com Simões (2014), eram estratégias do governo na tentativa de dar oportunidade de continuação dos estudos ao menos àqueles que se despontavam como mais “capazes”, ou que possuíam condições materiais para continuar os estudos.

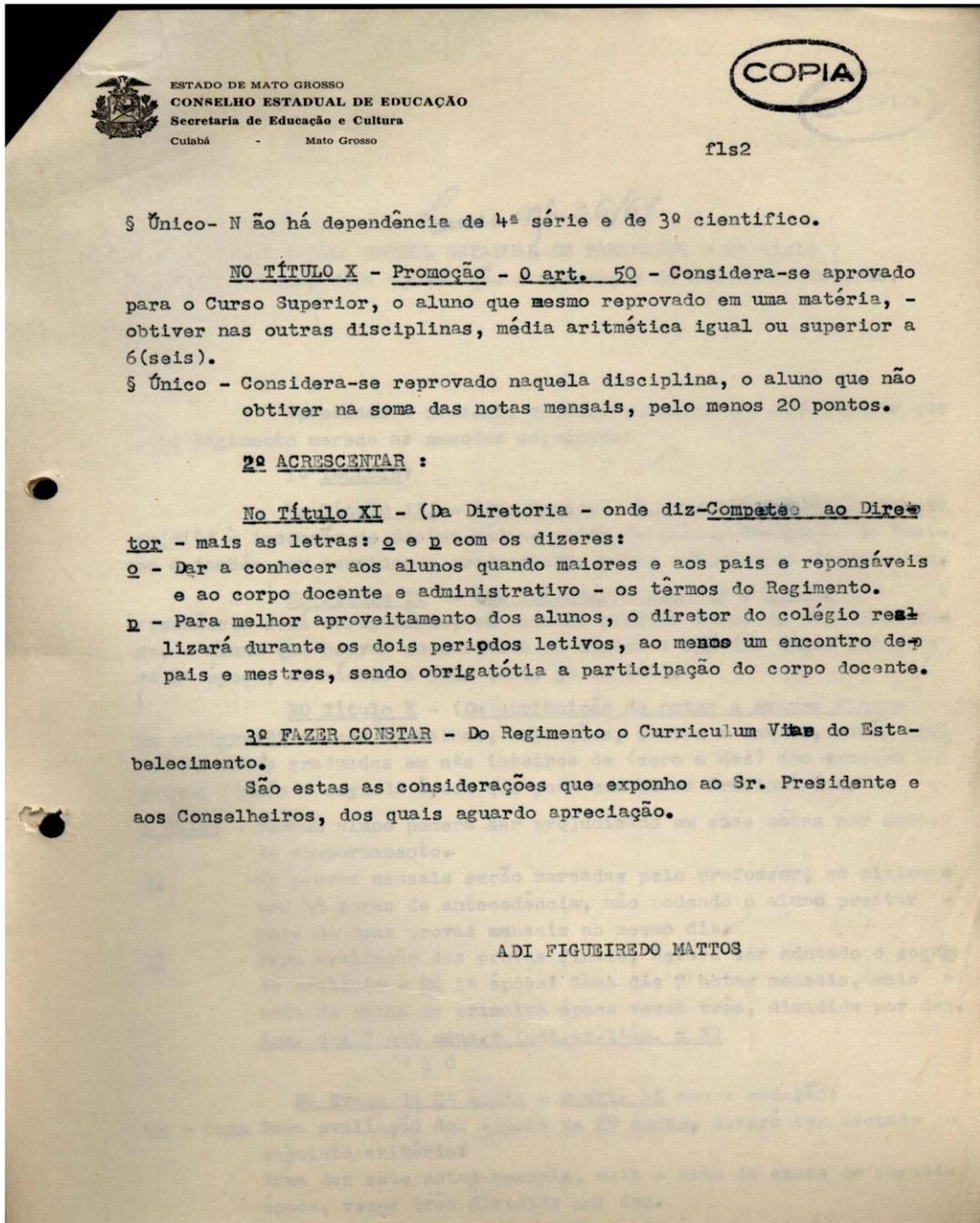
No exame, os alunos eram avaliados nas disciplinas: Português, Geografia, Aritmética e História. Após matricular-se na Escola Normal, a frequência era obrigatória, o aluno deveria ter, no mínimo, 75% de frequência das aulas. O controle de frequência, nesse período, era indispensável. Quanto às atribuições de notas, o professor deveria avaliar o seu aluno por meio de trabalhos, arguições, provas e exames com valores graduados em números inteiros de zero a dez, com exceção das provas finais.

Porém, na folha dois do regimento interno, como indica a Figura 6, o aluno poderia ser aprovado para o ano seguinte, mesmo que tivesse sido reprovado em uma matéria, mas a aprovação só aconteceria se obtivesse, nas outras disciplinas, média igual ou superior a seis. Apenas seria reprovado caso a soma das notas mensais fosse menor que 20 pontos.

⁵² Conforme estabelece a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro 1961.

⁵³ De acordo com Bertolotti (2015), o primeiro ginásio criado na cidade de Paranaíba foi em 1957.

FIGURA 6 - Folha 2 do Regimento Interno



Fonte: Arquivo Público Cuiabá.

Os candidatos inscritos nessas turmas para serem aprovados para cursar a série seguinte, deveriam atingir a média cinco em cada matéria ofertada. O currículo do Curso Normal compreendia as seguintes disciplinas escolares expressas no Quadro 3.

QUADRO 3 - Disciplinas Escolares do Curso Normal Estadual (1967-1969)

DISCIPLINAS	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Português	X	X	X
Matemática	X	X	X
História	X	X	—
Geografia	X	X	—
Ciências	X	—	—
Biologia	—	X	X
Metodologia	X	X	X
Psicologia	—	—	X
Sociologia	—	—	X
Filosofia	—	—	X
Inglês	X	X	—
Desenho	X	X	X
Educação Artística	X	X	X
Educação Cívica	—	—	X
Educação Física	X	X	X

Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa (ficha individual dos alunos, 1967-1969)

Conforme ilustra o Quadro 3, na primeira e na segunda série foram oferecidas dez disciplinas, e na terceira onze. Poucas dessas disciplinas foram cursadas nos três anos do curso e outras foram oferecidas apenas no último ano. É o caso da disciplina de Metodologia, que oportunizava às normalistas uma formação voltada à sua prática, uma vez que estava vinculada às aulas de estágios supervisionados. A disciplina de Metodologia⁵⁴, no Curso Normal Estadual de Paranaíba/MS, apresentava um aspecto mais informativo, pois o seu conteúdo sugeria ao futuro docente, o que ensinar, assinalando técnicas e saídas para exercer sua prática pedagógica em sala de aula.

Nessa perspectiva Bittencourt (2003) esclarece que cada disciplina escolar faz parte de um currículo e institui conhecimentos, caracterizados como significados apropriados diariamente nas salas de aula.

Nesse sentido, é instigante refletir como os órgãos responsáveis pela educação no estado de Mato Grosso elaboravam os currículos e exigiam que tais disciplinas fossem inseridas no Curso Normal para formação de professores em Paranaíba, uma vez que o ensino tinha como finalidade a “formação de professores, orientadores, supervisores e

⁵⁴ Resultados apresentados da pesquisa intitulada **O ensino da disciplina Didática no curso normal em Paranaíba (1967-1971)**, por Garcia (2013).

administradores escolares destinados ao ensino primário” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1963, p. 6).

Desse modo, as disciplinas de Psicologia, Sociologia e Filosofia, que são consideradas atualmente como fundamentos de ensino, que proporcionam fundamentos importantes para a formação no âmbito histórico, filosófico e psicológico, possibilitando ao professor uma reflexão sobre a sua prática pedagógica em sala de aula, foram estudadas apenas no último ano do curso; ao passo que as disciplinas Português, Matemática, Metodologia, Desenho, Educação Física e Educação Artística estão presentes em todos os anos.

Conforme foi verificado no arquivo pessoal da ex-aluna do Curso Normal, Jane Carmen Lacerda, inscrita na turma de 1967, as disciplinas que a levaram a adquirir livros foram **Didática Geral** para o uso em Metodologia, de Afro do Amaral Fontoura, **História do Brasil**, de R. Haddock Lobo, **Biologia Educacional** para o uso das Escolas Normais, **Institutos de Educação e Faculdades de Filosofia** de Ary Lex, nas demais disciplinas, os professores registravam o que tinham em seus cadernos de classe ou apostilas.

2.4 As mulheres na educação: as normalistas de Paranaíba

Conforme mencionado no primeiro capítulo, o estado de São Paulo serviu como modelo para outros estados brasileiros, entre os quais Mato Grosso recebeu influência inclusive no Curso Normal de Cuiabá.

Nesse sentido, a cidade de Paranaíba também recebeu fortes influências em sua educação, uma vez que os mestres que atuavam na formação dos seus professores primários tinham estudado no estado de São Paulo e na capital do estado.

Do estado de São Paulo, especificamente da cidade de Bauru, vieram as quatro irmãs franciscanas para trabalhar no Curso Normal do Educandário Santa Clara e, da cidade de Araçatuba, vieram as primeiras normalistas formadas para trabalhar no Curso Normal do estado.

Valendo-nos dos documentos localizados e digitalizados, hoje em prédio próprio – Av. Durval Rodrigues Lopes, n. 500, Ipê Branco –, na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, realizamos uma análise procurando desvendar os vestígios deixados em cada fonte para que, assim, pudéssemos responder algumas questões e poder chegar à identificação, quem foram essas alunas da Escola Normal. Quando nasceram? Quando cursaram o Normal? Finalizaram o curso? Quais foram as exigências do curso? Quais foram as disciplinas? E os

períodos de estudo? Eram apenas moças que procuravam pelo curso? Eram naturais de Paranaíba?

Nessa perspectiva, para responder às questões suscitadas, analisamos os seguintes materiais⁵⁵: fichas individuais dos alunos, requerimento de matrículas, certidão de nascimento, atestado de saúde e de vacina, trabalhos que foram feitos, avaliações que foram realizadas por aqueles que ficaram de exames e o histórico escolar, entretanto, não eram todas as pastas que continham todas essas documentações. Havia arquivo de aluno que estava vazio.

De acordo com a concepção de Ginzburg (2006, p. 20), “[...] a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais”. Nessa perspectiva, o autor nos fornece subsídios e nos revela que qualquer sujeito, independente de sua classe social, é capaz de ser estudado em um determinado momento histórico.

Foram matriculados, no ano de 1967, 23 alunos, dos quais 21 eram do sexo feminino e dois do sexo masculino, como mostra o Quadro 4. O cenário de Paranaíba não fugiu da realidade pela qual passava o restante do Brasil, no que se refere à maioria das figuras femininas ocupar os bancos escolares dos Cursos Normais que formavam professores para atuarem em escolas primárias.

QUADRO 4 - Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1967)

NOME	D.N.	TURMA	CONCLUSÃO	NATURAL
Adélia Ferreira Leal	02/11/1944	1967	1969	Paranaíba
Anelina Pereira de Lima		1967	Desistiu	
Cleuza Severino da Silva	11/08/1950	1967	1969	Itarumã
Euneide Borges Freitas			Desistiu	Arquivo Vazio
Fausta Garcia Ferreira de Freitas	02/07/1944	1967	1969	Paranaíba
Genésio Antunes da Silva	31/01/1942	1967	Desistiu	Paranaíba
Gertrudes Alves Moreira	12/12/1951	1967	1969	Paranaíba
Gilda Gouveia Carvalho	30/12/1946	1967	1969	Prata
Hatue Kawakita	05/10/1947	1967	1969	São Paulo
Jane Carmen Lacerda	18/01/1949	1967	1969	Minas Gerais
Joanito Pinto de Souza				Arquivo Vazio
Lázara Urgêncio de Queriros	30/08/1950	1967	1969	Minas Gerais

(continua)

⁵⁵ Esses documentos foram localizados e escaneados por Maysa Mendes da Conceição, que desenvolveu o Projeto de Extensão, cujo título é Arquivo Escolares: a digitalização da base documental da Escola Aracilda Cícero Corrêa da Costa, realizado no âmbito do grupo de estudos GEPHEB.

(conclusão)

NOME	D.N.	TURMA	CONCLUSÃO	NATURAL
Luzia Pires Ribeiro	03/02/1949	1967	1969	Goiás
Manoel Bertoldo Neto	20/06/1947	1967	Desistiu	Paranaíba
Maria Luzia de Souza				Arquivo Vazio
Maria Rodrigues Tosta	13/01/1948	1967	1969	Paranaíba
Marly Correa da Costa	25/04/1950	1967	1969	Paranaíba
Marta Garcia de Moura	12/12/1049	1967	1969	Paranaíba
Matilde Faria de Souza	18/02/1948	1967	1969	Paranaíba
Norma Gonçalves de Oliveira	19/05/1938	1967	1969	Paranaíba
Regina Célia de Brito	02/08/1950	1967	1969	São Paulo
Sandra Maria Agi	23/03/1950	1967	1969	Paranaíba
Vera Lucia Vaz da Silva	15/01/1947	1967	1970	São Paulo

Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

De acordo com o Quadro 4, podemos concluir que a idade dos primeiros alunos matriculados e que frequentaram a Escola Normal Estadual variava entre 16 e 30 anos, visto que a maioria era natural da cidade de Paranaíba. Nessa turma, verificamos quatro desistências. Vale ressaltar que o ensino, nesse período, era oferecido no período diurno.

Esse maior número do sexo feminino matriculado no Curso Normal, em Paranaíba, era um reflexo de tudo que o país vinha passando. Até o final do século XVIII e início do século XIX, segundo Almeida (2004), somente o homem lecionava, à mulher cabiam os afazeres domésticos. No entanto, no final do século XIX e começo do século XX, esse cenário mudou, a figura feminina começa a ser vista com outros olhos, pois foi atribuído às mulheres o sentido de serem possuidoras de pureza e amor, por serem carinhosas com seus filhos e amorosas e por terem “vocação” para educar as crianças nas escolas.

A esse respeito, Almeida (2004, p. 60) discorre que, em “[...] contrapartida, enquanto o magistério de crianças se tornou um espaço feminino, afastou também das salas de aula os homens, que buscaram outras opções na estrutura hierárquica escolar, ocupando cargos administrativos”.

Conforme o número de mulheres foi aumentando e, conseqüentemente, assumindo o papel principal no magistério, elas acabaram ficando responsáveis por educar crianças em estabelecimentos escolares e os homens foram direcionando sua formação para outros cargos relacionados à administração para, futuramente, atuarem em espaços públicos e privados da sociedade local.

Em conformidade com Almeida (2004, p. 61-62):

A feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola doméstica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença vai ter seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, vai colocar nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. A figura da mulher atuante na escola-mãe que redime e encaminha para uma vida de utilidade e sucesso é esculpida em prosa e verso. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

Ao longo do século XX, a feminização do magistério foi se fortalecendo em todo o território brasileiro e, cada vez mais, a procura do curso pelos homens foi diminuindo, ademais, passaram a buscar outra formação por almejam uma profissão que possibilitasse um rendimento salarial melhor.

Com o aumento de escolas públicas e a falta de professores primários, o magistério significou uma das poucas profissões destinadas à mulher, uma vez que era uma opção adequada ao sexo feminino, além de ser uma extensão dos afazeres de casa. No entanto, para poderem fazer o curso necessitavam de autorização de seus pais e/ou maridos para frequentar a Escola Normal e depois trabalhar em escolas primárias.

Muitas dessas alunas da primeira turma da Escola Normal Estadual não terminaram o curso, umas foram transferidas, outras desistiram por algum motivo e algumas vieram de outras instituições, conforme pode ser analisado nos Quadros 4, 5, e 6.

Em 1968, conforme ilustra o Quadro 5, o número de alunos matriculados na Escola Normal é menor em relação ao ano de 1967, uma vez que, dos 16 candidatos que se matricularam apenas dez finalizaram o curso, os outros seis desistiram ou foram transferidos para outra escola, em outra região.

QUADRO 5 - Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1968)

NOME	D.N.	TURMA	CONCLUSÃO	NATURAL
Ana Júlia Correa Leal				arquivo vazio
Ana Luiza Gomes Pereira	15/11/1939	1968	1970	Cuiabá
Anita Queiroz	04/11/1949	1968	1970	Paranaíba
Dalila de Queiroz Villela	24/09/1937	1968	1970	Paranaíba
Dalva Rosa de Castro	01/06/1950	1968	1070	Paranaíba
Denise Maria Motta Camargo	17/03/1949	1968	Transferiu	Lins
Genésio Antunes da Silva	31/01/1942	1968	Desistiu	Paranaíba
Lenita Leal Oliveira Martins	12/02/1941	1968	1970	Paranaíba
Maria Auxiliadora Malheiros do Amaral	18/05/1939	1968	1970	Paranaíba
Maria Aparecida Ferraz	08/09/1950	1968	1970	Paranaíba
Maria Célia de Freitas	25/09/1949	1968	1970	Paranaíba
Nádia das Dores Dantas	02/04/1952	1968	Transferiu	Votuporanga
Nilce Aparecida da Silva Freitas	23/09/1951	1968	Transferiu	Araçatuba
Rubens Robalinho Garcia	11/08/1949	1968	Desistiu	Paranaíba
Zilá Borges de Freitas	08/01/1947	1968	1970	Paranaíba
Zilda Lacal da Cunha	10/05/1943	1968	Desistiu	São Paulo

Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Embora a oferta do curso no ano de 1968 continuasse a mesma, houve diminuição na procura, o número de desistências e transferências foi significativo, somando 37,5%.

Vale ressaltar que, ainda em 1968, localizamos um livro que fazia referências a uma reunião de professores realizada no dia 16/03/1968, na qual foi discutido sobre as faltas de alunos, como também dos professores, destacando a pontualidade e o uso do uniforme.

O Quadro 6 mostra que os números de matrículas ultrapassaram os dois últimos anos, conforme pode ser analisado.

QUADRO 6 - Alunas matriculadas do Normal Estadual (Ano - 1969)

NOME	D.N.	TURMA	CONCLUSÃO	NATURAL
Adélia de Freitas	16/01/1952	1969	1971	Itarumã
Ademar Brito da Silva	19/01/1956	1969	Desistiu	Paranaíba
Alda Maria Lopez	05/06/1950	1969	1971	Paranaíba
Ana Maria Adrião Socorro	15/09/1948	1969	1971	Paranaíba
Ana Alves Barbosa	07/07/1948	1969	Transferiu	Itarumã
Anésia Jeronima de Jesus	15/08/1944	1969	Desistiu	Pirajuba
Arlene Ramos Lacerda	24/07/1950	1969	1971	Paranaíba
Aurieta Alves Martins	13/04/1952	1969	1971	Paranaíba

(continua)

(conclusão)

NOME	D.N.	TURMA	CONCLUSÃO	NATURAL
Célia Maria Peres	11/06/1950	1969	1971	Planura
Denor Pavarina	19/01/1949	1969	1971	José Bonifácio
Eusleide Alves de Oliveira	24/03/1951	1969	1971	Paranaíba
Helena Paulino de Oliveira	06/11/1952	1969	Transferiu	Cassilândia
Irmam Barbosa Guimarães	17/01/1949	1969	1971	Paranaíba
Irna Paulo Machado	12/04/1053	1969	Desistiu	Paranaíba
Isabel da Silva Adrião	09/01/1946	1969	1971	Paranaíba
Jacy Ferreira da Silva	09/11/1950	1969	Transferiu	Paranaíba
Josefa Barbosa Lacerda	05/04/1950	1969	1971	Véstia
Pupé Pereira da Silva	11/04/1946	1969	Desistiu	Cassilândia
Lulia Mary Castanheiro	25/04/1947	1969	1971	Campina Verde
Lilian Cortez de Queiroz	24/11/1951	1969	1971	Paranaíba
Luiza Barbosa Araujo Muniz	10/01/1946	1969	1971	Ituramã
Maria Aparecida Rodrigues	06/01/1949	1969	Transferiu	Paranaíba
Maria José Neta	10/03/1949	1969	1971	Paranaíba
Maria Lucia da Silva Godoi	15/01/1940	1969	Desistiu	Limeira
Maria Valentim Alves	18/10/1948	1969	Desistiu	Paranaíba
Marly Custódio Teixeira				Arquivo Vazio
Sheila Geraldi Agi	09/02/1944	1969	Vazio	Araçatuba
Paulo Nunes Lacerda	27/06/1945	1969	1971	Aparecida Taboado
Telma Batista Leal	09/08/1949	1969	1971	Paranaíba
Terezinha do Amaral Brandão	06/04/1935	1969	1971	Paranaíba

Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Se compararmos os Quadros 4, 5, e 6, podemos notar que houve uma diminuição de sete alunos de 1967 para 1968 o que representa 30,43 %. Entretanto, de 1968 para 1969 houve um aumento de 14 alunos, que representa 87,5%, ao passo que, no ano anterior, foram poucos os candidatos que terminaram o Normal.

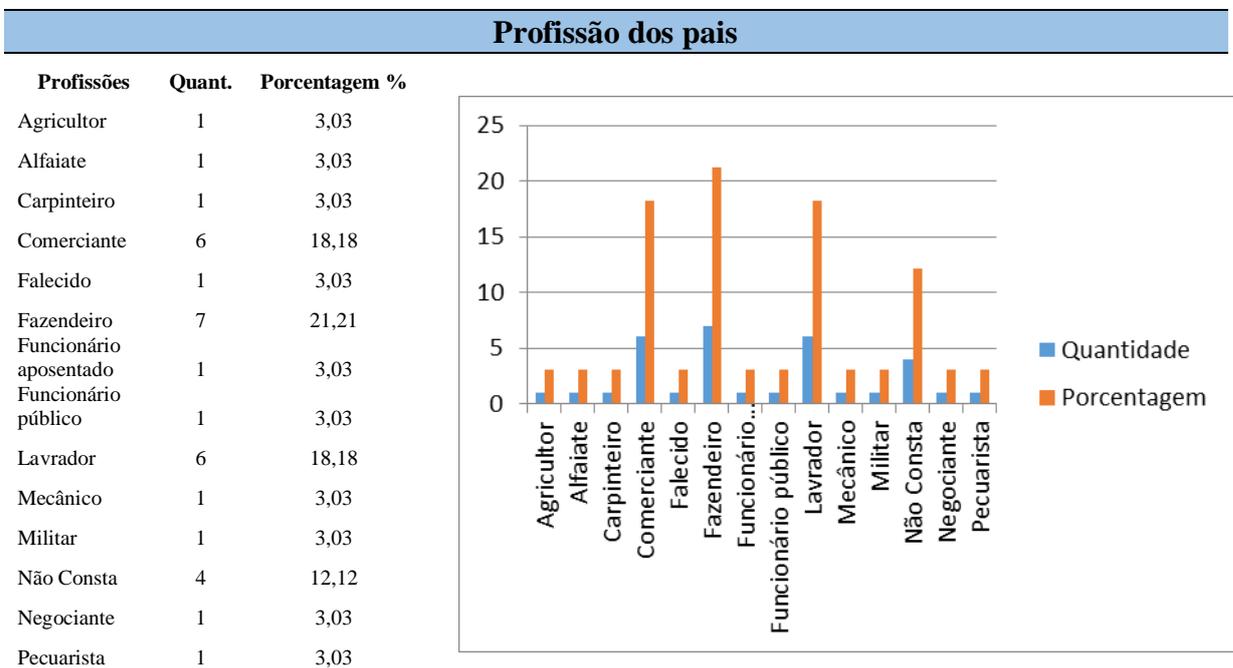
Portanto, conforme ficou evidenciado, nos Quadros 4, 5, e 6, houve presença predominante feminina no Curso Normal, em Paranaíba. O curso proporcionava às moças exercer uma profissão, mas, como ainda havia muitas vagas nas escolas rurais existentes nesse município, isso nos leva a considerar que talvez não fosse uma profissão atraente. Essa pouca procura pelo Curso nos deixa, de certa forma, intrigadas, pois sabíamos que havia uma grande demanda, conforme dados apurados no IBGE referentes à população desse município – os que viviam na cidade e os que viviam no campo. Nesse sentido, salientamos que, no próximo capítulo, será o momento de, por meio das entrevistas, sabermos um pouco mais daquelas

moças que cursaram o Normal e, sobretudo, identificarmos o porquê do pouco interesse em fazer o curso.

2.5 Perfil social das normalistas da Escola Normal Estadual de Paranaíba

As informações encontradas nas fontes localizadas nos arquivos das ex-alunas e da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, permitiram-nos reconstruir estatisticamente, por meio de gráficos, restritos ao período de 1967 a 1969⁵⁶, as representações referentes à filiação, ou seja, possibilitou-nos identificar quem eram esses alunos do Curso Normal e de qual classe social faziam parte.

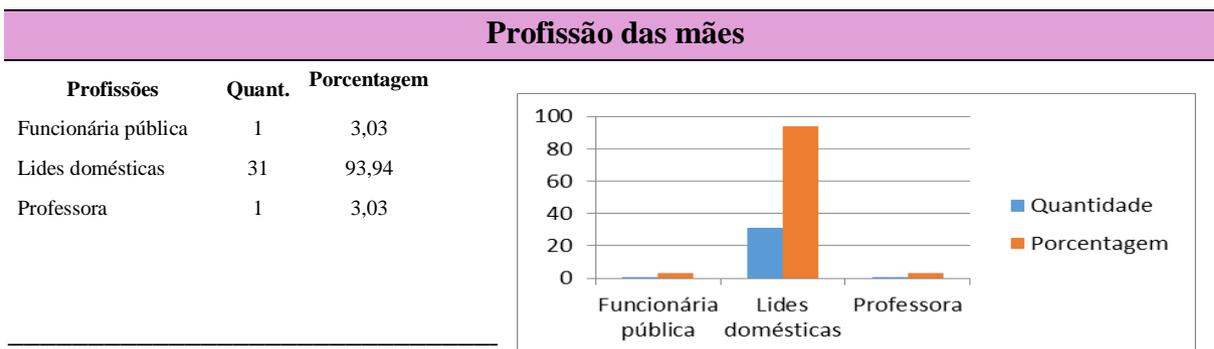
GRÁFICO 1 - Origem paterna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969



Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

⁵⁶ Limitamos o período em razão de ser a primeira turma e por ter localizado documentação.

GRÁFICO 2 - Origem materna social dos estudantes da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1967 a 1969



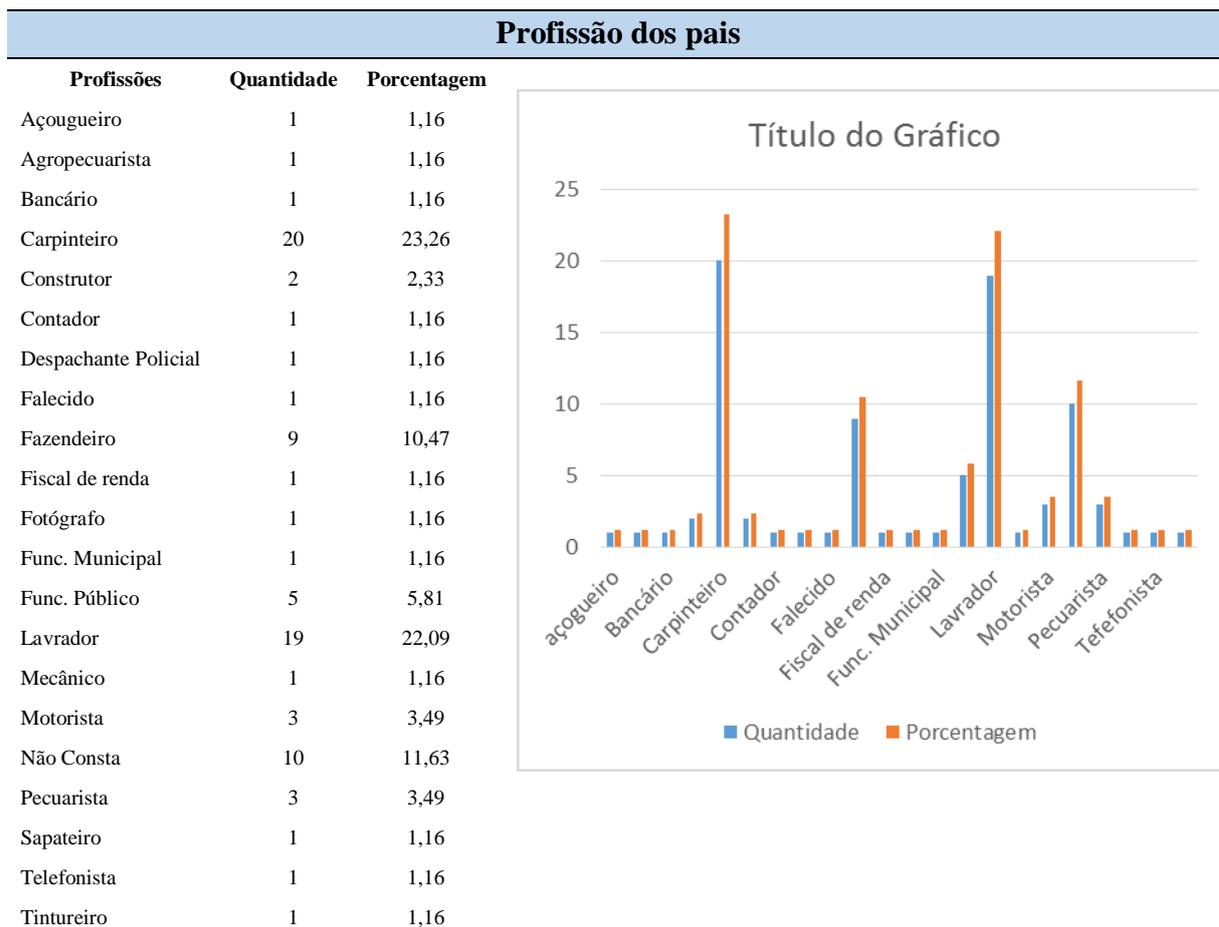
Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Observamos que, no período correspondente aos três primeiros anos do curso em estudo, 21,21% dos alunos matriculados eram filhos de fazendeiros, seguidos com a mesma porcentagem de 18,18% os filhos dos comerciantes e lavradores. Cabe ressaltar que, no momento de realizarmos a análise das profissões dos pais dos alunos, observamos que o termo fazendeiro/lavrador foi utilizado para indicar o mesmo aluno, porém em matrículas diferentes. Desse modo, acreditamos que era utilizado o mesmo termo para o indivíduo que trabalhava em fazenda, desse modo, a pessoa poderia se declarar fazendeiro em um ano e no outro apresentar-se como lavrador.

Em face dos elementos elencados, notamos a predominância de alunos oriundos de uma classe social com mais recursos financeiros no Curso Normal Estadual, uma vez que apenas uma mãe era funcionária pública e a outra era professora, as demais, que totalizaram 93,94% eram lides domésticas, ou seja, donas de casa. Diante dessa porcentagem, concluímos que as alunas estavam tendo oportunidades que suas mães não tiveram, pois a atividade da maioria das mulheres, nesse período, restringia-se apenas aos afazeres domésticos, cuidando da casa e dos filhos.

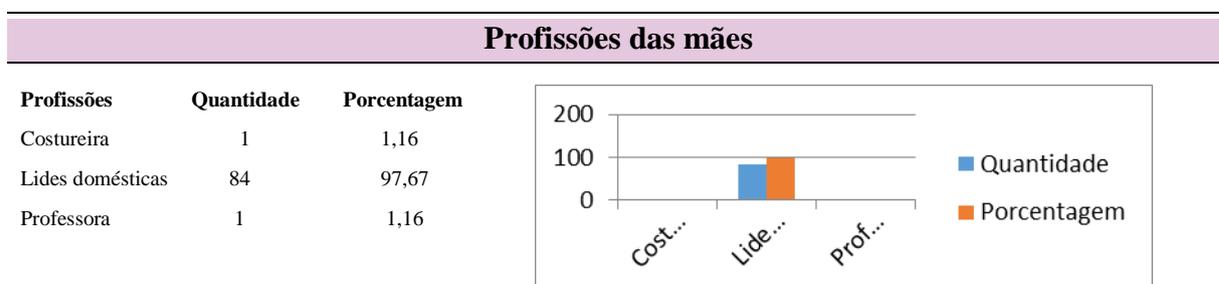
Após a mudança de endereço, ocorrida no final de 1969, para o funcionamento da Escola Normal Estadual, como já mencionamos, verificamos, entre 1969 e 1975, um total de 86 alunos matriculados, sendo 79 mulheres e sete homens, conforme ilustra o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - Origem paterna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975



Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

GRÁFICO 4 - Origem materna social dos alunos da Escola Normal Estadual de Paranaíba - 1970 a 1975



Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Entre os anos de 1967 e 1971, notamos que as profissões dos pais dos alunos matriculados no Curso Normal Estadual sofreram alterações. Enquanto no ano de 1967 o índice de profissão predominante era a de fazendeiro, no Gráfico 3, o contexto é outro. A profissão que apresenta maior percentual é a de carpinteiro 20%, seguida pela de lavradores

19%. Tudo nos leva a evidenciar que esta situação ocorreu em virtude de a cidade estar crescendo, por receber migrantes de localidades próximas ou pessoas que se mudavam dos campos para a cidade e, conseqüentemente, houve aumento da construção de moradias e, por conseguinte, da oferta de emprego. Bertoletti (2013b) adverte, entretanto, que até o Censo de 1970, prevaleceu no município de Paranaíba a população rural sobre a urbana, isso em razão da extensa população rural do município, pois os dados apontavam 22.790 habitantes na zona rural e 8.510 habitantes na urbana.

Cabe assinalarmos que os dados dos gráficos apresentados, em conformidade com as fontes documentais, permitiram-nos concluir que os alunos do Curso Normal Estadual de Paranaíba, tanto os que estudaram no prédio do Rotary Club como os que estudaram na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, pertenciam a uma classe de trabalhadores do comércio, da pecuária e agricultura.

Portanto, esse meio social de Paranaíba era predominante de moças que buscavam adquirir novos conhecimentos e uma profissão por meio do curso de formação de professores, sendo esse um ofício diferente daquele vivenciado em casa, por suas mães, que se dedicavam ao lar, sendo mãe e esposa.

Como um município que é tão antigo, comparado a outros, teve seu Curso Normal Estadual instalado tardiamente e, após sua criação, teve pouca procura?

Uma hipótese que havíamos levantado sobre o atraso da implantação da Escola Normal Estadual de Paranaíba estava relacionada à sua localização geográfica, por estar muito distante da capital do estado (Cuiabá) e, também pelas dificuldades de não dispor de rodovias, fator que dificultava o acesso a outras localidades. Essa hipótese parecia razoável ao compararmos Paranaíba à cidade de Três Lagoas, por exemplo, pois, de acordo com o IBGE, Três Lagoas foi distrito subordinado ao município de Paranaíba até 1914, sendo desmembrada pela Lei Estadual nº 706, em 15-06-1915. Assim, Três Lagoas foi denominada vila, em 1915, e elevada à condição de cidade, em 1920.

Em suma, Três Lagoas é 77 anos mais nova que Paranaíba, porém, o desenvolvimento da região ocorreu a partir da construção da ferrovia, em 1912, uma vez que facilitou o contato com o estado de São Paulo, além estar situada em um entroncamento das malhas viária, fluvial e ferroviária do Brasil e, também por ter acesso privilegiado às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, bem como a países da América do Sul. Desde sua criação, demograficamente, o município de Três Lagoas tem crescido de maneira linear e progressiva, diferentemente da cidade de Paranaíba. Um exemplo desse crescimento pode ser verificado no

censo de 1940, em que a cidade de Três Lagoas possuía um total de 15.378⁵⁷ habitantes, ultrapassando a cidade de Paranaíba 14.105 habitantes.

Diante do exposto, verificamos que a região de Três Lagoas teve fatores determinantes para o progresso da região e, levando ao aumento da população, promovendo, também, o crescimento do número de habitantes em idade escolar. Por isso todos esses fatores contribuíram para a criação da Escola Normal Estadual naquela cidade, no ano de 1952, antes, portanto, de Paranaíba.

Após sua emancipação, Paranaíba enfrentou desafios de oferecer estudos a seus habitantes, que antes tinham que se deslocar a outras localidades para estudar. De modo que, iniciativas de pessoas da comunidade, como os religiosos, foram importantes para se conseguir um curso para formar professores na cidade. Outras iniciativas, como as dos rotarianos também foram essenciais para a criação do primeiro Curso Normal Estadual.

A longa distância da capital (Cuiabá) e as limitações impostas pela dificuldade de acesso, pela falta de rodovias, levaram o município de Paranaíba a apresentar uma configuração particular para a criação da Escola Normal, que contou muito mais com ações de seus habitantes do que com iniciativas governamentais.

Entretanto, ao localizarmos fontes variadas, analisarmos documentos e procurarmos entender como ocorreu a expansão da instrução primária no estado, também constatamos o pouco investimento de Mato Grosso em cursos de formação de professores, com interrupções sucessivas no funcionamento do Curso Normal. Passamos a considerar que o atraso na instalação do Curso Normal Estadual de Paranaíba não ocorreu apenas nessa cidade. No capítulo anterior ficou evidente que, dos poucos Cursos Normais criados no estado, a maioria se iniciou na década de 1960.

Os dados obtidos por consultas ao IBGE demonstraram, igualmente, que em Paranaíba grande parte da população residia na zona rural e a economia também se pautava na produção vinda do campo, o que não exigia mão de obra qualificada, que precisasse de estudos.

Sem dúvida as barreiras geográficas dificultaram, mas não foi o principal motivo, mesmo com a criação do curso, conforme mostramos no presente capítulo, a procura não foi significativa, considerando-se que havia uma grande quantidade de professores leigos⁵⁸.

No próximo capítulo, recorreremos à História Oral, com o intuito de encontrar respostas sobre a demora da criação da escola, como também a respeito da pouca procura pelo curso,

⁵⁷ Em 1940, da população geral de Três Lagoas, 9.268 viviam na área rural, e em Paranaíba o total correspondia a 12.710 (IBGE, 1940).

⁵⁸ Até o final da década de 1960, o ensino primário em Mato Grosso contava com 78,7% dos professores leigos, alguns dos quais nem possuíam o curso primário completo (MATO GROSSO, 1965).

visto que era a única instituição a oferecer essa formação no município, uma vez que os professores alfabetizadores, em Paranaíba, entre 1940 e 1960, segundo Bertoletti (2014, p. 13), “[...] eram leigos e por isso seus fazeres pautavam-se, em suas experiências como alunos, na ajuda de pessoas mais experientes ou no auxílio de professores formados [...]”.

3 O CURSO NORMAL DE PARANAÍBA SOB O OLHAR DE SEUS SUJEITOS

*Foi através da memória de meus pais –
e mais ainda pelo contato com uma
memória dos tempos de infância e da sua juventude
que sobrevivia nos seus caracteres, nas suas idéias,
nos seus comportamentos cotidianos – que se edificou
em mim o sentido da duração, da continuidade histórica e,
ao mesmo tempo, das rupturas.*
(Le Goff)

Neste capítulo, analisaremos as representações de ex-alunas, ex-professores e também da ex-diretora, que ajudaram a compor a história da Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, no período de 1967 a 1975.

Nossa busca inicial deu-se por meio do levantamento de documentos escritos, os quais nos permitiram escrever o capítulo anterior, porém, mesmo com essas fontes, ficaram algumas lacunas referentes à Escola Normal Estadual de Paranaíba, tais como: o que levava pessoas a escolher o curso de formação de professores oferecido na Escola Normal? Como era organizado o curso? Como eram ministradas as aulas? Quem eram os professores? Qual era a formação dos professores? De onde vieram esses professores? Quais foram os fatores determinantes para a criação da escola?

Desse modo, por meio dos documentos localizados na Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa e também dos que fazem parte do arquivo pessoal da ex-aluna Jane Carmen Lacerda foi possível chegarmos aos sujeitos elencados neste capítulo, para que pudessem contribuir para a produção da história de formação de professores primários em Paranaíba, por meio de relatos, sobretudo, referentes ao curso de formação de professores da Escola Normal Estadual. Desse modo, recorreremos à *História Oral*, por se tratar de um tipo de pesquisa que busca um reencontro com o passado, conforme explica Freitas (2006, p. 51), “[...] Através do resgate da memória se reconstrói o passado”.

Optamos, então, por abordar neste capítulo a fonte oral, pois esta se constitui como nova perspectiva para a pesquisa historiográfica, uma vez que o historiador carece de várias fontes para compreender seu objeto, não se valendo, apenas, dos documentos escritos. No entanto, é importante verificar a evolução dessa nova metodologia de estudos que compõe a prática de alguns pesquisadores que configuram parte da historiografia contemporânea. Por meio do uso da oralidade como fonte, foi possível obtermos respostas a algumas indagações que ainda se faziam presentes em nosso trabalho, para assim chegarmos à reconstrução da história de criação e funcionamento da Escola Normal de Paranaíba.

3.1 História Oral: nova abordagem de pesquisa

Com o advento da Nova História Cultural, o historiador começa a ter outro olhar para o seu objeto de estudo e, conseqüentemente, acaba por inovar nos seus modos de fazer pesquisa. Nesse novo contexto de ampliar os estudos históricos, a História Oral vem sendo muito utilizada em novas pesquisas e está cada vez mais presente nos encontros voltados aos debates sobre as fontes orais.

De acordo com Matos e Senna (2011, p. 5):

[...] Os anos de 1980 foram propícios à história oral, quando se difundiram reuniões internacionais, criando uma verdadeira associação de Historiadores Orais. Na mesma direção, a década de 1990 marcou a quarta geração. Em decorrência de fatos conjunturais, que deram margem para sua expansão, tais como a queda do muro de Berlim, os acontecimentos no Leste Europeu, os estudos stalinistas, as fontes orais foram mais amplamente exploradas. Muitos historiadores passaram a compreender a importância da história do tempo presente, para a qual as fontes orais são essenciais. Portanto, estruturou-se uma metodologia e uma organização teórica dentro do que passou a se chamar de história oral.

Muitos trabalhos acadêmicos que vêm sendo produzidos nos últimos anos têm utilizado esse novo modo de escrever a história, em virtude da escassez de documentos escritos. Nessa perspectiva, Allan Nevis (1985 apud FREITAS 2006, p. 18) explica que “[...] a História Oral é uma fonte, um documento, uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia do jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta”.

Desse modo, compartilhando do mesmo ponto de vista, Garcia (2013, p. 100) afirma “[...] que em uma pesquisa histórica não há apenas documentos escritos sendo considerados como fontes exclusivas e únicas a serem utilizados, mas também a História Oral como fonte de estudo”.

De tal forma, para o pesquisador, o encontro com o sujeito a ser entrevistado é sempre “[...] uma interrogação, como diante de um documento desconhecido” (MONTENEGRO, 2013, p. 21). Isso tudo porque o entrevistador, no caso o pesquisador, precisa saber retirar informações importantes do sujeito entrevistado, que nem sempre é conhecido por ele e, portanto, exigirá habilidades para estimular revelações. Nesse sentido, Montenegro (2013, p. 21) assegura que “[...] o entrevistador tem uma parcela de responsabilidade no encaminhamento da entrevista, a capacidade de narrar, de descrever, de contar, de analisar nem sempre se encontra em todos os entrevistados”.

Nessa linha de pensamento, defendemos a ideia de que, muitas vezes, na pesquisa histórica, é necessário trabalhar com fontes orais, visto que “[...] o depoimento oral e as fontes documentais escritas se complementam, embora requeiram tratamento técnico/metodológico específico” (MONTENEGRO, 2013, p. 22).

Apesar de a memória do indivíduo ser seletiva, pode existir um lapso de lembranças por manifestar aquilo que lhe fez bem ou talvez o que lhe fez mal, entretanto, contém subsídios fundamentais para a constituição de uma concepção histórica. Nesse sentido, Halbwachs (1990 apud SARAT, 2002, p. 136), esclarece que “[...] a memória é seletiva e nos faz lembrar acontecimentos vividos que, por alguma razão, foram significativos e marcaram nossa existência num determinado período”.

Sob o mesmo ponto de vista, Freitas (2006, p. 60) declara: “[...] a seletividade e o esquecimento estão presentes no processo da memória”. Ou seja, o indivíduo deixará vivo em sua memória apenas fatos que foram mais marcantes em sua vida, podendo escolher lembranças tristes ou felizes. Nesse aspecto, a autora continua argumentando que “[...] selecionar ou esquecer são manipulações conscientes ou inconscientes, decorrentes de fatores diversos que afetam a memória individual” (FREITAS, 2006, p. 60).

Nesse sentido, observamos que a utilização da memória como fonte de estudo torna-se uma opção respeitável e indispensável para a elaboração e construção de pesquisas numa perspectiva histórica.

Lucien Febvre (1989 apud FREITAS, 2006, p. 42) defende a ideia de que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos.

Do mesmo modo, Freitas (2006, p. 46) apresenta, ainda, os argumentos de Maria Isaura P. Queiroz, em defesa da História Oral:

[...] as histórias de vida e depoimentos pessoais, a partir do momento em que foram gerados passam a constituir documentos como quaisquer outros, isto é, definem-se em função das informações, indicações, esclarecimentos escritos ou registrados, que levam a elucidações determinadas questões e funcionam também como provas.

Portanto, cabe ao pesquisador que faz uso da História Oral como uma metodologia de pesquisa, utilizar-se da técnica da entrevista para colher os depoimentos das pessoas que irão contribuir, por meio de sua memória, para a reconstrução da história a que se pretende o estudo.

Dessa forma, esse método de estudos se faz presente em nosso trabalho por considerarmos indispensáveis as narrativas das ex-normalistas, ex-professores e ex-diretores da Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, para que possamos compreender todo o contexto histórico que esteve presente durante a instalação e o funcionamento do curso, no município.

De acordo com Souza e Andrade (2012, p. 83):

Trabalhar com a memória de ex-normalistas e/ou professoras faz emergir a necessidade de construir um olhar retrospectivo e prospectivo no e sobre o tempo reconstituído como possibilidade de investigação e de formação de professores. O tempo é memória, o tempo instala-se nas vivências circunscritas em momentos; o tempo é situar-se no passado e presente. Tempo, memória e esquecimento. Uma trilogia para pensar a arte de lembrar, para estruturar um olhar sobre si, para revelar-se. A memória é escrita num tempo, um tempo que permite deslocamento sobre as experiências. Tempo e memória que possibilitam conexões com as lembranças e os esquecimentos de si, dos lugares, das pessoas, da família, da escola e das dimensões existenciais do sujeito narrador.

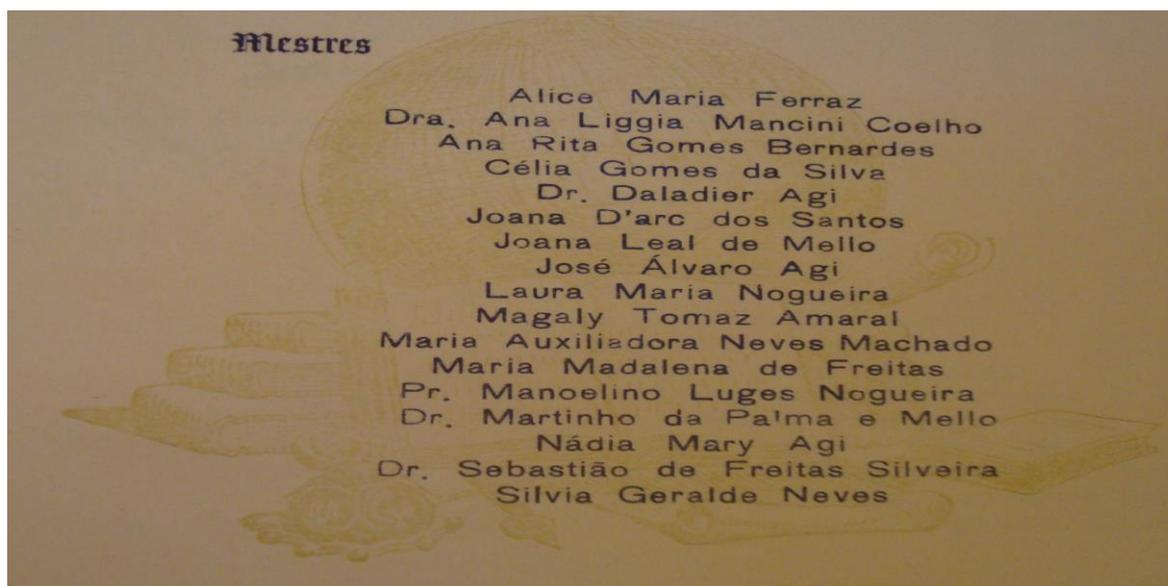
Em suma, não é possível escrever a história da Escola Normal de Paranaíba de 1967 a 1975, sem conhecer a versão da história daqueles que fizeram parte dessa instituição de formação de professores, uma vez que estaremos apreciando as narrativas de três categorias de sujeitos que foram fundamentais na configuração do curso: o aluno, o professor e o diretor.

Sobretudo, partilhamos da ideia de Freitas (2006), ao afirmar que alguns historiadores contemporâneos defendem que, na História Oral, pode incidir um trabalho metodológico, porém, outros não admitem esse tipo de trabalho por terem medo de modificar a essência do depoimento, não possuindo a obrigação de se corrigir erros menores. Desse modo, optamos pela transcrição das falas dos entrevistados na íntegra, não fazendo qualquer correção gramatical para que, assim, não se perca a autenticidade narrada pelos entrevistados.

Assim, após toda a revisão bibliográfica e também a análise realizada sobre as fontes documentais escritas, verificamos a necessidade de ouvir os sujeitos que fizeram parte da primeira turma de formandos pela Escola Normal Estadual de Paranaíba/MT, que funcionou entre 1967 e 1969, ainda no prédio do Rotary Club.

Na busca de fontes que pudessem nos ajudar a compor a história da Escola Normal, fomos informados sobre a existência do acervo pessoal da ex-aluna, Jane Carmen Lacerda. Entre outros documentos, tivemos acesso ao seu convite de formatura, como ilustra a Figura 7. O referido convite é da primeira turma que fez o Curso Normal. De posse desse documento, começamos a examinar, primeiramente, quem foram os professores e depois os alunos dessa turma, para que, assim, pudséssemos localizá-los e selecioná-los.

FIGURA 7 - Lista de nome dos professores da 1ª turma do Curso Normal (1967-1969)



Fonte: Lacerda (1969).

Como podemos observar, na Figura 7 aparece uma lista com os nomes dos professores que lecionaram no período de 1967 a 1969, na Escola Normal Estadual de Paranaíba. De posse dos nomes, buscamos fazer contato via telefone, com o objetivo de convencê-los a conceder entrevista e colaborar com o nosso estudo.

Desse modo, adotamos como procedimento de identificação e seleção dos sujeitos, para o grupo de professores, a lista de nomes impressos no convite (Figura 7), e para a identificação dos alunos pautamo-nos na relação dos nomes apresentados nos Livros-Ata de Notas Finais da Escola Normal e também nas fichas de matrículas. Valendo-nos de tais fontes foi possível mapear, localizar e selecionar os sujeitos que ajudaram na produção desse capítulo. Vale destacar, que as conversas informais com a atual secretária do Programa da Pós-Graduação da UEMS, Irany Nunes de Queiroz, foram fundamentais para dar pistas de como encontrar os depoentes, por ser moradora antiga da cidade e por ter trabalhado na agência do estado e essa atuação ter lhe possibilitado conhecer muitos professores e alunos das escolas de Paranaíba. Desse modo, os sujeitos selecionados para a elaboração desse capítulo encontram-se indicados no Quadro 7.

QUADRO 7 - Relação de sujeitos para realização de entrevistas

Nome	Função
Adélia Ferreira Leal	ex-aluna
Daladier Agi	ex-professor
Fausta G. Ferreira de Freitas	ex-aluna
Jane Carmem Lacerda	ex-aluna
Joana D'arc dos Santos	ex-professora
Sílvia Geralde Neves	ex-professora/diretora

Fonte: A Autora.

Conforme pode ser observado no Quadro 7, os sujeitos selecionados para a realização das entrevistas totalizam seis indivíduos. Após terem se passado 48 anos do início do curso normal, tivemos dificuldade em encontrar um número maior de sujeitos que pudessem ser entrevistados, pois muitos mudaram da cidade. Diante disso, partimos para a realização das entrevistas, que foram feitas seguindo roteiro⁵⁹ pré-estabelecido (Apêndice A). Para elaboração do roteiro, buscamos maiores informações no *site* do Centro de Referência em Educação Mário Covas⁶⁰, que disponibiliza um modelo de roteiro com base no qual elaboramos o utilizado na presente pesquisa.

Além disso, no ano de 2013, para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, intitulado **O ensino da disciplina didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)**, entrevistamos a professora Joana D'arc dos Santos, que ministrou a disciplina de Metodologia e Estágio no referido curso. Assim, na primeira entrevista realizada com essa professora, nosso foco era compreender e verificar como era estruturada a disciplina "Didática", no Curso Normal, e a entrevista foi sobre esse tema. No entanto, no ano de 2014, nosso foco foi outro, pois nessa segunda entrevista pretendíamos reconstruir a história da Escola Normal e não mais de uma disciplina.

Como resultado de uma conversa informal com a ex-aluna da Escola Normal, Jane Carmen Lacerda, no dia em que marcamos uma visita, no final do ano de 2013, cuja

⁵⁹ Vale ressaltar que, na realização das entrevistas, tanto da autora como também das colaboradoras, o mesmo roteiro já foi utilizado nas pesquisas, **O ensino da disciplina didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)**, **A formação das professoras da escola primária em Paranaíba – MS (1964-1971)** e **Memórias da formação das professoras normalistas em Paranaíba – MS (1967-1971)** que se encontram vinculadas a um projeto maior de pesquisa intitulado "História do ensino de Língua Portuguesa em Mato Grosso do Sul (1977-2008)". Trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de estudos e pesquisa GEPHEB.

⁶⁰ O Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE) tem como objetivo ser um referencial pedagógico de excelência na disseminação da informação educacional. Para isso, conta com um acervo documental que pode ser consultado fisicamente, na sede do CRE, ou virtualmente. O endereço para acesso on-line é <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/>>.

finalidade, na época, foi verificar e mapear quais eram os documentos existentes em seu acervo pessoal relacionados à Escola Normal, ela comentou, espontaneamente, enquanto aluna, de alguns de seus professores – pois não se lembrava de todos – e quais foram as disciplinas ministradas por eles.

Portanto, além das entrevistas realizadas com a ex-professora, Joana D’arc dos Santos e a ex-aluna Fausta G. Ferreira de Freitas, contamos com a colaboração da aluna Daniela Ferreira dos Santos, que desenvolveu o projeto de iniciação científica, intitulado **A formação das professoras da escola primária em Paranaíba – MS (1964-1971)**, e nos cedeu as entrevistas realizadas por ela com o ex-professor, Dr. Daladier Agi, e também com a ex-professora Sílvia Geralde Neves, que também foi diretora da Escola Normal Estadual.

Contamos, também, com a colaboração de Micheli Karla Caires Maia, que nos cedeu duas entrevistas realizadas com as ex-normalistas, Adélia Ferreira Leal e Jane Carmen Lacerda, ao desenvolver o projeto de iniciação científica intitulado **Memórias da formação das professoras normalistas em Paranaíba – MS (1967-1971)**.

Embora tenhamos localizado documentos escritos sobre a Escola Normal Estadual de Paranaíba, partilhamos da ideia de Freitas (2006, p. 49), que afirma: “[...] A coleta de depoimentos e de histórias de vida pode ser inserida no amplo esforço de resgatar a palavra do indivíduo que, sem a mediação do pesquisador, não deixariam nenhum testemunho”. Assim, consideramos que essa prática de fazer pesquisa abre novas perspectivas para a compreensão do passado, permite vozes até então silenciadas se fazerem ouvir.

3.2 Lembranças de professores da Escola Normal Estadual

Os professores da primeira turma da Escola Normal Estadual de Paranaíba entrevistados foram Sílvia Geralde Neves⁶¹, nascida em Araçatuba/SP, no ano de 1940, Daladier Agi, natural de Paranaíba, nascido em 1938; e Joana D’arc dos Santos, nascida também em Paranaíba, no ano de 1949.

As primeiras perguntas feitas aos entrevistados visavam obter informações sobre o motivo que os levou a escolher o Curso Normal para sua formação; sobre a época em que ingressaram; e também se haviam feito o ensino superior.

Assim, a respeito dos questionamentos apontados, Sílvia Neves estudou no colégio Nossa Senhora Aparecida na cidade de Araçatuba/SP, respondeu à Daniela Ferreira dos Santos:

⁶¹ A professora Sílvia Geralde Neves foi professora do Curso Normal e também diretora.

Foi em 1956. Eu fiz os dois, porque na época eram 3 anos, tanto um como o outro eram 3 anos, o magistério que é o normal, ele só servia pra dar aula mesmo, e o científico tinha o científico e o clássico eles eram divididos também, o científico era pra ciências exatas e o clássico era mais assim pra letras, pra direito, então ele era dividido quem fazia o científico e quem fazia o clássico, entendeu? Cursei os dois na mesma época, o científico e o normal, eles eram em horários diferentes, o científico eu fazia à noite. Cursei até o ensino superior.

A professora Joana D'arc dos Santos, sobre sua opção, explicou:

Na nossa época nós éramos todos direcionados ao Curso Normal, certo. Então eu teria que fazer normal também. Na época não era bem o meu sonho. Na época eu sonhava em ser atriz, cantora... mas não tinha como, aqui só poderíamos ser professora. Cursei em Araçatuba/SP. Inclusive eu brincava muito, eu fazia muito espetáculo na minha casa com vizinhos, certo. E cursei até o ensino superior, mas não lá. Fiz minha faculdade em Pereira e depois fiz a Pós em Jales.

O professor Daladier Agi, em entrevista concedida à Daniela Ferreira dos Santos, por sua vez, teve outro tipo de formação:

Não eu não cursei o Curso Normal. Eu cursei Direito no Rio de Janeiro, mudei pra lá e depois voltei a morar aqui, porque antes, quando garoto, eu fui estudar meu pai me obrigou e me mandou estudar em Lins no colégio Salesiano, depois voltei pra Araçatuba e fiz o ginásial, depois eu fui pra Bauru, já depois do ginásio, e no terceiro eu fazia, naquela época tinha o curso clássico eu fazia o clássico e o de contabilidade e no último ano eu fui para o Rio de Janeiro lá eu concluí o ano. E fiz direito na Faculdade Candido Mendes. Ai eu voltei, pois meus pais moravam aqui e eu comecei a advogar em 1º de abril de 65 que era minha grande vocação, voltei cheio de ideias novas, pois o direito abre a cabeça da gente e aproveitei pra contribuir com o Curso Normal.

A fala dos professores demonstra que uma parte dos docentes possuía formação específica para ministrar aulas no Curso Normal, enquanto outra parte possuía formação não específica, entretanto, de certa forma, todos contribuíram para o funcionamento da Escola Normal em Paranaíba, como afirmou o professor Daladier Agi.

Em outro momento da nossa entrevista, Joana D'arc disse que as moças iam para Araçatuba fazer o Curso Normal e os rapazes para Ribeirão Preto cursar Medicina, Engenharia, Direito e isso ocorreu por muito tempo. Ela ainda complementou relatando que, na cidade de Araçatuba, estudou no colégio Nossa Senhora Aparecida com duração de três anos e que depois retornou para Paranaíba e foi ministrar aulas na Escola Normal.

De acordo com a fala de Joana D'arc, outras professoras estudaram com ela no colégio Nossa Senhora Aparecida na cidade de Araçatuba/SP, as quais foram mencionadas: Joana

Leal de Melo, Maria Auxiliadora Neves Machado, Maria Madalena de Freitas e Sílvia Geralde Neves, porém destacou que Sílvia não estudou na mesma época, sendo que ela, Maria Auxiliadora e Maria Madalena estudaram no período de 1965 a 1968.

Joana D'arc ainda acrescenta que ministrou aulas nas disciplinas de Metodologia e Estágio, e sua colega Maria Auxiliadora Neves Machado foi professora de Geografia e História, Maria Madalena de Freitas, professora de Filosofia e Sílvia Geralde Neves, professora de Psicologia e também diretora da escola, logo, não recordou qual foi a disciplina ministrada por Joana Leal de Melo.

Desse modo, Joana D'arc alega que quando a Escola Normal Estadual começou a funcionar, no ano de 1967, ela estava terminando o seu curso na cidade de Araçatuba/SP, e só começou a trabalhar no ano de 1968, portanto era recém-formada.

Conforme a narrativa de Joana e os nomes registrados na Figura 7 deste capítulo, podemos apurar que, dos 17 professores que trabalharam na Escola Normal Estadual, apenas quatro tinham formação em Curso Normal, os demais não possuíam formação relacionada com o Magistério. Entre esses profissionais havia médico, advogado, dentista e farmacêutico, dos quais Joana não se lembra, uma vez que ao ser convidada para trabalhar na Escola Normal, o quadro de professores já estava pronto e esses professores, de certo modo, segundo ela, colaboraram para que o curso funcionasse, porque se não houvesse um corpo docente a abertura do curso não aconteceria.

Outra questão abordada foi saber onde o curso funcionou e como estava organizado. A esse respeito, Sílvia Geralde Neves esclareceu:

A escola aqui foi fundada em 67, em agosto e começou a funcionar em 68, no início, do ano seguinte, e era assim um prédio alugado ali perto do Banco do Brasil, lá em cima e começou devagar, com os professores que tinham aqui com poucos professores que estavam chegando naquela época não tinha ninguém formado ainda, então era assim, era dentista, quem montou aqui foi na época do governo do Pedro Pedrossian, as pessoas responsáveis foram os políticos mesmo da época, inclusive meu marido também estava no meio, era político também e, então eram assim, advogados que davam aula. Ah um gostava muito de história, então dava aula de história, o outro gostava de outra coisa dava aula, era dentista, a minha amiga Nágila dentista, ela também estava aqui ela é da minha idade ela dava aula de anatomia sabe, então era, porque não tinham professores assim formados, assim não, então custou pra formar assim o corpo especializado sabe inclusive não tinha ninguém aqui com o curso superior era só eu, eu fui a primeira. Então tinham até professores que tinham magistério e estavam vindo de fora, tanto é que as professoras antigamente eram todas leigas aqui tinham uma ou outra, era a D. Aracilda era D. Liduvina que tinham Magistério, Normal, vieram de Cuiabá, elas vieram de Cuiabá, depois foi formando e aí, eu era a única que tinha Pedagogia com curso superior. O curso era formado por mais moças, na época acho que não tinham rapazes não depois que começou. Eu tive muitos alunos do sexo masculino, mas no início era só moças mesmo, até não eram só moças, moças, a gente pensa naquelas mocinhas, tinham umas assim com bastante idade, tinha uma que era a D. Brasilina, já tinha bastante idade, ela era professora leiga sabe tinha a Linfa era leiga elas eram até mais velhas do que eu, eram

quase todas professoras leigas, elas davam aula mas não tinham uma formação específica. O curso era diurno, de manhã, e as professoras leigas lecionavam só em um turno, porque naquela época o primário só funcionava em um turno, era proibido dar em dois, era só um turno. Hoje, devido a essa situação econômica, todo mundo tem que trabalhar, mas antigamente era só um turno.

Apenas há uma imprecisão na data de início do curso, mas a influência política para sua criação foi bem lembrada, as demais informações apresentadas na fala de Sílvia Neves expõem os detalhes sobre quem eram as alunas, a atuação de leigos no município, a escassez de professores com formação específica para lecionar na Escola Normal Estadual.

Na fala de Daladier Agi:

A escola era no centro do lado do banco Sicred, no prédio do Rotary, pois quando uma comissão política de Paranaíba foi a Cuiabá reivindicar esse curso para o governo a primeira coisa que eles exigiam foi justamente é que tinha que ter um prédio, porque o governo não tinha o prédio e nem como construir foi justamente o que o Rotary tinha terminado, feito aquele prédio e colocou gratuitamente a disposição do governo foi onde surgiu a oportunidade de implantação desse curso, o curso normal. O Rotary viabilizou o curso e, no entanto, o curso ficou ali por muitos anos naquele local foi quando passou pro Aracilda. O Curso Normal começou com a primeira série e no outro ano implantou a segunda série e assim foi pouco a pouco. No começo era matutino e depois passou para noite. Não tinha nem coordenador que vinha ou planejamento de aula não tinha isso, eu me lembro que a gente fazia um planejamento do que ia dar a matéria quais os pontos um programa de aulas, mas você fazia isso a mão mesmo escrevia ali em uma folha de papel almaço e deixava lá, mas não tinha, a gente começou com o que tinha, mas pelo que eu me lembro no segundo semestre teve uma lei que obrigava que fossem professoras formadas pra dar as aulas que tivessem o magistério e aqui esse curso normal veio justamente pra completar isso aí.

Do mesmo modo que foi destacado por Sílvia Neves, podemos também conferir na fala de Daladier Agi, sobre a política local ter promovido a mobilização necessária, reivindicando na capital Cuiabá a criação da Escola Normal em Paranaíba. Nesse sentido, ficou evidenciado que a população de Paranaíba procurou resolver os problemas e tomar providências para que o curso fosse criado.

Conforme as representações das falas dos sujeitos entrevistados, a instalação da Escola Normal esteve permeada pela política que era forte e determinante nessa época, juntamente com a iniciativa de associações como o Rotary Club. Porém, acreditamos, ainda, na hipótese de que a tardia instalação da Escola Normal em Paranaíba ocorrera em razão de o primeiro ginásio – EE Wladislau Garcia Gomes – ter sido criado somente em 1957, pois uma das regras para se fazer o Normal consistia em ter cursado o ginásial.

Na sequência, perguntamos que tipo de material era utilizado na aula pelos professores do Curso Normal. A esse respeito, Sílvia Geralde Neves recordou que os materiais utilizados eram basicamente livros, pois não existiam apostilas naquele tempo.

[...] tinha só máquina de escrever de datilografia, então era mais difícil e quase ninguém também tinha datilografia aqui, então era tudo na caneta ali, o aluno usando muito o quadro negro; Não tinham livros didáticos eram nossos livros mesmos, dos professores que passávamos na lousa ou eles compravam os livros, tinham uns que compravam os livros, apesar que naquela época, aqui no Brasil quase não tinham livros, quando eu fiz faculdade os livros eram quase todos estrangeiros filosofia, psicologia eu tenho até hoje, Ah! E muito em espanhol. Por exemplo, nas disciplinas que não tinham livros didáticos, nós dávamos uma orientação para o professor, por exemplo, biologia, o dentista era formado, então assim como letras, tinha francês, a escola passava a orientação para aquele professor. Vinha uma orientação do governo sobre o que deveria ser ensinado e a gente montava também, mas vinha uma orientação, mas era muito pouco, porque nós morávamos aqui nesse extremo aqui e naquela época a capital era Cuiabá então era difícil sabe, essa, mas vinha muito pouco, mas vinha.

Nesse sentido, Joana acrescenta que usava os materiais utilizados no curso de Araçatuba, aliás, todo o material de sua formação, pois não tinha material para fazer seus planejamentos. Então, usava aqueles adotados pelos seus professores, no período em que estudou, e acrescentou, ainda, que os fornecia a outros colegas de profissão.

Conforme temos observado no decorrer das entrevistas, o Curso Normal de Paranaíba enfrentou muitos problemas para o seu funcionamento, não tinha livros nem biblioteca, funcionava apenas com quadro negro e giz, além dos poucos recursos enviados por Cuiabá que eram escassos em razão da distância do município, como evidenciou Sílvia Neves.

Em outro momento da entrevista, solicitamos que os entrevistados descrevessem algum acontecimento marcante relacionado a fatos históricos, políticos e econômicos da cidade, do estado ou do país, no período em que funcionou a Escola Normal Estadual. Sílvia Neves destaca a energia elétrica. Segundo ela, antigamente, não havia energia para todos, o que existia era uma usina pequena que gerava a energia, e que era muito fraca. Quando a energia chegou na cidade, todos fizeram uma festa; até mesmo os políticos, porque ninguém acreditava que a energia chegaria. Desse modo, Sílvia enfatiza que, na década de 1960, a energia vinha de uma pequena central hidrelétrica do Rio Santana, apelidado pelos moradores de “Tomatinho”, porque a população recebia a energia em suas residências por volta das 17h30min e às 22 horas era desligada. Somente na década 1970, quando a usina hidrelétrica de Ilha Solteira⁶² começou a fornecer a energia elétrica é que os habitantes passaram a recebê-la sem interrupções.

⁶² A **Usina Hidrelétrica Ilha Solteira** é a maior usina hidrelétrica da CESP e do Estado de São Paulo e a terceira maior usina do Brasil. Está localizada no rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS) (USINA..., 2015).

Esse fato também foi destacado pelo senhor Daladier Agi:

Naquela época, Paranaíba era muito limitada, a cidade quase que centenária já ou estava quase chegando no centenário, mas o marco daqui da cidade era assim em termo de desenvolvimento era muito pequeno, se não houvesse uma ação conjunta do governo pra minar o rumo podemos dizer isso aqui ficava parado nisso. Naquela época se eu não me engano até energia elétrica não tinha. Aqui tinha uma usina um pouco antes, uma usina da prefeitura que fornecia energia ali onde hoje é a estação da Sanesul, mas aí eu me recordo que mais ou menos em 62, 63 se eu não me engano, uma chuva muito forte que deu aqui naquela época houve uma inundação ali no rio e estourou a barragem da energia elétrica não sei, mas demorou pra depois arrumar e a própria usina era de pouca capacidade de gerar energia era uma luz fraca, ainda o prefeito teve que cortar a luz da rua porque senão não dava a luz pra casas e Paranaíba era isso porque Paranaíba começou mesmo a desabrochar mesmo foi depois da divisão já em 77, porque com a divisão Paranaíba passou a participar do contexto do estado. Porque, imagina vocês naquela época do estado único, a capital era a novecentos quilômetros não tinha nem asfalto pra ir, você gastava dois dias de viagem. Então era esse canto aqui, Cuiabá pra lá, só enxergava Campo Grande, Dourados, Caçares, Rondonópolis. Então, isso aqui era um mundo esquecido, um mundo nosso tanto que chegou uma época de surgir um... não chegou a ser um movimento mas uns comentários de anexar isso aqui ao estado de São Paulo, houve até... não chegou assim muita gente falava que era preferível anexar a São Paulo apesar de que também naquela época não tinha ponte ali aquela travessia em Aparecida do Taboado, ali era balsa então era uma dificuldade. Então com a divisão veio incluir Paranaíba no contexto do estado e depois começaram a vir os progressos, as rodovias pavimentadas, antes disso veio a energia, foi que impulsionou Paranaíba.

Assim como Sílvia, Daladier ressalta a importância da energia elétrica para a cidade, contudo enfatiza que a cidade de Paranaíba era esquecida, por ser muito distante da capital, uma vez que passou a se desenvolver mais quando o estado se dividiu.

Em contrapartida, Joana D'arc narra um fato ocorrido com sua família que está ligado à época da Ditadura Militar, quando seus primos foram presos. Segundo ela, foi uma operação de guerra, com muitos militares, mas não nos deu mais informações sobre esse acontecimento.

Para finalizar nossa entrevista, questionamos a professora Joana D'arc sobre por que foi trabalhar na Escola Normal e ela nos revelou:

Porque a vida inteira gostei dessa profissão. Tive chances de ir para outras áreas, politicamente falando, muito melhores remuneradas e nunca quis. Estou sofrendo até hoje esperando dentro do Magistério.

Essa professora, como ela mesma aponta, continua atuando até hoje na educação e espera sua aposentadoria sem se afastar da profissão docente, pois gosta muito do que faz, embora tenha mencionado, em outro momento, que “[...] a educação de hoje esteja cheia de modismo e que o principal está ficando para trás, que é disseminar o conhecimento entre os alunos”.

Para Daladier Agi perguntamos sobre o que ele gostaria de declarar a respeito de sua experiência como professor no Curso Normal, visto que ele não tinha formação específica, e ele relatou:

Eu acho que eu não tenho nem condições de trazer experiência, porque eu não era professor na verdade, mas eu naquela época como hoje eu acho que a área educacional ela é dotada de pessoas cultas e preparadas, hoje você vê que os professores exercem uma atividade de extrema importância na formação do jovem e da criança e do adolescente, e não é só na formação intelectual e cultural do aluno, mas também na formação social pro aluno.

De acordo com a fala do ex-professor, ele não vê sua passagem no Curso Normal como professor, pois não tinha essa formação, apenas foi convidado a ocupar uma cadeira no curso e ali ministrar aulas, embora reconheça que muita coisa mudou daquele tempo para nossos dias, quando a legislação procurou trazer benefícios, especialmente para os professores, em termos de avanço pedagógico.

No entanto, mesmo com professores habilitados, a Escola Normal, com muitas dificuldades, tentou acompanhar os avanços e progressos que outras regiões próximas à cidade vinham atingindo, tal como Três Lagoas, que se beneficiou da proximidade com o estado de São Paulo e com a ferrovia que facilitava o acesso a outras regiões, como já ressaltado.

Para Sílvia Neves, que foi também diretora da Escola Normal, não da primeira turma que funcionava no prédio do Rotary Club, mas quando a escola funcionou no prédio da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, perguntamos se havia um modelo de perfil, que os alunos formados deveriam seguir. Nessa perspectiva, ela respondeu:

Sim, claro, sempre teve, a gente, inclusive a gente usava muitos testes vocacionais, a gente fazia, eu mesma fazia com minhas alunas sempre fiz, quando entrava no início do ano eu dizia: vamos fazer uns testes aqui, às vezes eles nem sabiam o que era. Tinham aqueles que não tinham aptidão, mas a gente continuava a dar aula!

Na minha época de faculdade eu me formava com direito a dar aula em tudo, não como a formação que se tem agora.

Na concepção de Sílvia Neves, a formação de professores vem sofrendo alterações com o decorrer do tempo, e a formação da época desses professores era melhor do que a de hoje. Do modo como ela expõe, os professores formados atualmente não conseguem trabalhar com todas as áreas do conhecimento, assim como eram formados os primeiros professores a trabalhar com ensino primário, atualmente denominado de anos iniciais do ensino fundamental.

Como podemos verificar, muitos foram os fatores relacionados à política e à sociedade local que impulsionaram a instalação da Escola Normal em Paranaíba e muitas dificuldades foram encontradas no processo de organização e funcionamento do curso. A princípio, por não possuir prédio próprio e porque os professores que ali trabalharam, muitas vezes, não eram da área de formação de professores. Essa primeira turma começou e concluiu o curso no prédio do Rotary Club, que foi cedido por seus membros conforme já havíamos apurado nos documentos analisados no segundo capítulo.

Portanto, após os relatos das entrevistas dos professores da Escola Normal Estadual de Paranaíba, observamos que a criação do Curso Normal contou muito com a participação da população, seja por meio de mobilização e articulação política, seja providenciando recursos materiais para a implantação do curso, ou ainda na atuação de profissionais de áreas variadas para lecionar, mesmo sem formação específica. Esse esforço se deu porque tinham como objetivo formar professores habilitados para atuar no ensino primário da região.

3.3 Vozes das ex-normalistas

Compreendemos que a memória é uma reconstrução do passado e que, por meio dela, podemos usar a escrita e as narrativas orais como fonte para a compreensão de aspectos não revelados em outras fontes documentais. Isso se deve ao fato de que a fonte oral pode não ser um dado sucinto, mas possui subsídios que, às vezes, um documento escrito não tem, pois é por meio da lembrança que também se produz história.

Por esta razão, buscamos, por meio da memória das normalistas, recuperar e reconstruir aspectos determinantes para a construção da história da Escola Normal Estadual de Paranaíba.

Desse modo, os sujeitos que compõem as narrativas apresentadas a seguir são três ex-alunas: Adélia Ferreira Leal e Fausta Garcia Ferreira de Freitas, ambas nasceram em 1944, na cidade de Paranaíba; e Jane Carmen Lacerda, que nasceu em 1949, em Pirajuba/MG.

Uma das primeiras questões abordadas nas entrevistas com as ex-alunas da Escola Normal pretendia verificar por que haviam escolhido esse curso. Adélia explicou que foi “[...] porque era o que tinha naquele momento na cidade”. Jane Carmen, por sua vez, procurou o Curso Normal porque sempre gostou de ler, pesquisar, dar aula. Seu sonho era ser professora. Nessa direção, Fausta afirmou:

Olha a questão não era a escolha, na época não existiam outras opções de curso, nem o magistério não tinha. Então eu já trabalhava assim dando aula, mas era do município, eu tinha uma sala de aula multiseriada que o município me arrumou. Então fui para onde o caminho estava mais aberto... e quando abriu a escola Normal eu entrei. Quando eu comecei o Normal eu já tinha parado naquela época, mas já havia lecionado antes. Ai abriu o Normal eu queria estudar, matriculei e fui estudar... mas não foram todas mulheres, pois a maioria optou em trabalhar em casa com rendimento financeiro como bordadeira, costureira ou dona de casa. Nessa época não tinha interesse da mulher ter uma profissão fora de casa, além de ter um preconceito com a mulher que saia de casa para estudar. Mas eu fui estudar.

Podemos verificar, então, que duas das ex-alunas procuraram o curso de formação de professores da Escola Normal porque, naquele momento, não havia outro curso na cidade. As alunas, ao terminarem o ginásio, iam para o Curso Normal que, naquela época, possibilitava às moças exercer a profissão de professora.

No entanto, entre as ex-normalistas entrevistadas, não foram todas que prosseguiram os estudos após o término do Normal, algumas se casaram e situações da vida familiar levaram-nas a abandonar os estudos. Também, na época, o Curso Normal já era suficiente para lecionar.

Outro aspecto observado entre as entrevistadas foi o fato de apenas uma delas ter seguido a profissão. De acordo com Adélia, entrevistada por Micheli Karla Caires Maia, ela não deu aula porque se casou logo que terminou o Curso Normal, e teve que acompanhar o marido que trabalhava em Três Lagoas, por isso também atuou como professora somente por alguns meses.

Jane Carmen Lacerda, afirmou, na entrevista concedida a Micheli Karla Caires Maia, que ao mudar-se para Paranaíba no ano de 1966, foi fazer o curso de Contabilidade no período noturno, porque não havia outro curso e também foi dar aula no Educandário Santa Clara, pois, naquela época, como faltavam professores no município, quem tivesse o ginásio completo já poderia lecionar. No entanto, quando a Escola Normal, no ano de 1967, começou a funcionar em Paranaíba, Jane decidiu parar com o Técnico em Contabilidade e matricular-se na escola. Segundo ela, como o ensino oferecido na Escola Normal era no período matutino, facilitava a sua ida para a escola, visto que no curso de Contabilidade tinha dificuldade de chegar à escola, naquela época era muito difícil andar à noite, precisava usar lanterna para andar nas ruas, a luz que tinha na cidade era oferecida por uma “usiniha” que destinava energia apenas às residências.

Por outro lado, Fausta, quando ingressou no Curso Normal, já era casada e tinha duas filhas, além de estar atuando em sala de aula. Ela nos disse que continuou os estudos, pois assim que terminou o Curso Normal apareceu, na época, um curso de licenciatura curta da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)⁶³. Para ela, ter feito o Curso Normal Estadual foi muito importante, pois, como já lecionava, passou a ter uma melhoria na carreira e ainda pôde dar prosseguimento aos estudos, cursando uma licenciatura após o Normal. Ainda na fala de dona Fausta, podemos perceber o Curso Normal teve pouca procura após ser implantado em Paranaíba. Segundo ela, havia preconceito com a mulher que deixava a casa para trabalhar e estudar e, por esta razão, a maioria se dedicava aos afazeres domésticos. Esse aspecto bastante comum nas cidades interioranas na época e apresentado por Fausta também pode ser observado na porcentagem de mais de 90% das mães dos alunos do Curso Normal terem a profissão de lides domésticas como foi exposto no Gráfico 2 e o Gráfico 4.

Diferente das colegas, Fausta fez outros cursos após o Normal. Segundo ela:

Conclui em 69 me parece, depois fiz vários outros cursos... Fiz um curso em nível de Pós de Didática em Jales, mas eu fiz depois desse Magistério, a Licenciatura Curta em Estudos Sociais que era uma extensão de Três Lagoas, da Universidade de Três Lagoas, aí eles sediaram aqui a extensão, então a gente cursava o dia todo nas férias, todas as férias a gente tinha que estudar até completar a carga horária do curso. Não era fácil não. Rs...rs...rs Aí, depois desse curso de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, eu fui fazer Pedagogia lá em Pereira Barreto. A gente ia na sexta-feira... trabalhava de manhã na sexta-feira, aí depois a gente ia para Pereira Barretos aí assistia aula na sexta-feira à noite, no sábado o dia todo, aí vinha embora no entardecer, chegava aqui de noite, toda semana. Então aquelas aulas correspondiam à carga horária semanal lá da Faculdade, e assim foi até terminar. Foram quatro anos. O curso saía com o Magistério e com a Administração, depois eu fiz mais 6 meses de Inspeção, depois 6 meses de Orientação Educacional, mais 6 meses de Coordenação e o meu Diploma já era Magistério e Administração, porque eu queria os cinco. Ai eu mandei averbar tudo e registrar no MEC... e aí nesse tempo que eu estava fazendo esses cursos de especialização que a gente ia menos vezes eu fui para Andradina fazer Complementação em História, porque eu tinha a curta aqui que se eu fizesse Complementação aí a gente averbava aí eu ficava com a Plena, aí eu fiz isso de História, era 1 ano e meio e depois fiz as mesma coisa em Jales, a Complementação para juntar com a Curta para ficar outro curso superior, entendeu?. Na verdade eu fiquei com 3 Plenas: Pedagogia, História e Geografia. Só que eu não peguei o certificado de História e Geografia, por que eu não precisei deles mais, por que nesse meio aí a gente teve aquele Enquadramento, então eu enquadrei como especialista e aí não precisava mais daquele diploma que pagava caro, aí eu não fui buscar, pois eu já havia me enquadrado como especialista então não ia trabalhar com História e Geografia apenas com a Pedagogia, então larguei esse diploma para, mas se eu quiser eu vou lá pegar. Então aí o restante eram cursinhos esporádicos, por que eu trabalhava na Agência e teve uma época que fui até chefe do setor de Educação, então tudo que era curso sobrava para eu fazer... por que o pessoal lá falava que tinha problema, o outro não podia ir... então eu acudia todo departamento, eu ia em tudo para chegar aqui reciclar. Eu trabalhei muito também. Mas era tudo com muita dificuldade, essas Faculdades que a gente fazia.... Olha menina era raça viu, a gente tinha que enfrentar estrada, na época essas estradas aqui por Aparecida do Taboado não tinha asfalto, aquilo era um barro, às vezes cobria o retrovisor de barro a gente tinha que pegar uma aguinha dentro do carro e punha no carro para lavar o vidro para enxergar rs... para poder ir, vixi era muito difícil... e foi assim que a gente fez. Não é fácil não.

⁶³ Na época que dona Fausta estudou, a sigla da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul era UEMT, a denominação UFMS ocorreu com a divisão do estado.

Fausta foi uma das poucas alunas, entre as entrevistadas, que prosseguiu os estudos, embora ao começar o Curso Normal já fosse casada e tivesse filhos. Ela conta que, além de estudar, ser mãe, também dava aula, pois antes dos dezoito anos, algumas escolas municipais de Paranaíba permitiam que pessoas não formadas dessem aula.

Valendo-nos da fala de Fausta, podemos considerar que, dos professores primários na década de 1960 que atuavam em Paranaíba, grande parte concluíra apenas o ginásio para dar aulas. Em consonância, a pesquisa Castilho (2013) mostrou que a maioria das professoras alfabetizadoras no município eram leigas. Vale ressaltar que essa situação era a realidade daquela época. Conforme apresentamos no primeiro capítulo, em todo o estado faltavam cursos de formação de professores, havia muitas escolas na zona rural porque a população residia, em sua maioria, no campo; e o tipo de economia do estado também não exigia mão de obra qualificada, por isso era comum a atuação de moças que se dedicavam a ensinar, seja nas escolas rurais seja em salas da cidade.

Outra pergunta direcionada às entrevistadas buscou saber quais delas, ao terminar o Curso Normal, foram para a sala de aula. Segundo Adélia, na entrevista concedida a Micheli Karla Caires Maia, ela trabalhou e estudou por vontade própria, uma vez que ao terminar o curso continuou trabalhando no Banco Financial, no qual já trabalhava havia algum tempo. No entanto, ao se casar, saiu do Banco e mudou-se para a cidade de Três Lagoas em virtude da transferência de seu esposo. Assim, ao chegar na cidade de Três Lagoas, Adélia recebeu uma proposta para dar aula, porém não aceitou porque o lugar onde queriam que ela trabalhasse era muito longe de sua residência. Acabou, então, trabalhando na secretaria de uma escola do estado, permanecendo nesse emprego pelo período de um ano, quando o marido resolveu pedir demissão do Banco e eles retornaram para a cidade de Paranaíba.

Ao retornar para Paranaíba, Adélia conta que começou a dar aula porque não a aceitaram na secretaria, mas ministrou aula apenas por três meses. A esse respeito, explica: *“Aqui eu fui dar aula e não me quiseram deixar na secretaria. Não sei se é porque acostumei no Banco e gostava daquele tipo de serviço. Aí eu dei aula 2 meses... 3 meses só, mas não gostei, larguei”*.

Adélia disse que deu aula nesse curto período no Grupo Escolar Estadual José Garcia Leal, no ensino primário, e não se recorda se foi na 3ª série. O pouco tempo que ficou em sala se deu conta de que não aguentaria a “molecada”, mencionou, ainda, que a mãe e o marido não a apoiavam nessa profissão; preferiam que ela cuidasse de seus filhos.

Em contrapartida, Fausta declarou que, nesse período, muitos maridos e pais não deixavam a esposa/filhas trabalharem, mas isso não ocorreu com ela. Segundo ela: *“[...] eu*

não sou submissa, primeiro dei aula no município. Parei quando casei um tempo, mas logo consegui uma sala no estado e continuei trabalhando”.

Jane, na entrevista concedida a Micheli Karla Caires Maia, apontou que, após ter finalizado o Curso Normal, lecionou durante um ano no Grupo Escolar Estadual José Garcia e só parou porque o seu filho nasceu com uma deficiência, por esta razão teve que se dedicar a ele e acompanhá-lo até mesmo nos estudos, assistindo a todas as aulas que ele frequentava, além de ajudar o marido, mas assegurou ter se arrependido de não ter continuado os estudos e o trabalho.

À vista do exposto, percebemos que as ex-normalistas faziam parte de uma realidade em que a opção de uma formação era escassa, limitando-se ao Curso Normal para escolher, além de não ter apoio dos pais/esposos para que realizassem o curso, tampouco recebiam incentivos para exercer a profissão.

Entre as entrevistadas, verificamos que apenas uma seguiu adiante na carreira do Magistério, enquanto as demais deixaram de exercer a profissão por necessidades de ordem pessoal. Ser professor, naquela época, foi privilégio de poucas alunas, como apontamos no capítulo anterior, pois houve pouca demanda pelo curso. Talvez essas dificuldades impostas ao papel que a mulher exercia, somadas às dificuldades para o deslocamento dessas professoras – porque, como mencionado anteriormente, havia muitas escolas rurais –, tenham contribuído para a falta de professores formados em Paranaíba naquele período.

Perguntamos, ainda, como era o Curso na Escola Normal e como estava organizado. Segundo Adélia e Jane, entrevistadas por Micheli Karla Caires Maia, o curso funcionou no período matutino, no prédio do Rotary Club, mas na parte térrea. Isso porque o prédio cedido pelo Rotary Club foi construído na arquitetura de um sobrado, sendo que a parte superior era utilizada para as reuniões dos rotarianos e a parte inferior era o local onde o curso funcionava.

Fausta relatou com mais detalhes como era o curso, destacando que o Curso Normal funcionou no Rotary Club, e assim descreve o espaço: *“um local pequeno, mas que tinha três salas de aula, uma sala para a diretoria, um banheiro. As carteiras eram para duas pessoas em uma sala e em outra era individual”*. Ela também afirma que o curso funcionava no período da manhã e que apenas os estágios eram à tarde.

Interrogamos as ex-normalistas se havia algum uniforme e todas responderam que sim. Adélia disse que *“usava uniforme nas cores azul e branco”*. Fausta relata ser *“saia azul e blusa”*, e Jane especifica: *“[...] era saia azul e camisa branca e tinha o nome do Curso Normal bordado no bolso, meia e sapato. A saia era no comprimento do Joelho”*.

Conforme a fala das alunas, observamos que o uniforme das normalistas da cidade de Paranaíba não fugiu do padrão que era usado em outras localidades do Brasil, sendo em nossa concepção um padrão estabelecido pelos próprios cursos que formavam essas alunas, pois, em todos os trabalhos relacionados sobre o Curso Normal, seja ele em qualquer parte do território brasileiro, os pesquisadores apresentam que o uniforme das normalistas trazia as cores azul e branco.

Em seguida, procuramos verificar quem foram os professores que trabalharam na Escola Normal, de quem se lembravam. De acordo com a fala de Fausta:

Os professores eram assim. Catava os que tinha aí...mas a maioria dos professores também tinha o curso de Magistério completo... tinha outros assim médico, farmacêutico... a Dra Lígia era professora de Biologia, ela era médica, o Martinho da Palma Mello era de Francês...rs,rs,rs. Ele era professor de Francês, assim esse pessoal que estava por aí. José Álvaro Agi deu aulas de Português, que eu lembro muito bem de passar uma lista de título para gente fazer redação, e ele punha assim uns temas meio abstratos... escreve...eu lembro ainda 'vidas secas'...a gente fazia as redações, mas era bom fazer aquilo, eu adorava fazer redação...rs,rs,rs. O Bitião é meu cunhado, ele era advogado, ele também deu aula de Português, deu aula na minha sala. Ele dava umas aulas assim mais teóricas, mas ele também dava redação, rs.rs.rs.

A esse respeito nas entrevistas concedidas à Micheli Karla Caires Maia, a ex-aluna Jane também afirmou que os professores do curso eram os profissionais que tinham formação superior na cidade, naquela época. Adélia não falou nada sobre essa questão, pois não se recordava de muitos dados sobre o curso, notamos um maior envolvimento dessa aluna com seu antigo emprego no Banco Financial, por sempre fazer menção a esse trabalho no decorrer da entrevista.

De acordo com o que as ex-normalistas se recordaram, a Escola Normal tinha poucos professores formados no Magistério, os que não tinham essa formação eram os profissionais liberais que residiam nesse período, na cidade de Paranaíba, e que foram convidados a ocupar uma cadeira no curso. Isso demonstra mais uma dificuldade enfrentada para o funcionamento do curso, por não dispor de professores com formação específica para trabalharem na Escola Normal.

Quanto aos materiais utilizados por esses professores em sala de aula, Adélia falou que a lousa e o giz eram os mais usados e que faziam uso, também, de livros, mas não se recordava quais eram. Em consonância, Fausta afirmou:

[...] não me lembro muito bem, mas, às vezes, a gente tinha o livro para acompanhar a explicação ou elas davam a explicação e acho que passava alguma teoria no quadro para a

gente copiar... eu lembro que Filosofia a gente copiava da lousa e Francês a gente tinha o livro de texto.

Jane Carmen Lacerda na entrevista concedida a Micheli Karla Caires Maia não falou nada sobre essa questão apenas argumentou que muitas das alunas gostavam de testar os professores para verificar se sabiam mesmo.

Sobre os materiais utilizados por esses professores, Adélia mencionou, durante a entrevista concedida a Micheli Karla Caires Maia, que havia livros, mas não se recordava. Já Fausta disse que tinha livro de Metodologia, Biologia e que faziam pesquisas neles. Jane não falou nada sobre essa questão, porém, em seu acervo pessoal, encontram-se vários livros, entre eles, localizamos os de **Didática Geral**, **História do Brasil** e de **Biologia**, que foram usados por ela enquanto aluna do curso normal

Foi solicitado às ex-alunas que discorressem sobre algum acontecimento marcante na escola relacionado a fatos históricos, políticos ou econômicos da cidade, do estado ou do país, naquele momento.

Adélia mencionou não se recordar de nada naquele período; Fausta disse: *“eu não me lembro de muita coisa não... era um paradeiro!”*; Jane afirmou ser essa uma época em que o *“coronelismo era forte na cidade, que a política era quem mandava.”*

Para finalizar as entrevistas, foi pedido que cada aluna deixasse uma palavra final sobre o Curso Normal, a fim de que pudéssemos deixar registrado. Adélia disse: *“foi bom fazer o curso, melhor que nada”*. Fausta declarou que *“foi uma oportunidade para mim e para todas. Vimos o curso com muito interesse. Para mim foi ótimo, porque pude dar continuidade nos meus estudos, foi importantíssimo”*. Na visão de Jane: *“o curso foi bom, me ajudou muito a ensinar meu filho”*.

Na Figura 8, apresentamos a aluna Jane Carmem Lacerda, no dia da formatura de primeira turma de normalistas formadas pela Escola Normal Estadual.

FIGURA 8 - Fotografia com a beca – 1ª turma da Escola Normal Estadual (1969)



Fonte: Lacerda (1969b).

Com base nas declarações das três ex-alunas da Escola Normal de Paranaíba, pudemos concluir que o Curso Normal Estadual era a única opção para a continuação dos estudos após o ginásio e para que se pudesse ter uma profissão. Não foram todas que continuaram seus estudos, por motivos diversos, relacionados à vida pessoal e outras não foram trabalhar na área da sua formação, pelos mesmos motivos, mas todas admitiram que foi bom fazer o curso.

3.4 Mudança de cenário: Lei nº 5.692/1971

Com a publicação da Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), o ensino fundamental e o médio tiveram uma reestruturação em seu contexto nacional, na década de 1970, pois o sistema educacional básico do Brasil passou por uma reordenação, naquele momento político em que o militarismo governava, além de ser considerado elemento fundamental para uma nova realização de ordem social, política e econômica no país.

Essa lei surgiu em um período da história em que as liberdades populares sofriam repressão por parte do Estado autoritário e de ditadura militar no país; a política fazia apologia às propagandas nacionalistas e também desenvolvimentistas em todo o seu território.

Segundo Nascimento e Collares (2005, p. 79)

O período de 1964 a 1971 foi marcado por profundas mudanças históricas, que foram significativas e envolveram a Revolução de 64 e o período de Industrialização, o qual necessitava de pessoas para atuarem no mercado de trabalho, principalmente que soubessem ler e escrever para poderem manusear máquinas industriais. Nesse período, as autoridades de ensino não priorizavam o conhecimento científico. Entre 1964 e 1971, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 5.692/71, que reconheceu a integração completa do ensino profissionalizante ao sistema regular de ensino, estabelecendo a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e o propedêutico, para fins de prosseguimento nos estudos.

Com o advento da referida lei, o cenário educacional passou por alterações em todo o país, pois a política vigente naquele período almejava uma educação que preparasse para o trabalho e, com isso, a proposta educacional estava atrelada ao educar para a vida produtiva e para o exercício do trabalho. Nesse momento, seriam os “[...] conhecimentos e habilidades que favoreciam assumir o trabalho como uma dimensão fundamental da vida em sociedade, ou seja, aquilo que o educando terá da escola como preparação para o trabalho” (NASCIMENTO; COLLARES, 2005, p. 80).

A formação dos professores a partir dessa nova lei, de acordo com Frankfurt (2011a), se amparava em um ensino tecnicista, sendo assim, responsável por transformar o ensino ofertado em Cursos Normais em uma formação técnica, que acabou contribuindo com a diminuição da qualidade do ensino, logo, não podemos esquecer em que momento da política ela foi criada.

Nesse sentido, Warde (1986 apud FRANKFURT, 2011b, p. 28) assinala que:

[...] a partir de 1971, com a descaracterização dos cursos normais, a qualidade da formação de professores decaiu de tal modo, que passou não haver diferenças entre os professores diplomados e os leigos quanto às condições técnicas para assumir uma classe de primeira série.

Dessa forma, o Curso Normal, a partir das reformulações oriundas da Lei nº 5.692/71, começou a descaracterizar o ensino oferecido nos cursos de formação de professores da instrução básica do país, mudanças essas provenientes da nova legislação do regime militar e com “[...] a deterioração das condições de trabalho e de remuneração que acompanharam o processo de expansão do ensino de primeiro grau” (TANURI, 2000. p. 80).

O curso normal então disponível começava a se descaracterizar como instância adequada para formação do professor das séries iniciais, processo esse que se acentuaria progressivamente com as mudanças decorrentes da legislação do regime militar e com a

deterioração das condições de trabalho e de remuneração que acompanharam o processo de expansão do ensino de primeiro grau.

Nesse sentido, Tanuri (2000), ao analisar o novo contexto histórico dos Cursos Normais em Habilitação Específica para o Magistério de 2º grau, com base na Lei nº 5.692/71, esclarece que contemplou a Escola Normal, no sentido da profissionalização obrigatória adotada para o 2º grau, quando se transformou em uma das habilitações desse nível de ensino, acabando de vez com a profissionalização antes oferecida em escola ginásial.

Segundo a autora, “[...] a já tradicional escola normal perdia o *status* de ‘escola’ e, mesmo, de ‘curso’, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM)” (TANURI, 2000, p. 80).

Desse modo, com a nova lei acabariam os Institutos de Educação e também a formação de professores para o Curso Normal, passando a ser oferecida somente nos cursos de Habilitação Específica para o Magistério.

Conforme podemos examinar, a lei de 1971 e a nova estrutura implementada no país colaboraram para uma reformulação nos cursos de formação de professores do ensino básico. Diante disso, podemos concluir que as modificações decorrentes dessa legislação foram determinadas pelos militares da época, que impuseram mudanças desfavoráveis à formação de professores.

Portanto, as Escolas Normais foram se adequando à nova lei conforme iam finalizando as turmas que já estavam em andamento. O estado de Mato Grosso, assim como outros, levou algum tempo para colocar em vigor as mudanças da nova lei. Como foi o caso de Paranaíba, que até o ano de 1975 ainda utilizava, nos documentos, a terminologia Cursos Normais, como podemos verificar nos dados apresentados na Figura 9.

São Paulo, por meio indireto, uma vez que o corpo docente da Escola Normal de Paranaíba com formação para o Magistério era composto, em sua maioria, por formandos naquele estado.

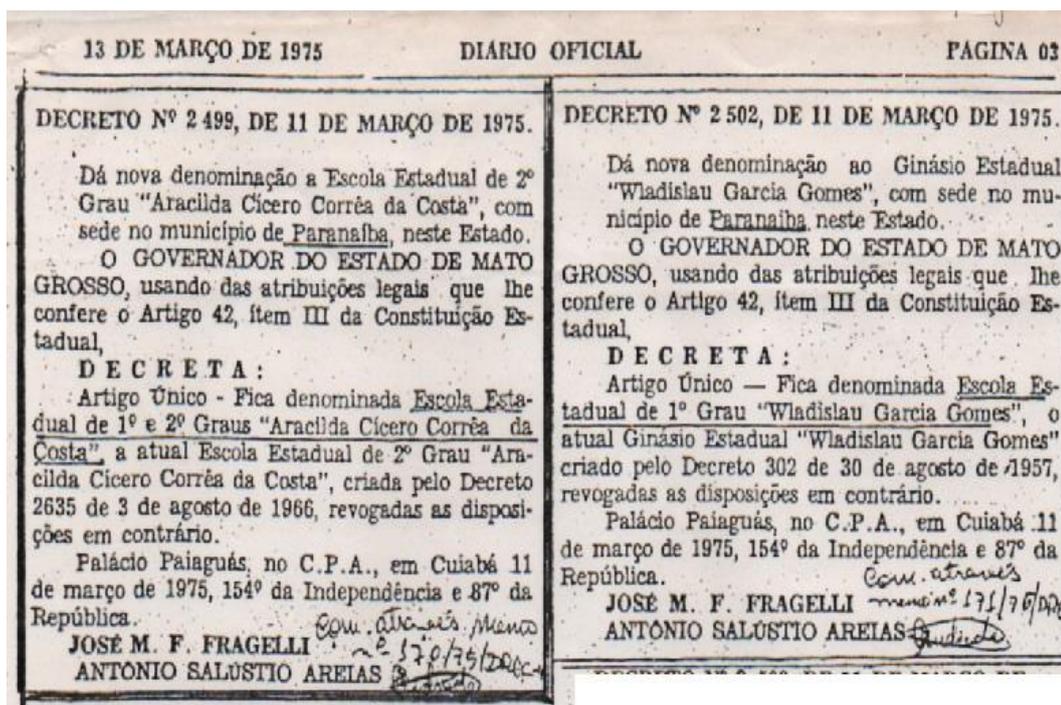
Ainda por meio das entrevistas, observamos que fazer o Curso Normal nem sempre era escolha para as estudantes. Muitas vezes, era a única opção que lhes era colocada à disposição.

Ao tratar da estrutura do quadro docente, pudemos observar que era composto por profissionais com formação de nível superior, mas nem sempre possuíam formação específica para ensinar e formar novos professores, ou seja, não eram pedagogos ou normalistas.

Portanto, a análise das entrevistas e dos documentos consultados permitiram melhor compreensão sobre a importância da Escola Normal, para a cidade de Paranaíba, no período delimitado para esta pesquisa, uma vez que as brigas políticas foram um dos fatores complicadores para a criação do curso, de modo que os professores alfabetizadores, entre 1940 e 1960, eram “leigos” (BERTOLETTI, 2014).

A Escola Normal Estadual iniciou suas atividades educacionais em 1967, no prédio cedido pelo Rotary Club, funcionando nesse local por três anos. Em seguida, foi transferida para a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa. Após a implantação da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que reformou toda a instrução pública em âmbito nacional, cessou suas atividades com a denominação de Escola Normal Estadual, em dezembro 1975, como ilustra a Figura 9. No dia 11 de março de 1975, sob o Decreto nº 2.499 (Figura 10), a Escola Normal Estadual recebeu a denominação **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa**, em homenagem à professora normalista Aracilda Cícero Corrêa da Costa.

FIGURA 10 - Decreto - nova denominação da Escola Normal (1975)



Fonte: Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa.

Desse modo, a partir de 1976, a escola passou a oferecer o curso de formação de professores, com a denominação Habilitação Específica para Magistério⁶⁴ de 2º grau, conforme previa a Lei nº 5.692. No ano de 1992, quando a escola passou a funcionar em prédio próprio, hoje atual Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, o curso de formação de professores passou a ser denominado, pela Lei nº 9.394/1996, Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Entretanto, em 2001, por força da extinção dos cursos de formação de professores em nível médio, formou-se, na escola Aracilda, a última turma de Magistério (CEFAM).

⁶⁴ Em conformidade com a atual diretora da escola Aracilda, Maria Aparecida Eufrásia da Silva, a partir de 1987 funcionaram também, na escola, os estudos adicionais, chamados pelos alunos de 4º Magistério, além do 1º Grau e o 2º Grau, em que o 2º Grau era dividido em: 1º ano Básico e o 2º e 3º ano do Magistério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral da pesquisa que pretendeu contribuir para a produção da história de formação de professores primários no município de Paranaíba e no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a partir do processo de criação e funcionamento da Escola Normal Estadual de Paranaíba, entre 1967 e 1975, foi possível verificarmos que a formação de professores nessa região contou com particularidades locais, e também com fatores que se assemelham a outras regiões do país.

Procuramos, então, compreender a formação de professores em todo o estado de Mato Grosso, a fim de identificar quando ocorreu a instalação de outras Escolas Normais no estado. Neste processo, foram observadas dificuldades para a criação comuns a várias localidades, visto que o estado era composto por regiões de baixa densidade demográfica e grande extensão territorial. Desse modo, ficou evidenciado que a implantação das Escolas Normais em Mato Grosso, de modo geral, não ocorreu de forma distinta em cada região.

Neste trabalho, evidenciamos que, desde o século XIX até o começo do século XX, o contexto histórico do sistema educacional brasileiro apresentou inúmeras tentativas para que pudesse melhorar a formação de professores primários, por meio de criação de Escolas Normais no Brasil. Cabe ressaltar que esse período esteve caracterizado por diversos movimentos de afirmação e de reformulação dessas instituições, por estarem em condições inadequadas de funcionamento. Desse modo, o presente estudo mostra um vazio e a precariedade da educação no estado de Mato Grosso, mesmo sendo pauta do projeto de modernização do estado, conforme observamos nas mensagens dos governadores.

Muitas das mudanças no sistema educacional brasileiro apontaram para a necessidade de haver professores habilitados e com novos métodos pedagógicos de ensino para que, desse modo, pudesse disseminar a instrução pública em todo o país. Vale lembrar que as primeiras escolas primárias, tanto no Brasil como também no estado de Mato Grosso, aceitaram, por muito tempo, professores sem formação específica, bastava, nesse momento, que o candidato tivesse, como pré-requisitos, o entendimento da leitura, da escrita e conhecimento das operações básicas de cálculo.

Assim como em muitas regiões do país e também no estado de Mato Grosso, a cidade de Paranaíba, entre 1940 e 1960, teve, em sua instrução pública, grande maioria de professores leigos, que apoiados em suas próprias experiências como alunos ou com a ajuda de pessoas com mais conhecimentos, ministravam suas aulas. No período que antecedeu à criação do Curso

Normal Estadual, a cidade contava apenas com duas normalistas formadas, vindas de Cuiabá/MT – Liduvina Mota Camargo e Aracilda Cícero Corrêa da Costa – que, ao chegarem à cidade, foram trabalhar nas escolas que existiam naquele momento. Desse modo, aqueles candidatos sem formação acabavam lecionando na região em razão das necessidades locais.

A implantação do curso de formação de professores primários em Paranaíba ocorreu, portanto, de modo semelhante ao processado em outras regiões do estado. Consideramos que houve a influência do ensino ministrado no estado de São Paulo, por meio indireto, uma vez que o corpo docente da Escola Normal de Paranaíba com formação para o Magistério era composto, na sua maioria, por professores formados naquele estado.

A criação do curso Normal Estadual contou muito com a participação da população, seja por meio de mobilização e articulação política, seja providenciando recursos materiais para a implantação do curso, ou ainda, na atuação de profissionais de áreas variadas para lecionar, mesmo sem formação específica. Podemos inferir também que esse esforço se deu porque que tinham como objetivo formar professores habilitados para atuar no ensino primário da região, pois havia muitos professores leigos e, para cursar o Normal, era necessário se mudar para cidades distantes, onde eles eram oferecidos.

Do mesmo modo, com os dados que dispomos até o momento, entendemos que a criação do Curso Normal Estadual ocorreu em virtude dos interesses políticos locais e também do esforço do presidente e membros do Rotary Club, que ao finalizarem a construção do prédio, disponibilizaram-no para que o curso pudesse funcionar. Portanto, o Curso Normal Estadual de Paranaíba funcionou, de 1967 a 1969, no prédio cedido pelo Rotary Club, transferindo suas atividades, a partir de 1970, para o prédio onde funcionava a Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa, até 1975, data que marcou a mudança da denominação da Escola Normal Estadual mediante Decreto nº 2.499, passando a ser chamada **Escola Estadual de 1º e 2º Graus Aracilda Cícero Corrêa da Costa**, local em que permaneceu até o final de 1975, pois, a partir de 1976, o curso continuou sendo ofertado, porém com a denominação Habilitação Específica para Magistério de 2º grau, conforme previa a Lei nº 5.692/1971.

Cabe ressaltar que o Curso Normal Estadual de Paranaíba enfrentou dificuldades em seu processo de criação e funcionamento, em razão da longa distância da capital Cuiabá. Paranaíba sofreu também com as disputas do poder local, outra característica deste município era sua população que, até 1970, era predominante da zona rural, conforme foram comprovados pelos dados do IBGE. Embora o curso tenha sido instalado nessa região somente no final da década de 1960, não teve grande procura da população.

Acreditamos que dificuldades impostas ao papel que a mulher exercia, somadas aos problemas para o deslocamento dessas professoras – porque havia muitas escolas rurais –, tenham contribuído para a pouca procura pelo curso, principalmente se considerarmos a quantidade de professores leigos em Paranaíba naquele período. Atribuímos este fato também ao pouco incentivo à esta profissão, pela baixa remuneração e pela falta de concursos públicos que efetivassem os professores formados.

Assim como a maioria dos Cursos Normais instalados pelo território brasileiro, em Paranaíba os alunos que frequentavam não eram diferentes, pois 99% correspondiam ao sexo feminino. A maior parte era natural de Paranaíba e tinha entre 16 e 30 anos. Além disso, muitos dos alunos matriculados que começaram a fazer o Curso Normal Estadual de Paranaíba já estavam trabalhando em escolas e, assim que finalizaram os estudos, continuaram a exercer a profissão docente. Contudo não foram todos os alunos que receberam o diploma e imediatamente quiseram exercer a profissão de professor, suas desistências, muitas vezes, foram motivadas por questões pessoais.

Os poucos professores com formação pedagógica que trabalharam no Curso Normal de Paranaíba receberam sua formação no estado de São Paulo, na cidade de Araçatuba, na instituição Colégio Nossa Senhora Aparecida, pois era um costume local os pais que podiam pagar pelos estudos enviar seus filhos para aquela cidade paulista. Entretanto, os demais professores que não tinham formação pedagógica eram formados em Direito, Odontologia, Farmácia, etc., que acabaram lecionando no curso em virtude da falta de professores com graduação específica.

Assim, a organização do Curso Normal Estadual de Paranaíba acompanhou a proposta de ensino do âmbito nacional, imposta pela capital do estado, seguindo normas e regras de ensino, da legislação vigente naquele momento.

Nesse contexto, as representações do Curso Normal Estadual de Paranaíba também se apresentam como uma parte da história da educação em Mato Grosso, posteriormente denominado Mato Grosso do Sul.

Por fim, é importante ressaltar que os fatos apresentados neste estudo são demonstrações de pequena parte da história da educação brasileira, mesmo que ocorrida num espaço específico, na cidade de Paranaíba, quando pertencia ao estado de Mato Grosso, mas que pode contribuir para o contexto amplo. Essa pesquisa mostrou como ocorreu o processo de criação e funcionamento do Curso Normal Estadual na cidade de Paranaíba, no período de 1967 a 1975. Sem a pretensão de terminar o assunto, esperamos contribuir para novas pesquisas que tratam deste tema.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres da educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 58-107.
- ALVES, Rosimar Pires. Bibliotecas escolares na escola primária em Paranaíba (1936-1971): alinhando memórias, costurando a história. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MATRIZES INTERPRETATIVAS E INTERNACIONALIZAÇÃO, VIII., 2015, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2015. p. 1-15.
- AMÂNCIO, Lazara Nanci de. **Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.
- ARAÚJO, Carla Busato Zandavali Maluf. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.
- BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. Alfabetização na escola primária: sujeitos e práticas (Paranaíba/MS - 1936-1961). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, PERCURSOS E DESAFIOS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LUSO-BRASILEIRA, X., 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC, 2014. p. 1-11.
- _____. **Materiais didáticos para ensino de leitura e escrita na memória da escola primária em Paranaíba/MS (1928-1975)**. 2015. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015
- _____. Material didático para o ensino da leitura e da escrita na memória da escola primária em Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA NO BRASIL - SIHELE, II., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2013a. v. 1, p. 1-15.
- _____. Memórias da Escola Primária em Paranaíba/MS (1946-1971). In: FURTADO, Alessandra Cristina; BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; MOREIRA, Kênia Hilda (Orgs.). **História da Educação Escolar: múltiplas fontes; múltiplos olhares**. São Carlos, SP: Pedro & João, 2012. p. 17-33.
- _____. Organização da escola primária em Paranaíba/MS (1935-1975). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, VII., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013b. p. 1-10.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: História e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Sirlei Maria Fischer (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. p. 9-38.

BRANDÃO, Maria Aparecida Neves. **Pelos caminhos de Santana**. Campo Grande: Gráfica Brasília. 1998.

BRAZIL, Maria do Carmo. Sobre os campos de Vacaria do sul de Mato Grosso: considerações de terra e escravidão (1830-1889). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Orgs.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 219-250.

BUENO, Belmira Oliveira; SANTOS-BOSSOLO, Elza Pino dos. O trabalho docente em tempos de transição: a experiência de professoras primárias no estado de São Paulo (1960-1980). In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (Orgs.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória, ES: EDUFES, 2011. p. 257-283.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CABRAL, Ana Carla Ferreira Carvalhar. **Formação de professores para a educação infantil**: um estudo realizado em um curso normal superior. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O sertão de Santana de Paranaíba**: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888). 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana do Paranaíba**: dos Caiapós à atualidade. Paranaíba, MS: Prefeitura de Paranaíba, 1994.

_____. **Santana de Paranaíba** - de 1700 a 2002. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

CARVALHO, Luciana Belíssimo de. **Implantação e consolidação da escola normal no sul de Mato Grosso**: escola normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975). 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

CASTILHO, Mileide Ferreira de. **Alfabetização em Paranaíba/MS na memória de professores**. 2013. Monografia. (Especialização em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MT, 2013.

CAVALCANTE, Lucélia Gonçalves. História e política: O processo de implantação da Escola Normal em Campo Grande. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO - PRÁTICAS EDUCATIVAS NUM CONTEXTO INTERCULTURAL, II., 2006, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UCDB, 2006. (CD-Room).

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lurdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados (online)**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHRUN, Salete Gerardi de Lima. **Formação de professores da educação infantil no Paraná: políticas e legislação educacionais (1961-1996)**. 2009. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

DIAS, Walter Faustino. Histórico do Educandário. In: **Livro Tombo II - Atas e Crônicas do Educandário Santa Clara**. Paróquia de Sant' Ana: Paranaíba/MS, maio 1968.

ESCOLA ESTADUAL ARACILDA CÍCERO CORRÊA DA COSTA. Disponível em: <http://stematutino-aracilda.blogspot.com.br/2009_03_01_archive.html>. Acesso em: 08 jan. 2014.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. A formação de professores a partir da Lei 5692/71 - Ecos da crítica acadêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: INVENÇÃO, TRADIÇÃO E ESCRITAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, VI., 2011, Vitória, ES. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011a. p. 1-14.

_____. **Da escola Normal a habilitação específica para o Magistério em 2º grau: prática e apropriações (1961-1981)**. 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011b.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no Magistério (1920-1950)**. 1995. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FREITAS, Marcelo Alves de. **Grupo Escolar José Garcia Leal: implantação e trajetória em Paranaíba (1945-1960)**. 2011. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2011.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GARCIA, Noely Costa Dias. **O ensino da disciplina Didática no Curso Normal em Paranaíba (1967-1971)**. 2013. 134 f. Monografia (Especialização em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2013.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p 143-179.

GONÇALVES, Arlene da Silva. **Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910-1950)**. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, 1936. v. 2.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1937. Rio de Janeiro: IBGE, 1937. v. 3.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1941. v. 5.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1953. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. v. 14.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960a. v. 21.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1962. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. v. 23.

_____. Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 34.

_____. Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística e Serviço de Recenseamento. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1960b.

_____. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

LAMEGO, Valéria. *A farpa na lira: Cecília Meirelles na Revolução de 30*. Record, 1996.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Borges. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003. p. 535-549.

LEITE, Gervásio. **Um século de Instrução Pública**. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Organização do ensino primário e normal**. XVII. Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INEP, 1942. (Boletim n. 22).

MANCINI, Ana Paula. Gomes; SILVA, Paula Nudimila Oliveira. A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no município de Dourados-MS (1940-1970): Saberes escolarizados na formação de professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: UFS/UNIT, 2008. p. 1-20.

MARCÍLIO, Humberto. **Histórias do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá/MT: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, 1963.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historie**, Rio Grande, v. 2, n 1, p. 95-108, 2011.

MONARCHA, Carlos. **A Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes**. São Paulo: PUC, 1994.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MURTINHO, Max Nunes. **Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970-2000)**. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira. Análise da eficiência da lei 5692/71 na formação dos trabalhadores de Guarapuava sob a perspectiva de consciência para a cidadania e qualificação para o trabalho. **Revista HISTEDBR on line**, Campinas, n. 20, p. 76-85, dez. 2005.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; RODRIGUES, Margarita Victoria. Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: FERRO, Olga Maria dos Reis (Org.). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006): História, Historiografia, Instituições Escolares e Fontes**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 1-19.

_____. História de Escolas Normais: constituição e difusão de uma instituição escolar formadora de professores – A escola Normal no sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: CONGRESSO BRASILEIRO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE), 5., 2008, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju: UFS/UNIT, 2008. p. 1-19.

OLIVEIRA, Silva Rosa de; JESUS, Cristiane Costa de; MIRANDA, Mary Diana da Silva. A contextualização da Reforma Educacional de 1910. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO 2008 - 20 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS, 2008, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá, 2008. p. 1-4.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961)**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. (Coleção História e Reflexões).

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Educação).

PROST, Antonie. Os fatos e a crítica histórica. In: _____. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 53-73.

RIO DE JANEIRO (Estado). Educação Pública. Biblioteca. **Gustavo Capanema**. 21 nov. 2006. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0069_10.html>. Acesso em: 08 jun. 2014.

RODRIGUES, Maria Benício. **Educação Escolar como instrumento de mediação na relação Estado/povo: a reforma mato-grossense em 1910 – fase de implantação**. 1988. 143 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. A escola normal no sul do Estado de Mato Grosso como expressão de uma política pública (1930-1950). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. v. 1, p. 1-10.

_____. História das políticas de formação de professores: a Escola Normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950). In: JORNADA DO HISTEDBR - A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII., 2007, Campo Grande. **Anais...** Campinas: Editora UNIDERP / HISTEDBR, 2007. p. 1-21.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria et al. A implantação e expansão da Escola Normal no Sul do Mato Grosso (1930-1970). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, VII., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT/SBHE, 2013. v. 1, p. 1-15.

ROZETTI, Izabel. **Colégio Imaculada Conceição: a história do Curso Normal** (Tupaciguara/MG, 1961-1977). 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A formação de professores em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: UFS/UNIT, 2008a. p. 1-13.

_____. **Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: EdUFMT/Central do Texto, 2006. v. 4.

_____. Grupos Escolares e Escolas Reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008b, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: UFS/UNIT, 2008b. p. 1-13.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth de. Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 61-74.

SARAT, Magda. A escola da minha infância: história, memória e educação. **Analecta, Guarapuava**, Paraná, v. 3, n. 1, p. 135-148, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v3n1/artigo%2011%20%20a%20escola%20da%20minha%20infancia.pdf>>. Acesso em: 10 jan.15.

SAVIANI, Demerval. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel. **Escola de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)**. Cuiabá: Central de Texto; EdUFMT, 2006.

SILVA, José Cláudio Sooma. Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890-1910. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 3, n. 2[6], p. 235-239, ago./dez. 2003.

SILVA, Maria Abádia da. **Educadores e educandos: tempos históricos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de educação a distância, 2006. (Cadernos do Ministério da Educação).

SILVA, Marineide de Oliveira da. As escolas isoladas e o ensino primário em Mato Grosso nos anos de 1920. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 3, n. 9, p. 22-39, maio/ago. 2013.

SILVA, Michelle Pereira da. **Educação da mulher e evangelização católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio**. 2005. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SIMÕES, Caroline Hardoim. **A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no Sul e Mato Grosso no período de 1930 a 1973**. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

SIMÕES, Caroline Hardoim; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. A Escola Normal Joaquim Murtinho e a formação de professores no estado de Mato Grosso. In: COLÓQUIO DE PESQUISA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, IX., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNINOVE, 2013. p. 1-12.

SOUZA, Elizeu Clementino de; ANDRADE, Selma de Assis. Cenas do cotidiano: histórias de vida, memória e formação. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; VASCONCELOS, José Geraldo; CASTRO, César Augusto (Orgs.). **História da Educação: memória, arquivo e cultura escolar**. Rio de Janeiro: Quartet; Salvador: Uneb, 2012. v. 1, p. 77-96.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil**. São Paulo, 2010. p. 148-191. Mimeografado. (Documento manuscrito, não publicado).

_____. **Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, p. 61-88, 2000.

USINA Hidrelétrica de Ilha Solteira. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Ilha_Solteira>. Acesso em: 18 jun. 2015.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Karin Sewald. **No compasso do moderno: o curso normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960)**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 29-46.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **A leitura e a escrita na cultura escolar primária de Mato Grosso (1837-1889)**. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

FONTES ESCRITAS

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm#art116>. Acesso em 08 jun. 2015.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 05 mar. 2014.

CONCEIÇÃO, Maysa Mendes. **Arquivos Escolares: a digitalização da base documental da Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa da Costa**. 2014. Projeto de Extensão (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso, Paranaíba, MS, 2014.

MAIA, Micheli Karla Caires Maia. **A Formação das Professoras da Escola Primária em Paranaíba/MS (1964-1071)**. 2013. Iniciação Científica (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, MT, 2013.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei 839**, de 30 de dezembro de 1949. Cuiabá, MT: Arquivo Público Mato Grosso, 1949.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo do Governador do Estado de Mato Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa. Cuiabá/MT, 13 de maio 1910. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 48 - p. 7-9, 1910. (APMT).

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo do Governador do Estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá/MT. 1918, p. 24.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá/MT, 1919, p. 34.

MATO GROSSO. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá/MT, 1920.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá/MT. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 60 p. 22-30, 1921. (APMT).

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo. Reg. n. 151, 1922.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá/MT. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 62 p. 34-40, 1923. (APMT).

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Presidente do Estado de Matto Grosso D. Mario Corrêa. Cuiabá, MT: Arquivo Público de Mato Grosso, 13 de maio de 1930. (APMT).

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo. Reg. n. 134, 1950.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1951.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1952. APMT Livro N.º 79, p. 25-33 e 57-60.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1954. APMT Livro N.º 79, p. 13-52.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1956.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Matto Grosso, Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1961. p. 157.

_____. **Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa**, pelo Governador do Estado de Júlio Strubing Müller de Matto Grosso. Cuiabá, MT: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1940a. (APMT).

_____. **Relatório** apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Júlio Strubing Müller Interventor Federal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1940b.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – Plamat. **Diretrizes para a Educação em Mato Grosso**. Cuiabá, 1965.

OLIVEIRA, Gilberto Abreu de. **A trajetória da normalista Maria Constança Barros Machado no sul de Mato Grosso (1913-1966)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2014.

FONTES ORAIS

Adélia Ferreira Leal. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou entrevista). s/d.

Daladier Age. Ex-professor do **Curso Normal Estadual**. Daniela Ferreira dos Santos (realizou entrevista). s/d.

Fausta G. Ferreira de Freitas. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Micheli Karla Caires Maia. (realizou entrevista). s/d.

Jane Carmen Lacerda. Ex-aluna do **Curso Normal Estadual**. Noely Costa Dias Garcia. Dez/2014.

Joana D'arc dos Santos. Ex-professora do **Curso Normal Estadual**. Noely Costa Dias Garcia. Dez/2014.

Sívia Geralde Neves. Ex-professora/diretora do **Curso Normal Estadual**. Daniela Ferreira dos Santos (realizou entrevista). s/d.

JORNAIS E DOCUMENTOS AVULSOS

COLÉGIO ESTADUAL ENERSTO RODRIGUES. **Mapa das aulas dadas referentes a 1973**. Paranaíba, 1973. (Curso Normal).

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MATO GROSSO. **Parecer nº 12/67**. Cuiabá/MT, 1967a. (Documentação para o funcionamento legal da Escola Normal 2º ciclo, da cidade de Paranaíba).

_____. **Adendo ao Parecer nº 12/67**. Cuiabá/MT, 1967b. (Exame da documentação da Escola Normal de Paranaíba para efeito de funcionamento).

_____. **Parecer nº 36/67**. Cuiabá/MT, folhas 1-2, 1967c. (Solicita apreciação e aprovação do Regimento Interno).

ESCOLA NORMAL DE PARANAÍBA. **Livro de Ata de Resultados Finais 2º Grau**. Paranaíba, 1967a. (Realização no mês dezembro de 1967 a 1975).

ESCOLA NORMAL DE PARANAÍBA. **Livro de Ata de Notas de Exames do Curso Normal da Escola Normal Estadual de Paranaíba.** Paranaíba, 1967b. (Realização no mês de dezembro de 1967 a 1974 referente aos Cursos: Colegial, Normal e Básico).

_____. **Livro de Atas de Resultados Finais.** Paranaíba, 1968. (Realização no mês de dezembro de 1968 a 1974 referente aos Cursos: Colegial, Normal e Básico).

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 1963. p. 6.

_____. **Decreto Lei nº 555, de 31 de outubro de 1958.** Nova redação ao artigo 4º do Decreto nº 590 que regulamenta o ensino da Escola Normal do Estado em 1959. Cuiabá, 1958.

_____. **Decreto Lei nº 2.499, de 11 de março de 1975.** Nova denominação a Escola Normal Estadual de Paranaíba. Cuiabá, 11/03/1975. p. 3.

_____. **Lei nº 2.635, de 3 de agosto de 1966.** Cria-se uma Escola Normal em Paranaíba/MT. Cuiabá, 3 ago. 1966. p. 2.

_____. **Regulamento do Ensino Normal em Mato Grosso.** Cuiabá, 1949.

EDUCANDÁRIO SANTA CLARA. **Atas e Crônicas do Educandário Santa Clara.** Livro Tombo II. Paróquia de Sant'Ana. Histórico do Educandário – Dr. Walter Faustino Dias. Paranaíba, 1952.

_____. **Decreto Lei nº 839, de 30 de dezembro de 1949.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Cuiabá, 1950.

_____. **Livro de Ata nº 1 da Escola Normal Santa Clara.** Paranaíba, 1964a. (Registro da criação do curso Normal, de 10 de janeiro de 1964).

_____. **Livro de Ata nº 2 da Escola Normal Santa Clara.** Paranaíba, 1964b. (Registro da Decreto nº 654 estadual, de 22 fevereiro de 1964).

_____. **Livro de Ata nº 11 da Escola Normal Santa Clara.** Paranaíba, 1969a. (Registro da suspensão do oferecimento do curso Normal, de 27 fevereiro de 1969).

ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE PARANAÍBA. **Atestado de conclusão.** Paranaíba, 1969a.

_____. **Atestado de vacinação antivariólica.** Paranaíba, 1969b.

_____. **Atestado de saúde.** Paranaíba, 1968a.

_____. **Ficha Individual do ano letivo.** Paranaíba, 1967a.

_____. **Ficha Individual do ano letivo.** Paranaíba, 1968b.

_____. **Ficha Individual do ano letivo.** Paranaíba, 1969c.

ESCOLA NORMAL ESTADUAL DE PARANAÍBA. **Ficha Individual do ano letivo.** Paranaíba, 1970.

- _____. **Ficha de Matrícula da 1ª série do Curso Normal.** Paranaíba, 1967b.
- _____. **Ficha de Matrícula da 2ª série do Curso Normal.** Paranaíba, 1968c.
- _____. **Ficha Matrícula da 3ª série do Curso Normal.** Paranaíba, 1969d.
- _____. **Histórico Escolar do 2º Grau.** Paranaíba, 1967c.
- _____. **Histórico Escolar: curso Ginásial de comércio.** Paranaíba, 1969e.
- _____. **Índice geral de aulas práticas.** Paranaíba, 1981. (Estágio Supervisionado).
- _____. **Prova final de Filosofia.** Paranaíba, 1968d.
- _____. **Prova final de Geografia.** Paranaíba, 1968e.
- _____. **Prova final de Matemática.** Paranaíba, 1967d.
- _____. **Prova final de Metodologia.** Paranaíba, 1969f.
- _____. **Prova final de Português.** Paranaíba, 1968f.
- _____. **Prova final de Psicologia.** Paranaíba, 1968g.
- _____. **Registro de nascimento.** Paranaíba, 1967e.

FONTOURA, Afro do Amaral. **Didática Geral.** Rio de Janeiro: Aurora, 1966. (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

JORNAL TRIBUNA LIVRE. Disponível em: <<http://www.jornaltribunalivre.com>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

LACERDA, Jane Carmen. **Álbum de fotos.** Fotografia da 1ª turma de formandos do Curso Normal. Paranaíba, 1969a.

- _____. **Álbum de fotos.** Fotografia com beca. Paranaíba, 1969b.
- _____. **Caderno Antologia de Estórias Infantis,** 1969c.
- _____. **Caderno Filosofia,** 1969d.
- _____. **Caderno Metodologia,** 1969e.
- _____. **Caderno Metodologia Aritmética,** 1969f.
- _____. **Caderno Música,** 1969g.

LACERDA, Jane Carmen. **Caderno Psicologia**, 1968a.

_____. **Caderno Psicologia**, 1969h.

_____. **Convite de Formatura**, 1969i. (Convite de Formatura da Escola Normal Estadual de Paranaíba).

_____. **Plano de aula Aritmética**, 1969j.

_____. **Plano de aula Educação Física**, 1968b.

_____. **Plano de aula Educação Física**, 1969k.

_____. **Plano de aula Matemática**, 1969l.

_____. **Plano de aula Metodologia**, 1969m.

_____. **Plano de aula Música**, 1969n.

LEX, Ary. **Biologia Educacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967. (Atualidades Pedagógicas, v. 46). (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

LOBO, R. Haddock. **História do Brasil**. Ciclo colegial. São Paulo: Duas Cidades, 1967. (Acervo pessoal de Jane Carmen Lacerda).

ROTARY CLUB. **Livro Ata nº 8**. Paranaíba, 1966a. (Reunião dia 10/08/1966 anuncia o funcionamento do Curso Normal no próximo ano 1967 em Paranaíba).

_____. **Livro Ata nº 11**. Paranaíba, 1966b. (Reunião dia 31/08/1966 - foi construído o prédio da Escola Normal).

_____. **Livro Ata nº 29**. Paranaíba, 1967a. (Reunião dia 21/01/1967 – necessidade de adquirir junto ao governo do estado móveis para o funcionamento do curso Normal).

_____. **Livro Ata nº 31**. Paranaíba, 1967b. (Reunião dia 08/02/1967 – móveis para o curso Normal).

_____. **Livro Ata nº 35**. Paranaíba, 1967c. (Reunião dia 08/03/1967 – se encontra instalado o Curso Normal no prédio da Escola Rotary).

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Governantes de Mato Grosso**. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1993, 68 p. (Nota: Impressão CCS Editora e Gráfica Ltda. – POLICROMOS).

INSTITUIÇÕES E ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo Escolar do Educandário Santa Clara.
R. Tiradentes, 1085 - Centro, Paranaíba – MS

Arquivo Pessoal Jane Carmem Lacerda
R. Maria Cândida de Freitas, 1545 – São José, Paranaíba - MS

Arquivo Público de Cuiabá
Av. Presidente Getúlio Vargas, 451, Cuiabá - MT

Centro de Documentação Regional – CDR
R. João Rosa Góes, 1761 - Vila Progresso, Dourados - MS
UFGD – Unidade I

Escola Estadual de 1º e 2º graus Aracilda Cícero Corrêa Costa
Av. Durval Rodrigues Lopes, 500, Paranaíba - MS

APÊNCIDE A - Roteiro para Entrevista

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Introdução

1. Qual é o seu nome completo?
2. Em que ano e em que cidade você nasceu?
3. Hoje, qual é sua principal ocupação?

Desenvolvimento

4. O que a levou a escolher o Curso Normal? Quando você cursou? Cursou até o ensino superior?
5. Quais foram os professores mais marcantes?
6. Fale sobre o início de sua atuação como professora. E no Curso Normal como começou?
7. Como era a escola onde funcionava o Curso Normal? Como o curso era organizado?
8. Como eram os uniformes?
9. Como eram os materiais utilizados pelos professores e pelos alunos em sala de aula (cadernos, apostilas, lápis, canetas, mapas, retroprojetores, carimbos, etc.)?
10. Qual(is) livro(s) e/ou cartilha(s) foram mais importantes para você? Você ainda mantém algum exemplar ou caderno guardado? E fotografias?
11. Lembra-se de algum acontecimento marcante na escola relacionado com fatos históricos, políticos e econômicos da cidade, do estado ou do país?
12. Como era o controle da disciplina na escola? Lembra-se de algum prêmio ou privilégio concedido aos alunos mais comportados? E quais eram os castigos para os indisciplinados?
13. Quais eram as disciplinas ensinadas no Curso Normal?
14. Como se ensinava a alfabetizar no Curso Normal?
15. Como eram os estágios?
16. O que faria de diferente se fosse possível voltar no tempo?
17. O que você acha que mudou na Educação escolar dessa época em comparação aos dias atuais?
18. Sobre a experiência como professora, o que mais gostaria de deixar registrado nesta data?